



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERGACIONAIS (PPGR)**

ABACC: DESAFIOS DA GEOPOLÍTICA NUCLEAR (1941-2023)

GABRIELE RANSOLIN

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Foz do Iguaçu
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGR)**

ABACC: DESAFIOS DA GEOPOLÍTICA NUCLEAR (1941-2023)

GABRIELE RANSOLIN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira.

Foz do Iguaçu
2023

GABRIELE RANSOLIN

ABACC: DESAFIOS DA GEOPOLÍTICA NUCLEAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira
UNILA

Prof. Dra. Paula Daniela Fernandez
(UNILA)

Prof. Dr. Jorge Fontoura
(Nome da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

R212

Ransolin, Gabriele.

ABACC: desafios da geopolítica nuclear (1941-2023) / Gabriele Ransolin. - Foz do Iguaçu, 2023.
126 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu-PR, 2023.

Orientador: Gustavo Oliveira Vieira.

1. Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares. 2. MERCOSUL (Organização). 3. Política nuclear. I. Vieira, Gustavo Oliveira. II. Título.

CDU 911.3:32

AGRADECIMENTOS

Primeiro, quero agradecer aos meus pais, que me incentivaram a estudar, e por me apoiarem todo esse tempo. A gente só chega onde chega, porque vem de onde vem. E eu só consegui chegar aqui por causa de vocês.

Queria agradecer ao meu amigo Pedro Paulo de Oliveira, que pelo seu companheirismo durante a minha vida acadêmica, tive coragem para ingressar no mestrado.

Fazer um mestrado durante a pandemia com certeza não foi fácil! Mas graças ao PPGRI, tenho que agradecer também à Geovana Alves e Brenda Moreira pela amizade compartilhada durante todo esse tempo. E que apoio! Não sei o que seria de mim sem vocês nesse mestrado.

Agradeço o Professor Gustavo imensamente pela paciência, por acreditar no meu trabalho, e pelo seu entusiasmo com o tema deste trabalho, que me deu confiança para continuar escrevendo.

Por fim, agradeço a todos os pesquisadores da Paz pelo mais que relevante, lindo, e difícil trabalho de pensar em um mundo melhor.

*Por paz, entendemos a capacidade de transformar
conflitos com empatia, sem violência e de forma
criativa - um processo sem fim.*

Johan Galtung

RESUMO

A Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) foi criada em 1991 e, com ela, foram concedidos direitos ao desenvolvimento e pesquisa, produção e utilização da energia nuclear com fins pacíficos, preservando os privilégios e imunidades aos funcionários, e reservando segredos industriais, comerciais e tecnológicos. O sucesso da agência é unânime, mas ela representou mais do que um acordo de transparência tecnológica. Diante do antecedente histórico de rivalidades militares e econômicas entre Brasil e Argentina, ao final do século XX, essas puderam ser transformadas. A falta de transparência sobre o desenvolvimento de tecnologia nuclear não só agravou tensões globais como também regionais. O sigilo da pesquisa físsil acabou por dividir o mundo entre os países que possuem armas nucleares e os que não as possuem e, assim, originando uma nova ordem global. O regime de salvaguardas e as tentativas multilaterais de não-proliferação ou banimento de armas nucleares são percebidos como um meio de perpetuação do poder. Estados que não possuíam tecnologia nuclear ou meios para alcançá-la seriam desautorizados a obtê-los por serem considerados países “não confiáveis”. Ambos, Brasil e Argentina, pretendiam ser considerados países aptos a receber armas nucleares e, então, criaram seus próprios programas. A intensificação da rivalidade entre os dois começa a sofrer uma transformação na medida que desenvolvem uma troca política, com pretensão de transparência e de confiança durante o fim do século XX. Tal proposta foi uma alternativa pacífica diante de uma estrutura que busca perpetuar a violência por meio de alguns poucos países detentores de armas nucleares. O caso propõe uma paz efetiva, tal como a transformação do conflito pelo processo de criação da ABACC, e destaca o papel da agência como a razão central para a integração do MERCOSUL. É constituída, portanto, uma relação estável de cooperação sólida em longo prazo. Assim, a hipótese do trabalho é de que a ABACC é um pilar da integração regional, bem como da preservação da segurança na região, e que ela continua sendo um eixo importante para tal. Já o objetivo geral da pesquisa é analisar como ocorreu o processo de pacificação da região a partir da criação da ABACC e da integração do MERCOSUL. Dessa forma, pergunta-se: qual o papel da ABACC para a integração regional diante de desafios como as mudanças no sistema internacional a partir da questão nuclear? Para responder a essa questão, o trabalho é teoricamente conduzido pelos Estudos para a Paz, de Johan Galtung, capaz de explicar que os movimentos realizados, e mesmo a integração, foram uma questão de violência e de paz. Metodologicamente, os Estudos para a Paz teriam sua epistemologia voltada para a ação transformadora, presumindo a transformação da violência em paz ao identificar as assimetrias de poder e o potencial pacífico dos elementos históricos. Utiliza-se da triangulação de fontes como a bibliografia acadêmica, tratados e relatos de envolvidos no processo e, finalmente, realizaram-se entrevistas com especialistas do assunto. Para isso, a pesquisa está organizada em: primeiro, foco no contexto histórico e geopolítico, histórico e energético global para explicar a dinâmica sobre o tema nuclear; depois, foca-se no contexto geopolítico regional e as implicações da ordem global nas políticas de defesa e no processo de integração. A terceira parte refere-se ao capítulo teórico; a quarta parte é referente ao histórico da rivalidade entre Brasil e Argentina, que antecede o seu período de cooperação. Por último, é realizada uma análise histórica a partir dos Estudos Para a Paz sobre a contribuição da cooperação em segurança nuclear através do processo de criação da ABACC até a criação do MERCOSUL.

Palavras-chave: ABACC. MERCOSUL. Paz. Integração. Segurança Nuclear.

ABSTRACT

The Brazilian-Argentine Agency for Accounting and Control of Nuclear Materials (ABACC) was created in 1991 and, with it, rights were granted to the development and research, production and use of nuclear energy for peaceful purposes, preserving the privileges and immunities of employees, and reserving industrial, commercial and technological secrets. The agency's success is unanimous, but it represented more than a technological transparency agreement. Given the historical background of military and economic rivalries between Brazil and Argentina, at the end of the 20th century, these could be transformed. The lack of transparency about the development of nuclear technology has not only exacerbated global but also regional tensions. The secrecy of fissile research ended up dividing the world between countries that possess nuclear weapons and those that do not, thus creating a new global order. The safeguard regime and multilateral attempts to non-proliferate or ban nuclear weapons are perceived as a means of perpetuating power. States that did not have nuclear technology or the means to achieve it would be disallowed from obtaining them as they were considered "unreliable" countries. Both Brazil and Argentina intended to be considered countries capable of receiving nuclear weapons and, therefore, created their own programs. The intensification of the rivalry between the two begins to undergo a transformation as they develop a political exchange, with the pretense of transparency and trust during the late twentieth century. This proposal was a peaceful alternative to a structure that seeks to perpetuate violence through a few countries that possess nuclear weapons. The case proposes an effective peace, such as the transformation of the conflict through the process of creating the ABACC, and highlights the role of the agency as the central reason for the integration of MERCOSUR. Therefore, a stable relationship of solid cooperation in the long term is constituted. Thus, the hypothesis of the work is that ABACC is a pillar of regional integration, as well as the preservation of security in the region, and that it continues to be an important axis for this. The general objective of the research is to analyze how the region's pacification process occurred after the creation of ABACC and the integration of MERCOSUR. In this way, the question is: what is the role of ABACC for regional integration in the face of challenges such as global changes based on the nuclear issue? To answer this question, the work is theoretically conducted by Studies for Peace, by Johan Galtung, able to explain that the movements carried out, and even the integration, were a matter of violence and peace. Methodologically, Peace Studies would have its epistemology focused on transforming action, presuming the transformation of violence into peace by identifying power asymmetries and the peaceful potential of historical elements. It uses the triangulation of sources such as the academic bibliography, treaties and reports of those involved in the process and, finally, interviews were carried out with specialists in the subject. For this, the research is organized in: first, focus on the historical and geopolitical, historical and global energy context to explain the dynamics on the nuclear theme; then it focuses on the regional geopolitical context and the implications of the global order on defense policies and the integration process. The third part refers to the theoretical chapter; the fourth part refers to the history of the rivalry between Brazil and Argentina, which precedes their period of cooperation. Finally, a historical analysis is carried out from Studies for Peace on the contribution of cooperation in nuclear safety through the process of creation of ABACC until the creation of MERCOSUR.

Keywords: ABACC. MERCOSUR. Peace. Integration. Nuclear Security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Violência Cultural x Violência Estrutural x Violência Direta.....	59
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais declarações e acordos do processo de criação da ABACC e MERCOSUL.	76
---	----

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
ADA	Programa Nuclear Brasileiro
AGNU	Assembleia geral das Nações Unidas
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
BN	Necessidades Básicas
BTBD	Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa
C.B.P.F.	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CBTN	Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear
CEANU	Comissão de Energia Atômica
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CESH	Comissão Especial de Segurança Hemisférica
CNEA	Comisión Nacional de Energia Atómica
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EAC	Energy Atomic Commission
ELETRONBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ENACE	Empresa Nuclear Argentina de Centrales Eletricas S.A.
ENEA	Agência Europeia de Energia Nuclear
EURATOM	Comunidade Europeia da Energia Atômica
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IEA	Agência Internacional de Energia
IEN	Instituto de Engenharia Nuclear
IME	Instituto Militar de Engenharia
IOCs	International Oil Companies
IPR	Institutos de Pesquisas Radioativas
IRD	Instituto de Radioproteção de Dosimetria
M.E.D.	Manhattan Engineer District
MAE	Mecanismo Permanente de Análise Estratégico
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MFCS	Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança

MME	Ministério de Minas e Energia
MNA	Movimento dos Não Alinhados
MPCC	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
NDRC	National Defense Research Committee
NEA	Agência de Energia Nuclear
NIEO	Nova Ordem Econômica Mundial
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPANAL	Proscrição das Armas Nucleares na América Latina
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PICE	Programa de Integração Econômica
PNB	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SCCC	Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
USAEC	Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos
USP	Universidade de São Paulo
ZLAN	Zona Livre de Armas Nucleares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ENERGIA NUCLEAR: INSTABILIDADE GEOPOLÍTICA E QUESTÃO ENERGÉTICA	21
1.1 Ordem mundial e segurança internacional: mudança nas dinâmicas de poder global a partir do surgimento do poder nuclear militar	24
1.2 A crise do petróleo Árabe em 1973: o problema do abastecimento	29
1.3 Energia nuclear na era do petróleo: a ascensão das tecnologias de baixo carbono	35
2 SEGURANÇA NUCLEAR PELA INTEGRAÇÃO: MEDIDAS DE EQUILÍBRIO ...	38
2.1 Políticas de defesa global e regional e desarmamento	42
2.2 Brasil e América do Sul: a orientação do sistema de defesa	46
2.3 A agenda regional para a cooperação em defesa e integração	51
3 VIOLÊNCIA E PAZ NO SISTEMA INTERNACIONAL	54
4 PROGRAMAS NUCLEARES E MUDANÇAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: RIVALIDADE MILITAR E DESCONFIANÇA	60
4.1 Programa Nuclear Brasileiro (PNB)	68
4.2 Plano Nuclear Argentino (PLAN)	72
5 SEGURANÇA NUCLEAR ATRAVÉS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ABACC	73
5.1 Causas da mudança estratégica político-militar: processo da construção da confiança	77
5.1.1 Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear de 1980	80
5.1.2 Declaração de Iguazu de 1985 e o Programa de Integração Econômica (PICE)	82
5.1.3 Declaração de Iperó de 1988	84
5.1.4 Tratado de Cooperação, Integração e Desenvolvimento de 1988	86
5.1.5 Declaração de Ezeiza de 1988	87
5.1.6 A relevância do processo bilateral: formulação da estratégia compartilhada .	88
5.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL A PARTIR DA COOPERAÇÃO NUCLEAR: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NUCLEAR COMUM BRASILEIRO-ARGENTINA E A CRIAÇÃO DO MERCOSUL.....	89
5.2.1 Declaração de Fiscalização Mútua de 1990 e o Sistema Comum de	

Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC)	91
5.2.2 Acordo Bilateral de 1991	92
5.2.3 A criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)	95
5.2.4 Acordo entre o Brasil, a Argentina, a ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (Acordo Quadripartite) em 1991	97
5.2.5 Tratado de Assunção de 1991 e a criação do MERCOSUL	97
5.3 32 Anos de ABACC	101
Considerações finais.....	106
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Em agosto de 1991, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) foi formalizada através de um acordo amplo, com personalidade jurídica e sede na cidade do Rio de Janeiro. Resultado de um extensivo diálogo acerca do assunto nuclear entre Brasil e Argentina, esse acordo dava, mais especificamente, o direito ao desenvolvimento da pesquisa, produção e utilização da energia nuclear com fins pacíficos, preservando privilégios e imunidades aos funcionários, além de reservar os segredos industriais, tecnológicos e comerciais.

No ano de 2020 ela atingiu 30 anos e o sucesso da agência é unânime entre os pesquisadores. Todo o processo da sua criação mudou as relações entre o Brasil e Argentina e, ao mesmo tempo, atuou pela não proliferação de armas nucleares, agindo de forma exemplar na condução das negociações.

A ABACC foi responsabilizada pelo gerenciamento do Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC), que surge nos anos 1980, através do qual são aplicadas medidas a todos os materiais nucleares no Brasil e na Argentina. Seu objetivo é assegurar, por meio das salvaguardas, que os materiais estão sendo utilizados para fins pacíficos (OLIVEIRA, 2017).

No período em que uma espécie de SCCC começou a operar entre os dois países, era concebível a noção de *neighbors watching neighbors*). Um dos fundamentos do período da Guerra Fria. Nessa mesma época, não havia transparência acerca dos programas nucleares do Brasil e Argentina. Nem mesmo os objetivos dos programas eram claros, criando uma atmosfera de rivalidade. Antes mesmo disso, nos anos 1960, a comunidade internacional entendia a nova dinâmica geopolítica como uma corrida armamentista, e passaram a pressionar países com ascensão nuclear, inclusive articulando sanções ao Brasil e Argentina para negar bens e tecnologias de matéria nuclear para que os seus programas nucleares não se desenvolvessem (OLIVEIRA, 2017).

A atmosfera da região mudou principalmente durante os anos 1990, quando foi estabelecido o acordo de criação da ABACC. Desde que foram criadas as armas nucleares, houve um tipo de tensão diferente do que era conhecido e que paira sobre as relações entre os

países até hoje. A partir disso, a distância entre o desenvolvimento de tecnologias nucleares desde a geração de energia até a criação de um arsenal militar torna-se pequena.

Dessa forma, a dinâmica das relações internacionais a partir da criação de uma arma nuclear foi modificada, pois também significou que a capacidade de responder a um ataque poderia impedir ataques reais, criando a lógica da paz nuclear. Com a modernização tecnológica, a capacidade de demonstrar poder pela capacidade militar nuclear tornou-se um privilégio para poucos.

O sentido de elaborar formas de contenção de proliferação de armas nucleares por certos países acabou resultando em tratados multilaterais como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e medidas de salvaguardas para inspecionar projetos que tenham relação com o desenvolvimento de tecnologia nuclear, por exemplo.

A ABACC, todavia, corresponderia pouco às pressões internacionais de forma direta. Para ilustrar a circunstância, a entrada no TNP ocorre por uma questão política, e não técnica. As salvaguardas da ABACC eram mais abrangentes do que as que foram estabelecidas no TNP, então ainda estariam agindo de acordo com seus próprios termos. A assinatura ao tratado pelo Brasil e Argentina foi uma estratégia para integrar um regime aceito por quase todos e deixar o grupo depois, pois manifestava intenções de desenvolver armas nucleares, como a Índia, Israel, Paquistão, entre outros, para ter acesso à tecnologia nuclear com mais facilidade, o que nunca aconteceu (PLUM, 2016).

O interesse do Brasil e da Argentina em integrar um grupo considerado mais seguro foi resultado dessa mudança na lógica global mencionada, porque o poder nuclear teria reforçado o estabelecimento de dois grupos de países: os que possuem armas nucleares, que seriam “autorizados” a possuí-las, e em sua maioria países do “centro”; e países que não têm armas nucleares, não poderiam possuir, e que são países considerados “periféricos”.

Essa distinção alcançou um sentido de conduta global, o que faria parecer que há um controle dos países do centro para com os periféricos acerca da segurança e do desenvolvimento do tema nuclear. Além das próprias mudanças nas dinâmicas de segurança durante a Guerra Fria ao remover o epicentro dos conflitos para países em desenvolvimento, e conflitos menores criados pela tensão nuclear ocorrerem entre países vizinhos nestas regiões, os Estados centrais que possuem armas nucleares se envolvem indiretamente nos conflitos. A possibilidade de um

país fora do centro desenvolver armas nucleares é tratada como estigma, criando mais uma ideia de divisão entre eles como países confiáveis e não-confiáveis.

O Brasil e a Argentina pretendiam pertencer ao conjunto de países confiáveis com o objetivo de serem reconhecidos como países aptos a receberem tecnologia nuclear. Ainda assim, a competição entre os dois países, gerado pela tentativa de receber tecnologia, passou por um desenvolvimento particular. Isto é, ocorreu por meios e interesses próprios da dupla, e não pelos interesses de outros países, como foi com a tentativa estratégica da adesão ao TNP depois das salvaguardas já estarem estabelecidas.

Apesar de a ABACC ser pouco conhecida, seus resultados foram notáveis. Um de seus principais efeitos foi a criação do MERCOSUL e a notoriedade da agência se deu por conta de um processo de reversão negociada de uma hipótese de conflito sob um contexto em que a trégua do desenvolvimento de uma relação tensa era também em termos de segurança e economicamente necessária.

O processo de integração que aconteceu partindo da tentativa e êxito de atenuar a competição nuclear de uma região foi, sobretudo, uma questão do predomínio da lógica da cooperação, tendo o vizinho como ponto de referência. E ao mencionar a capacidade da integração, entende-se que esta foi necessária para mantê-los estáveis e cooperativos em longo prazo.

A partir do exposto, dado o raciocínio do funcionamento da geopolítica global baseada na questão nuclear e da criação da ABACC, o trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: qual o papel da ABACC para a integração regional diante de desafios como as mudanças no sistema internacional a partir da questão nuclear e para a preservação da segurança na região? Já a hipótese é que a ABACC é um pilar da integração regional, bem como da preservação da segurança na região, e que ela continua sendo um eixo importante para tal. Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar como ocorreu o processo de apaziguamento da região a partir do processo de criação da ABACC e da integração do MERCOSUL, a fim de compreender a dinâmica de geopolítica aplicada à ABACC, enquanto seus objetivos específicos são: esclarecer o contexto mundial diante dos temas de energia e da complexidade do sistema internacional; explicar as consequências da geopolítica mundial nos contextos regionais para o sistema de defesa, cooperação e integração; e analisar o processo de construção da confiança a partir da interação entre Brasil e Argentina e da criação da ABACC.

A ideia geral da integração na América Latina não foi instituída com o processo de criação da ABACC, uma vez que um projeto de integração na região possui raízes no século XIX, mas o conceito atual de integração do MERCOSUL é recente e vem de um antecedente de globalização e conjuntura de poder nuclear, buscando gerar maior força através da união do Brasil e Argentina (CANDEAS, 2010). A partir do histórico do século XX, a ideia passa a se tornar palpável na medida que consegue absorver as discrepâncias em termos militares, políticos e econômicos na região, a qual só foi possível pela promoção da integração Brasil-Argentina, considerando a confiança mútua, eliminação da tensão militar, transparência, objetivos em comum e cooperação.

Para conduzir a interpretação da criação da ABACC e da integração e o seu papel diante de desafios, o trabalho tem como marco teórico os Estudos para a Paz desenvolvidos por Johan Galtung. A escolha teórica deu-se em razão dos diversos paralelos em que o desenvolvimento desta teoria e o contexto global em que a situação estudada é inserida se cruzam, além de ser uma teoria abrangente, que contempla os aspectos de uma sequência de processos em direção à paz.

Sobre essa teoria, existe uma série de conceitos relevantes que serão trabalhados durante a pesquisa. Introduzindo os conceitos básicos, a pesquisa sobre a paz surge entre os anos 1950 e 1960 com o objetivo de criar um mundo mais igualitário e justo sem manifestações diretas ou indiretas de violência. Por isso, sua proposta rejeitaria a ideia tradicional de que, para alcançar a paz, seria necessário ganhar uma guerra, mas, desta vez, a proposta é a paz por meio da paz (OLIVEIRA, 2017).

Um primeiro conceito importante é a própria “paz”. Galtung (2018) introduz em seu artigo *Violence, Peace and Research* o uso da palavra “paz”, que serviria para criar um consenso, pois seria difícil ser totalmente contra a paz. Apesar de a palavra “paz” criar um consenso benéfico, ela pode ter significados diferentes para as partes envolvidas. Sejam quais forem as motivações reais ou predominantes de certas atividades, podem carecer de uma justificativa autêntica que apoie a paz, ao referenciar dados do passado e estudar questões sobre o futuro.

No caso, este conceito poderia justificar a questão da integração, pois envolve uma organização de objetivos em comum, tal como ocorreu no passado com o advento da ABACC. A questão, todavia, debruça-se sobre o comportamento da agência em questões futuras à sua

criação, devido à sua capacidade de analisar situações que suportem a paz duradoura, assim confirmando a pertinência de tratar o assunto como uma instituição exemplar.

Ainda, de acordo com Galtung (2018), a paz deveria ser uma diretriz, tal como é no presente trabalho, e também deveria ser considerado que a paz válida é a ausência de violência. Este segundo conceito, a “violência”, serve para entender o espectro da paz e como ela pode agir em função da violência, para que essa última deixe de existir (GALTUNG, 2018). Assim, existe uma distinção entre a violência estrutural e a violência cultural. A violência estrutural corresponde à forma indireta da violência, que possui raízes na distribuição desigual do poder e recursos, injustiça, exploração e opressão. Nesse sentido, a paz negativa é reconhecida pela ausência de violência direta (explícita) a partir da justiça social, enquanto a paz positiva é reconhecida pela superação de todas as formas de desigualdades e injustiças (OLIVEIRA, 2017).

Sobre estes conceitos estruturais, nesta dissertação será examinada uma estrutura de poder de nível global dentro do contexto nuclear no qual existem países que formem um grupo de detentores de armas nucleares, influenciadores, e países não-detentores de armas nucleares, influenciados. Esse tipo de violência seria usado para levar outros à subordinação (GALTUNG, 2018). Então, com a ameaça de implantação de estruturas ofensivas, caso se opunham a se subordinar, num primeiro momento, o caso poderia ser pensado como uma forma de “ameaça de violência” – outra especificação da violência -, e não de violência em si, já que a existência da lógica da dissuasão impediria ataques reais. Porém, considerando testes de armas nucleares, tratados multilaterais contra a não-proliferação e desarmamento de armas nucleares, o estigma quanto à confiabilidade de tecnologia nuclear para países subdesenvolvidos, as salvaguardas institucionalizadas, a própria existência de armas nucleares mantida por um grupo pequeno e entre outros, tornam-se ferramentas da violência de fato e não uma mera ameaça.

Para mais detalhes, não se pode deixar de lado o conceito de violência pessoal, uma vez que há uma ameaça de violência física como o envenenamento e evaporação pelo uso de armas nucleares (GALTUNG, 2018). Outros alvos, além do ser humano, por exemplo, seriam os recursos e a economia dos países.

Em seguida, ainda durante a época da Guerra Fria, o autor supracitado agrega mais um conceito: a violência cultural. Esse tipo de violência é construído por identidades coletivas que contribuem com a estabilização de determinadas ordens sociais violentas de forma que sejam

consideradas “normais”, além de possuir um teor binário sobre as relações, tais como o bem e o mal, o superior e o inferior, o aliado e o inimigo (OLIVEIRA, 2017).

A partir desses conceitos, cria-se o chamado “triângulo da violência”, em que, numa ponta, está a violência direta e nas outras duas estão as formas indiretas de violência (estrutural e cultural). Para reverter o triângulo da violência, há uma equação em que a paz negativa é definida pela eliminação da violência direta e a paz positiva pela eliminação das formas indiretas de violência, criando, assim, o triângulo da paz (OLIVEIRA, 2017).

Diante do que foi definido como marco teórico, num primeiro momento, esses conceitos são pensados na construção de uma dinâmica geopolítica global, depois, com as implicações dessa estrutura sobre a região especificamente estudada. Então, esses conceitos são utilizados para analisar e exemplificar o processo da criação da ABACC como uma ação para a paz, identificando os elementos de violência e o contexto no curso das decisões em torno do apaziguamento. Depois, considera o papel da formação da ABACC diante das mudanças geopolíticas da ordem global e novos desafios de cunho governamental, de preservação ambiental e tendências energéticas.

Entendendo que essa estrutura de violência e desigualdade são complementares aqui, é necessário verificar o que as sustenta. Nesse sentido, entendendo que a estrutura global criada a partir do poder nuclear poderia impedir a proliferação de armas nucleares (em outros países), seria um equívoco pensar na violência como uma forma de apaziguamento das relações internacionais. Isso porque o objetivo de manter a estrutura é criar uma lógica de violência estável, que estabilize a ordem, e o que Galtung sugere: a paz por meios pacíficos.

O Brasil e a Argentina lograram desafiar o jogo de forças internacional e transformam-se por meio de uma alternativa original. Entre as formas de solução de conflito como o do Brasil e Argentina, destacam-se a convergência dos objetivos ao desistir de alguma ideia ou tentar modificá-la, alinhando os objetivos com direitos humanos, civis, políticos, sociais e econômicos às necessidades humanas básicas e respeitando o direito internacional. O objetivo de chegar à raiz do conflito é que a paz sustentável seja alcançada, e tal é a força da convergência desses objetivos (OLIVEIRA, 2017).

Dessa maneira, para que a transformação da conjuntura global baseada no poder nuclear ocorresse, medidas de desarmamento e não proliferação que combinam com os objetivos supracitados seriam essenciais, dissipando a violência. A ABACC desempenhou com sucesso

o processo de apaziguamento da região e, além disso, é um exemplo de como a transformação pacífica de um contexto pode ser realizada através de realidades mais específicas como foi na região, assim podendo lidar com uma certa quantidade de variáveis e objetivos a serem convergidos.

Ainda em termos metodológicos, o contexto epistemológico representaria um conjunto de suposições que orientam a pesquisa e suas análises subsequentes. As vertentes podem ser divididas em quatro grupos: pós-positivistas, construtivistas, transformadores e pragmáticos. Na visão dos Estudos para a Paz de Galtung, a orientação epistemológica estaria voltada para uma ação transformadora, de modo que há a tentativa de transmutar os elementos de violência em elementos que sustentem a paz. Esta perspectiva indica a necessidade de identificar as desigualdades resultantes da assimetria de poder e a necessidade de propor novas estratégias, tal como é estudado no trabalho (CRESWELL, 2018).

Como tipo de investigação, a pesquisa exploratória será utilizada neste trabalho. Também chamada de correlacional, é usada medindo o grau de influência que uma variável tem sobre outra, mesmo que não tenha precisões acerca de por que este ou aquele fato ou fenômeno pode ocorrer e seus efeitos. Estes são estudos muito utilizados quando a composição das hipóteses é realizada sobre mais de duas variáveis. Assim, pode-se estabelecer correlações que configurarão declarações hipotéticas acerca das variáveis do problema de pesquisa. A correlação empregada no presente trabalho é configurada por uma “lista de determinantes”, isto é, quando fatores que afetam outros fatores estão ligados a um conjunto de determinantes. Sabendo que a hipótese é de que a ABACC é um pilar para a integração regional, assim como para a preservação da segurança na região, a linha desse pressuposto segue por temas como ordem do sistema internacional, transição energética, políticas de construção de confiança, sistema de defesa e desarmamento, cooperação e integração, ligadas pelo fio dos Estudos para a Paz, determinando que a ABACC é um pilar para a integração regional, pois os elementos citados têm um efeito de influência sobre sua função. Isso, através de um método qualitativo, estratégia de estudo de caso com levantamento bibliográfico e técnica de revisão de bibliografia e discursos redigidos em fontes bibliográficas (MENDICOA, 2003).

A partir da coleta de informações, foi escolhido para a análise, a chamada “análise de conteúdo”. Esta tem como características principais a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifestado, cuja finalidade é interpretá-lo. Então, aberta à interpretação, é uma técnica de comprovação e verificação da hipótese aplicada aos, no caso,

relatos e discursos de pessoas envolvidas ou próximas dos acontecimentos históricos em questão. A análise de conteúdo é crucial para destacar as motivações dos governos do Brasil e Argentina, bem como seus interesses, e até mesmo as inclinações de governos estrangeiros com relação às políticas dos dois países mencionados (MENDICOA, 2003).

Como técnica do método qualitativo, a observação documental é essencial durante todo este trabalho. Ao colocar atenção nos documentos de caráter qualitativo, a codificação do material estudado seguirá pelo desenvolvimento de categorias de codificação, separando os materiais por temas para evitar suposições e selecionar as que potencializem relações lógicas, depois, separando os dados que pertencem a diversas categorias de codificação e revisando os dados que sobraram. Isto é feito por observação documental (MENDICOA, 2003). Ademais, também será utilizada a triangulação de fontes, que são: a bibliografia acadêmica com os tipos de fonte escritas, primárias, especialmente no caso dos livros, e secundárias, no caso de artigos científicos.

Finalmente, o capítulo 1 pretende focar no contexto histórico (1941-1986) e geopolítico global para explicar a dinâmica sobre o tema nuclear. Entre elas, as mudanças que fizeram com que houvesse um giro geopolítico a partir da criação da tecnologia nuclear na ordem internacional e as mudanças no setor energético. Com isso, pretende-se explicar como ocorreram as alterações que fizeram com que um tipo de status quo específico ocorresse e quais foram as mudanças sobre a questão nuclear.

Em seguida, no capítulo 2, foca-se no contexto geopolítico e histórico (1960-1994) regional das implicações status quo nuclear no processo de integração com os temas: políticas de defesa global e regional, desarmamento, sistema de defesa, agenda regional para defesa e. Assim será explicado como poderia ocorrer um processo pacífico, autônomo e único para lidar com as dinâmicas globais diante desse contexto. O propósito deste capítulo é relacionar os temas que eram negociados internacionalmente – as mudanças de ordem global dispostas no capítulo anterior - e a consequência desses para os países da América do Sul.

O terceiro capítulo será um capítulo dedicado à teoria dos Estudos para a Paz, de Galtung. Em seguida, para dar abertura ao tema das relações Brasil e Argentina, o quarto capítulo explica como ocorreram as suas relações antes de sua aproximação. O capítulo em questão traz a perspectiva das relações e ocorrências bilaterais importantes, direcionadas à criação dos seus próprios projetos nucleares.

Estruturado sob três ciclos de integração bilateral Brasil-Argentina de Maria Odete de Oliveira em *A Integração Bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e MERCOSUL*, a divisão ocorre com: 1) os antecedentes da difícil e lenta aproximação entre dois Estados rivais; 2) o registro dos governos em transição democrática nos anos 1980; 3) e a solidificação das bases da integração no início dos anos 1990. Portanto, no quarto capítulo será desenvolvido o primeiro ciclo da integração Brasil-Argentina, e em seguida, no quinto capítulo será realizada a análise de fato, com base nos dois últimos ciclos, que, de fato, ocorreu uma rápida aproximação. Neste último capítulo também destacam-se as motivações dos governos e envolvidos no processo de criação da ABACC e como isso foi um fator favorável (OLIVEIRA, 1998).

1 ENERGIA NUCLEAR: INSTABILIDADE GEOPOLÍTICA E QUESTÃO ENERGÉTICA

Para chegar à descoberta da energia nuclear, foram realizados estudos sobre o decaimento radioativo natural, que só acontece quando o átomo de um elemento químico está instável, liberando radiações eletromagnéticas; o que significa a perda da estabilidade e a sua desintegração, ou o chamado núcleo enriquecido. Diferentes elementos radioativos possuem uma taxa de decaimento diferente e liberam distintos tipos de radiação. Foi preciso determinar os tipos de elementos produzidos para a fissão nuclear, tais como o urânio, célio e plutônio, por exemplo, para dividir-se em elementos mais leves e liberando grandes quantidades de energia. O procedimento foi chamado de “fissão nuclear” porque foi observado um processo parecido com a divisão celular da biologia (AIEA, 2013).

O que foi feito desse tipo de tecnologia dependeu majoritariamente da política global do período de descobrimento da fissão nuclear, pois a descoberta não veio somente com a promessa de produção de energia, quase como num sentido de progresso da humanidade da forma que a descoberta pareceu significar num primeiro momento, mas também veio carregada com o potencial destruidor.

Sobre o contexto histórico do descobrimento da fissão nuclear, em 1941 foi realizado o primeiro pedido de patente de utilização de uma máquina de urânio para poder fabricar o novo elemento radioativo, uma corrida tecnológica-militar foi instaurada, dado que em 1942, com o projeto militar da Alemanha *Uranverein*, principalmente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha foram incentivados a mobilizar investimentos significativos para a fabricação dos novos elementos suficientes para uma reação em cadeia (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2020).

Com a Segunda Guerra Mundial em curso na época, dividindo-se em potências do Eixo - Alemanha, Itália e Japão – e Aliados – Inglaterra, França, Estados Unidos, e União Soviética (URSS) – é possível notar que a capacidade de investimentos tecnológicos em ambos lados era considerável. O papel dos Estados Unidos foi imprescindível para esse tipo de investimento, sua conduta política os levou a receberem cientistas físicos exilados e, junto deles, o conhecimento do processo de fissão. Dessa forma, os Estados Unidos apresentam-se como um país que possui uma vantagem perante os adversários e, nesse sentido, o Projeto Manhattan foi

um precursor na junção da tecnologia nuclear com a militarização em 1941 (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2020).

Em dezembro de 1941, o Projeto Manhattan foi criado para conduzir pesquisas sobre o urânio, um projeto encomendado pelo presidente americano Roosevelt para realizar a separação dos isótopos de ^{235}U . Esse tipo de pesquisa seguiu com novas descobertas sobre a fissão nuclear. Até mesmo o Reino Unido e a Alemanha estavam se empenhando nesse processo com dedicação semelhante. Em 1940, na Alemanha, por exemplo, concluiu-se que a chamada “máquina de urânio” pudesse sustentar uma reação em cadeia a partir da transmutação para o elemento químico radioativo de número atômico 94, hoje chamado de plutônio, em homenagem ao deus romano das riquezas e dos mortos, Plutão. Assim como o elemento ^{235}U , havia um nível físsil alto e um explosivo potente poderia ser criado a partir dele (BOHLKE, 2022).

Graças ao Projeto Manhattan, os Estados Unidos passaram à frente nas pesquisas nucleares. Com o exército assumindo o controle do processo, foram construídas usinas de reprocessamento de plutônio, custeando aproximadamente um bilhão de dólares com o objetivo de fabricar a bomba atômica. Para isso, era preciso alcançar o controle da reação nuclear em cadeia, que foi logrado em 1942. A primeira bomba atômica chamava-se Little Boy e era feita de ^{235}U . Esta foi lançada sobre Hiroshima em agosto de 1945. A segunda bomba criada foi a Fat Man, composta de ^{239}Pu (plutônio) e foi lançada sobre Nagasaki três dias depois de Little Boy. O resultado foi a rendição do Japão (BOHLKE, 2022).

Após a audaciosa explosão das bombas dos Estados Unidos sobre as duas cidades, outros países que conseguiram dominar a prática do controle de reação em cadeia realizaram seus testes logo em seguida. O segundo país depois dos Estados Unidos foi a União Soviética em 1949, no Cazaquistão. Em seguida foi a Índia em 1947, Reino Unido em 1952, França em 1960, China em 1964, Paquistão em 1998, Coreia do Norte em 2006, e Israel não confirmou nem negou ter armas nucleares (BOHLKE, p. 31, 2022).

Este é o início da história de um processo que fez com que surgisse no mundo uma nova fonte de poder. Ao pensar o porquê de o domínio físsil ter ficado nas mãos de poucos países, num primeiro momento é lógico pensar no vazamento de informações que eram necessárias para a construção da bomba. Não só isso, mas do processo inteiro da reação em cadeia e a possibilidade de criação de mais bombas. A situação também indica que, após a Segunda Guerra Mundial, a escala de poder global, no que diz respeito aos países com mais poder bélico, não necessariamente mudou, visto que os países que ganharam a Guerra são os mesmos que também

possuem armas nucleares. O que isso quer dizer é que, geopoliticamente, o poder continuou se centrando nos Estados Unidos e Europa, sendo que depois países como a Alemanha e a Itália se beneficiaram da sua localização com os acordos de segurança como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), contraponto à União Soviética.

O interesse em possuir uma bomba como essa põe em evidência tanto a nova forma de capacidade destrutiva quanto sua influência. Isto se traduz em uma nova forma de poder e, conseqüentemente, a adição no mundo de um tipo de ordenamento coercitivo, com capacidade de dissuasão¹. Em termos de poder bruto, isso gera a consolidação dos países detentores de armas nucleares como detentores do poder de fato.

Vale destacar que a capacidade de organização do poder a partir dessa nova fonte não ficou somente na Europa. China, Índia, Paquistão e Coreia do Norte foram os países que conseguiram colocar o plano da arma nuclear em prática, mesmo sem ter de fato tê-la usado num conflito. Ao que tudo indica, não são somente testes, mas também uma forma de demonstrar poder, além da capacidade de manter suas políticas para fora da esfera de influência do poder americano e europeu, e com mais competência para criar sua própria esfera de influência – também como forma de coerção – do que países que não têm armas nucleares, gerando a habilidade da dissuasão nuclear.

De certa forma, a imagem de poder bélico nuclear exercida pelos países tem um sentido diferente do convencional pois a coerção que a existência da bomba atômica exerce não é direta. Na realidade, esse tipo de coerção parece uma ideia vaga dado que não há motivos para que ocorra a ameaça militar direta entre os detentores de armas nucleares e os países da América Latina. Contudo, ela ainda confere domínio de um país sobre o outro porque essa é uma de suas funções – de criar essa diferença de poder com um grande abismo no meio.

Mais do que uma relação de coerção bruta e capacidade de dissuadir por ameaça, a bomba atômica também transpõe fonte de poder político. Irrefutavelmente, o papel dos Estados Unidos foi central no desenho do modelo político internacional que vai se estender até

¹ As armas nucleares foram o elemento fundamental da dissuasão no período da Guerra Fria. A origem etimológica da palavra “dissuasão” é: estratégia militar sob a qual uma potência usa a ameaça de represália de forma eficaz para impedir um ataque de uma potência adversária. Seria como um estado gasoso em que o poder não é praticamente aplicado, mas sua existência é conhecida e sua ameaça é sentida. Assim, nas relações internacionais, intitular-se-ia como o poder de persuadir o rival a abandonar o ato que pretende realizar (KOZAN, 2019).

o século XXI. Ele foi dotado de capacidade de dissuasão a partir da arma nuclear, mas também possui poder político-ideológico suficiente para sustentar a percepção de ameaça.

A Coreia do Norte não é a única que realiza testes nucleares hoje e, ao menos no Brasil, ela é retratada na mídia como a maior ameaça nuclear existente – recentemente junto do Irã – mesmo que possua muito menos armas nucleares. Este retrato é criado, independentemente de ser uma ameaça real ou potencial, chamando a atenção para a intimidação asiática. Portanto, para exemplificar como a América Latina sofre a influência do círculo ocidental, ideologicamente, a ameaça é representada como vinda da Ásia e a influência da bomba atômica dos Estados Unidos e Europa no sul do continente americano seria como a sombra do poder político-ideológico, que trabalha por meio de instituições criadas depois da Segunda Guerra Mundial para sustentar a influência.

Assim, num primeiro momento, o fim da Segunda Guerra Mundial caracteriza uma mudança no sistema internacional pela adição de uma fonte bélica capaz de consolidar poder de capacidade destrutiva nas mãos de poucos, criando formas de manter um *status quo* com a criação de esferas de influência.

1.1 Ordem mundial e segurança internacional: mudança nas dinâmicas de poder global a partir do surgimento do poder nuclear militar

O fim da Segunda Guerra Mundial foi um marco para a segurança internacional em relação à fusão nuclear de diversas formas. Uma delas é que as pesquisas sobre o processo físsil passaram a ter um novo investimento, mas agora com relação ao emprego dessa tecnologia na propulsão naval e em geração de energia elétrica, ou seja, a atenção foi voltada para o uso pacífico. Em boa parte desses casos, eram utilizados os próprios equipamentos que foram adquiridos nos programas militares para fabricar bombas atômicas, pois o potencial de geração de calor poderia ser usado no aquecimento de água, produção de vapor, e na movimentação das turbinas para geração de energia elétrica. Os Estados Unidos foram pioneiros nos testes do emprego do material físsil para a geração de energia e o primeiro reator nuclear a produzir energia foi em 1951 (BOHLKE, 2022).

O novo investimento não foi irrelevante para a política externa norte-americana. Abriam-se as portas para que a esfera do conhecimento nuclear alcançasse a paz porque agora

que a guerra havia acabado, as Nações Unidas e seus ideais pacíficos dariam espaço para mais um fator. A busca pela paz é prezada, mas também questiona-se como, neste ambiente, a paz nuclear seria conquistada e o porquê de a iniciativa ter sido dos Estados Unidos logo após o reinvestimento em matéria nuclear.

Em 1946, o Ato de Energia Atômica dos Estados Unidos estabeleceu políticas para o desenvolvimento de energia atômica para uso militar e uso “pacífico”. Isto criou o *Energy Atomic Commission* (EAC), que seria uma agência civil independente e que moveu o programa de armamento nuclear do exército para a EAC. Com o ato, foi estipulado que, com algumas exceções, a agência seria proprietária de todas as instalações para a produção de material físsil. Isto colocava a energia nuclear, ao menos da perspectiva da palavra “civil” como uma ação não militar e, portanto, pacífica, e o programa americano de armas nucleares sob controle civil (WOOLF et al, 2021).

Contando com o sucesso da criação de energia a partir da fissão nuclear e seu potencial, em 1953, o presidente americano Dwight Eisenhower discursou na Assembleia geral das Nações Unidas (AGNU), lançando o projeto “Átomos para a Paz”, ou “*Atoms for Peace*”, que tinha o objetivo de reorientar esforços de pesquisa para a geração de eletricidade, estabelecendo o caminho para o desenvolvimento de energia nuclear civil nos Estados Unidos. Enquanto isso, na União Soviética havia projetos para os reatores preexistentes e para desenvolver novos equipamentos e componentes. Em 1954, o primeiro gerador de eletricidade passou a operar em Obsnisk, a 100 quilômetros de Moscou (BOHLKE, 2022).

Ainda nos Estados Unidos, com o novo programa nuclear, a marinha norte-americana desenvolveu um reator de água pressurizada (PWR) para o uso naval, especialmente para submarinos. O primeiro submarino movido a energia nuclear foi lançado em 1955, e até 1959, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética haviam feito os primeiros navios movidos a energia nuclear. Dessa forma, entende-se que o emprego do átomo começou simultaneamente na propulsão naval e geração de eletricidade, e a partir daí os PWR tiveram uso preferencial para a marinha e produção de energia. Somente a partir dos anos 2000 o Fórum Internacional Geração IV apresentou uma tecnologia aperfeiçoada para os PWR, chamados de reatores de quarta geração ou *IV Gen Reactors* (BOHLKE, 2022).

O desenvolvimento dessa tecnologia foi imprescindível para manter-se atualizado acerca do processo nuclear e seus diversos usos ao mesmo tempo que mantinha o *know-how* para si. A esse ponto é evidente que reservar a tecnologia para si manteria o país detentor num

lugar privilegiado. É notório também que o potencial energético da tecnologia nuclear empregada em fins pacíficos poderia atender às demandas de energia e contribuir com o desenvolvimento global. A partir dessa ideia, antes mesmo do projeto Átomos para a Paz, foi criada na AGNU a Comissão de Energia Atômica (CEANU), que iniciou em 1946 (BOHLKE, 2022).

O fim dos anos 1940 e início dos anos 1950 foi um período de transição para o complexo de armas nucleares americano, que experimentou expansões e contrações em sua estrutura. A primeira fase iniciou com o Projeto Manhattan nos anos 1940. Este foi um período de crescimento da produção. Num segundo período, durante os anos 1950, foram consolidadas uma série de instalações pelos Estados Unidos para fornecer capacidade o suficiente para atender a necessidade de um estoque em expansão (WOOLF et al, 2021).

A Comissão objetivava a formulação de propostas sobre o intercâmbio de informações científicas e garantir que a energia seria utilizada para fins pacíficos. O trabalho também incluía a eliminação dos arsenais atômicos, o estabelecimento de “salvaguardas efetivas por meio de inspeção e outros mecanismos para proteger os Estados que cumprem seus compromissos contra os riscos de violações e evasões”. De fato, os Estados Unidos queriam assegurar de que outros países não desenvolvessem armas nucleares e isso era algo que não poderia fazer de forma unilateral. Para isso foi proposta a criação de uma autoridade internacional responsável por guardar material físsil e controlar todas as atividades atômicas potencialmente perigosas, visando ao desarmamento nuclear. Do lado soviético houve uma contraproposta: desarmar primeiro e depois controlar. Assim, após dois anos os trabalhos foram encerrados (BOHLKE, 2022).

Entre 1949 e 1952, soviéticos e britânicos realizaram testes com suas primeiras bombas atômicas. Com o fim do monopólio norte-americano sobre as bombas, o agravamento da Guerra Fria e a estagnação das Nações Unidas, as chances de um mundo livre de armas nucleares diminuiriam. A proposta dos Estados Unidos permaneceu e levou à criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Buscaram orientar a cooperação para o uso civil da energia nuclear até meados dos anos 1970, pois as mudanças na legislação dos Estados Unidos afetaram o programa “Átomos para a Paz” (BOHLKE, 2022).

A ideia de Eisenhower era de que as potências nucleares transfeririam as reservas de materiais físséis para um estoque comum para ser usado por todos os países em atividade. Isso permitiria o controle de armas nucleares, confiança entre o bloco oriental e ocidental e a criação

de uma organização internacional dedicada à promoção do uso pacífico de energia nuclear. Notando que a União Soviética ainda não quis apoiar a proposta, decidiram alterar a proposta e sugeriram que a Agência deveria atuar como uma espécie de local de compra e venda, em vez de custodiar o material físsil. Juntaram-se à ideia o Reino Unido, França, Canadá, Austrália, África do Sul, Portugal e Bélgica e em 1955 passaram a integrar o “grupo dos 8” por serem os maiores produtores de Urânio. A ideia era algo semelhante a uma organização de comércio que compraria e revenderia plantas e combustíveis nucleares. Nesse sentido, a única obrigação era que os Estados teriam que efetuar suas próprias contribuições financeiras regulares e, ao menos, que o país recebesse assistência da agência, nenhum Estado seria obrigado a se submeter a salvaguardas ou observar as regras de segurança técnica nuclear. Somente com a morte de Josef Stálin em 1955 foi que o governo soviético se uniu às negociações sobre a criação da AIEA (BOHLKE, 2022).

Dos membros do grupo dos 8, 5 deles, o Canadá, Austrália, África do Sul, Bélgica e Portugal, começaram as negociações sobre o estatuto da AIEA em Washington baseado nos esboços americano e britânico acerca de suas diretrizes. Estes 5 foram trazidos para a negociação como produtores de urânio, que era uma clara indicação da importância política que o elemento tinha para os americanos. O Objetivo do grupo era chegar a um acordo sobre o estatuto, avançar para a criação da agência, e só então convidar outros países a aderir-la (FICHER, 1997).

De acordo com Bölke (2022), em 1955 o grupo aumentou para 12 membros, pois em 1956 o Brasil, Índia, Tchecoslováquia e União Soviética entraram para o grupo. A AIEA se parecia mais como uma agência especializada das Nações Unidas neste ano, e foi concluído o projeto de estatuto que reflete o texto vigente.

A criação do Estatuto era tensa, as delegações tomaram uma posição defensiva e alertaram contra qualquer tentativa de romper o “delicado equilíbrio” alcançado em temas sensíveis como a divisão de competências da Junta e Conferência Geral. De acordo com o Estatuto, os principais objetivos são “acelerar e ampliar a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade em todo o mundo”, e também “garantir, na medida do possível, que a assistência prestada por ela ou a seu pedido ou sob sua supervisão ou controle não seja usada de maneira a promover qualquer finalidade militar”. Já suas principais funções são incentivar e auxiliar a pesquisa, desenvolvimento e aplicação da prática da energia atômica para usos pacíficos, providenciar materiais, serviços, equipamentos e instalações para atender fins pacíficos, promover o intercâmbio de informações científicas e técnicas sobre o uso pacífico da

energia atômica, estabelecer padrões de segurança para proteção da saúde, estabelecer salvaguardas para garantir que materiais físséis, serviços e equipamentos não sejam utilizados com fins militares, e por fim, aplicar as salvaguardas a pedido dos pares ou a pedido de um Estado, a qualquer uma das atividades desse Estado no campo da energia atômica (BOHLKE, 2022).

A estrutura que o grupo dos 8 previram para a AIEA e outras disposições do esboço que emergiu de suas discussões estavam bem próximas daquelas do texto final de 1957 do Estatuto da AIEA. Ao contrário da maioria dos órgãos intergovernamentais criados após a Segunda Guerra Mundial, a AIEA operaria em alguns aspectos como uma organização comercial, ao comprar e revender usinas nucleares e combustível. De certa forma, como uma reencarnação internacional da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos (USAEC). Um dos termos do Estatuto mais relevantes que permeia até hoje é que, se um país membro receber assistência técnica da AIEA, seria obrigado a aceitar as salvaguardas e seus próprios padrões de segurança (FICHER, 1997).

Houve um acordo com a União Soviética em julho de 1955 para se juntar às negociações da AIEA. O eventual acordo entre Estados Unidos e União Soviética para criar uma nova agência internacional e um assunto tão sensível quanto esse teria sido inconcebível durante os últimos anos de Stalin (1927-1953). Em outras negociações, o acordo com a AIEA marcou o primeiro grande degelo no pós-Guerra entre Washington e Moscou (FICHER, 1997).

Foi a delegação da Tailândia que sugeriu que a AIEA pudesse aplicar salvaguardas, inspirada na proposta dos Estados Unidos. As salvaguardas não são obrigatórias e essa proposta foi vista como ingênua por querer a aplicação das salvaguardas a si mesmo, mas a proposta foi aprovada e hoje serve de base legal para a AIEA, os países membros do Tratado de Tlatelolco e do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Ademais, a Junta tem poderes quase exclusivos sob as salvaguardas, estabelecendo e aprovando sistemas de salvaguardas, inspetores, acordos, e se houver dúvidas sobre as atividades nucleares de um Estado, a Junta poderá determinar se o Estado está cumprindo ou não, e se não considerar o cumprimento, poderá informar o ocorrido ao Conselho de Segurança ou à Assembleia Geral das Nações Unidas. O Estatuto prevê 12 assentos “quase permanentes” para os países mais avançados em matéria nuclear e 10 eletivos com mandatos de dois anos. Entendia-se, inclusive, que o assento latino-americano “quase-permanente” caberia ao Brasil, mas Brasil e Argentina intercalavam o assento e negociavam como se fosse uma delegação só. A exemplo disso, de 2018 a 2020, o Brasil ocupou o assento eletivo (BOHLKE, 2022).

Diante do investimento nuclear voltado para fins pacíficos e a criação de um sistema administrativo-legal, pode-se refletir sobre algumas considerações. Uma delas é espelho do próprio contexto. A Guerra Fria estava em curso e este era um assunto delicado para todos os envolvidos. O que se referiu como a melhor estratégia para lidar com a nova demanda de investimentos nucleares com fins pacíficos foi a criação da agência. Esse assunto foi tratado como esquema de confiança, visto que quem possuía armas nucleares não as deixariam, porque era uma questão de não-proliferação de armas nucleares. O objetivo final era garantir que quem já não possuía armas nucleares, que, então, não as tenham de nenhuma forma.

Uma outra interpretação possível é de que as tentativas dos Estados Unidos em insistir na criação de uma agência que possa trazer mais transparência para as atividades nucleares em nível global eram mais do que interesse da paz, mas em manter a sua predominância como portador de bombas nucleares. Um fato que chama mais atenção que esse é o pedido de aplicação de salvaguardas ao seu próprio país para além de seguir os princípios do Estatuto que levam ao uso pacífico do material físsil e energia nuclear.

A questão é: por que algum país gostaria que o fiscalizasse e ficasse nas mãos da interpretação de outros Estados sobre o desenvolvimento nuclear do país? A resposta é que, após o período da Segunda Guerra Mundial, a possibilidade de desenvolvimento e crescimento energético não foi visto com bons olhos somente pelos detentores de armas nucleares, que possuíam o conhecimento do processo inteiro e tecnologia o suficiente para montar plantas de usinas nucleares. As salvaguardas seriam para os Estados que possuem armas nucleares, uma forma de controle, e para os países que não possuíam, uma forma de tentar ganhar a confiança dos primeiros para poder receber tecnologia, *know-how*, materiais, plantas energéticas etc. Colocar-se em uma posição subordinada não foi o suficiente para que houvesse uma troca mais justa. É essa busca por provar-se confiável que também mantém um jogo de poder com poucos detentores de armas nucleares, mas também poucos com tecnologia nuclear avançada, que sim, é disponível também para fins militares.

1.2 A crise do petróleo Árabe em 1973: o problema do abastecimento

As décadas de 1960 e 1980 foram os períodos mais intensos da corrida armamentista. A Crise dos Mísseis de Cuba, por exemplo, marca o quão próximo as potências estavam de um estopim (KOZAN, 2019). Outro momento de instabilidade que vale ressaltar é a Crise do

Petróleo. O petróleo foi consolidado como a principal fonte de energia e o recurso estratégico mais importante do mundo moderno e sua história é marcada por disputas por controle e pela alternância entre os períodos de escassez e abundância (PIMENTEL, 2011).

Nos primeiros anos do século XXI, o consumo diário tinha uma média de 85 milhões de barris por dia, e o mundo voltou a pressionar o limite da capacidade global de produção, renunciando uma nova crise que poderia vir a ameaçar a existência do paradigma energético. Apesar do apogeu do petróleo ter sido no século XX, a indústria de petróleo surgiu na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos. O petróleo transformado em querosene era vendido como substituto para a iluminação a gás e óleo de baleia. Um grande propulsor da utilização do petróleo foi o motor à gasolina, que em 1885 foi um importante fator para a expansão da indústria petrolífera ao mesmo tempo que atravessava sua primeira crise devido ao impacto da introdução da lâmpada elétrica na Europa e Estados Unidos e da superprodução de petróleo (PIMENTEL, 2011).

O século XIX foi uma etapa inicial a qual foi caracterizada pela grande concentração de indústria do petróleo, com pouco ou nenhum tipo de intervenção do Estado. Para ilustrar os moldes desse início, indústrias como a Standard Oil, de John David Rockefeller, chegaram a controlar 90% da produção dos Estados Unidos, enquanto na Europa a empresa Shell e a Royal Dutch escoavam a produção da Rússia e da Indonésia (PIMENTEL, 2011).

A posse de amplos suprimentos domésticos de petróleo e o controle sobre o acesso às reservas estrangeiras de petróleo têm sido elementos significativos na posição de poder nos Estados Unidos. Uma das principais características da geopolítica do petróleo no século XX foi que, com duas exceções – Estados Unidos e União Soviética – nenhuma das grandes potências possuía reservas significativas de petróleo dentro de suas fronteiras. Os Estados Unidos foram o maior produtor de petróleo nos primeiros $\frac{3}{4}$ do século. Além da próspera economia doméstica, 5 das 7 grandes companhias petrolíferas que dominaram a indústria internacional entre as décadas de 1920 e 1970 eram empresas americanas (PAINTER, 2014).

As empresas americanas e britânicas dominaram as indústrias de petróleo dos dois principais produtores da América Latina da época: México e Venezuela. Também houve participações menores em toda região. Durante as décadas de 1920 e início da década de 1930, os Estados Unidos apoiou com sucesso os esforços das empresas petrolíferas americanas para obter concessões de petróleo no Oriente Médio. O controle do petróleo desempenhou um papel vital no estabelecimento e manutenção da preeminência dos Estados Unidos no sistema

internacional. As plataformas movidas a petróleo surgiram na Primeira Guerra Mundial, tornaram-se centrais na Segunda Guerra, e permaneceram importantes depois dela. Além disso, os Estados Unidos estabeleceram um vasto arquipélago de bases militares no exterior que lhe permitiu projetar seu poder por todas as regiões. Por isso, além do papel notável do petróleo na economia dos países industrializados e na produção de energia, foram executadas estratégias para manter o acesso às reservas no exterior (PAINTER, 2014).

O século XX freou a indústria petrolífera com escassa intervenção estatal dado o interesse governamental. A partir daí, países produtores de petróleo tiveram uma maior regulamentação estatal, muitas vezes nacionalizando empresas petrolíferas, em contraste com os interesses das *International Oil Companies* (IOCs). Mesmo nos Estados Unidos, houve uma ação antitruste que acabou dissolvendo a Standard Oil, e durante a Grande Depressão, o governo americano interviu com o objetivo de estabilizar os preços que estavam em queda, além de estabelecer um sistema de quotas para a produção doméstica. O efeito da criação desse modelo foi a inspiração para criar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (PIMENTEL, 2011).

As empresas americanas e europeias, no entanto, ainda tinham um alcance internacional e estimulavam a exploração de reservas estrangeiras. Um exemplo disso foi a criação da Anglo-Persian, que, no futuro, seria a British Petroleum. Quando a empresa apresentava problemas em suas finanças, o governo britânico atingiu 51% de seu capital. Assim, a dinâmica nos quais países produtores buscavam aumentar o controle sobre a *commodity* enquanto países importadores buscavam garantir o suprimento, determinou as grandes linhas da “geopolítica do petróleo”, que continua até hoje (PIMENTEL, 2011).

Desde então, esse tipo de modelo foi amplificado. A Primeira Guerra Mundial foi oportuna para as empresas produtoras de petróleo e o produto foi aclamado como o principal recurso estratégico do século XX, dando para os Aliados, que eram os maiores detentores das reservas globais, uma vantagem. Já no período entre as guerras mundiais, a demanda aumentou significativamente. Houve um medo de desabastecimento e a condição de *commodity* estratégica gerou uma maior competição pelas reservas de petróleo. As companhias criadas eram consideradas como “braço industrial para a ação do governo”. Nas palavras do historiador Daniel Yergin, “como os Estados Unidos abasteceram quase sozinhos todo o esforço dos

Aliados, drenando seus recursos sem precedentes, o medo da escassez começou a crescer”(tradução nossa)² (PIMENTEL, 2011).

Ao fim das duas Grandes Guerras Mundiais, líderes norte-americanos viram o crescimento econômico na Europa Ocidental e no Japão como essenciais para contenção do poder e influência soviética. A destruição, deslocamento e uso excessivo durante as guerras, reduziram a produção de carvão drasticamente na Europa Ocidental. Para alimentar a recuperação econômica nessa região, os Estados Unidos procuraram garantir que recebesse energia necessária, em parte fornecendo dinheiro pelo Plano Marshall para permitir que comprassem petróleo de empresas americanas. Além disso, controlar o acesso ao petróleo ajudou a conciliar o objetivo de recuperar a economia da Alemanha e Japão, e integrar uma aliança ocidental capaz de impedir o revanchismo alemão e japonês. Para manter o acesso ao petróleo na América Latina, Oriente Médio e outras partes do Terceiro Mundo, os Estados Unidos e seus aliados procuraram conter a influência soviética, embora em 1960 a URSS já era o segundo maior produtor de petróleo e estava exportando em larga escala (PAINTEER, 2014).

Então, após as guerras mundiais, assim como as descobertas de diversos campos no Oriente Médio e na África, principalmente na Argélia, Líbia e Nigéria, houve certa estabilidade por pelo menos duas décadas para a indústria do petróleo, com crescimento da oferta e da demanda. Ainda assim, em 1959, com a queda dos preços e o acirramento da competição entre os produtores com o custo menor no Oriente Médio, os Estados Unidos colocaram quotas às importações de petróleo para defender a indústria doméstica. O resultado foi uma das crises mais sérias, que, em 1956, pela nacionalização do Canal de Suez, sucedendo o fechamento da rota em que passava 2/3 de todo o petróleo exportado para a Europa. (PIMENTEL, 2011).

Além da crise de Suez, o excesso de produção nas décadas de 1950 e 1960 resultou em preços baixos e levou ao impacto negativo sobre os países produtores. A reação à redução dos preços promovida pelas IOCs levou a uma campanha promovida pela Venezuela, Arábia Saudita, Irã, Kuwait e Catar, criando a OPEP. Mesmo que esses países, juntos, concentrassem aproximadamente 80% da exportação de petróleo, eram também imbuídos de rivalidade interna, problemas com suas próprias receitas e pela competição do petróleo soviético. Em seguida, diversas medidas de mobilização e reação dos IOCs levaram a conflitos armados, diversas crises

² No original: “And as the United States almost single-handedly fueled the entire Allied effort, putting an unprecedented drain on its resource, a fear of shortage began to grow” (PIMENTEL, 2011).

de suprimento de combustível e nacionalização de empresas, alterando, assim, as condições que agora favoreciam os países exportadores (PIMENTEL, 2011).

Os primeiros 10 anos da OPEP pode ser melhor descrito pela analogia de um sindicato trabalhista recém-formado, onde a primeira tarefa é organizar os trabalhadores, acostamá-los a trabalhar juntos e desenvolver confiança mútua. Depois, pode usar seu poder coletivo para barganhar uma melhor renda. A década de 1960 foi o período de consolidação. Assim, ela conseguiu ampliar seus membros a um total de 13 países, e contou com importantes eventos como a disputa entre os governos do Iraque em 1961, e Argélia em 1969 com as respectivas empresas em seus territórios (ISSAWI, 1978).

Entre as maiores consequências no aumento das receitas dos países da OPEP foram, em primeiro lugar, a utilização da chamada *oil weapon*, que teve a capacidade de impor aos governos mundiais a agirem mais decisivamente na instabilidade do Oriente Médio. Em segundo lugar, foi o aumento da inflação e redução do crescimento mundial. Como referência a esse aumento, em 1973, o presidente americano Richard Nixon anunciou que “no espírito da Apollo, com a determinação do Projeto Manhattan, até o final desta década teremos desenvolvido o potencial para atender às nossas próprias necessidades de energia sem qualquer fonte de energia estrangeira” (tradução livre)³ em resposta ao recém-descoberto poder de fogo do Oriente Médio. Os Estados Unidos propuseram a criação de uma conferência sobre energia que reuniria países desenvolvidos, resultando na Agência Internacional de Energia (IEA) – que futuramente controlaria sistemas de abastecimento e geração de energia nuclear – para contestar de forma coordenada os aumentos no preço do petróleo (PIMENTEL, 2011).

Nos países subdesenvolvidos, os efeitos não foram uniformes, mas claramente a quadruplicação dos preços significou a transferência de riquezas em favor dos exportadores de petróleo, levando também ao aumento do consumo por esses países. Porém, em países importadores, suas economias sofreram o impacto em dobro pela recessão mundial e aumento do déficit em balanços de pagamento (PIMENTEL, 2011).

Apesar da Crise do Petróleo ter sido um grande choque para a economia global e as questões geopolíticas que envolvem a exploração e consumo do petróleo estejam mais próximas

³ No original: “In the spirit of the Apollo, with the determination of the Manhattan Project, by the end of this decade we will have developed the potential to meet our own energy needs without any foreign energy source” (PIMENTEL, 2011, p. 45-46).

da realidade atual, também houve um acontecimento semelhante que envolvia a dependência de uma fonte energética por um grupo de países que buscavam obter o seu controle.

Um acontecimento de natureza semelhante ocorreu na Europa: no século XIX, o carvão sustentou o crescimento da economia da Europa e a expansão das guerras. Entretanto, o que parecia ser um fator favorável ao desenvolvimento, logo foi visto como uma ameaça ao crescimento econômico e industrial e, assim, buscou-se uma alternativa energética, deparando-se com a nuclearização da produção de energia. (ARMAND; ETZEL; GIORDANI, 1957).

De 1950 a 1957, a independência energética da Europa foi fortemente discutida. Mesmo que a produção do material tenha sido alta entre 1870 e 1970, o equilíbrio entre a oferta e a demanda de carvão tornou-se uma ameaça (ARMAND; ETZEL; GIORDANI, 1957).

Os conflitos na Europa no início do século XX certamente foram influenciados por uma crise na produção de carvão. Mais do que isso, foi um litígio que tinha como principais razões, tensão e o transtorno sobre a obtenção de segurança energética, dado que o carvão era a principal fonte. Houve o crescimento da demanda do uso de energia elétrica, e o carvão, como fonte primária de energia, não sustentava essa demanda. A primeira metade do século XX foi decisiva para ocasionar mudanças significativas sobre a principal fonte de energia e de onde ela vem. O ouro negro, nesse caso, possui um papel fundamental até hoje sobre a economia e poder a nível global; contudo, principalmente depois da crise do Canal de Suez, o fornecimento de petróleo altamente dependente do Oriente Médio provou ser uma fonte instável. Dessa forma, a disputa pela Alsácia-Lorena e a desgastante procura pelo controle das fontes petrolíferas e seus preços fizeram com que fossem consideradas fontes alternativas (ARMAND; ETZEL; GIORDANI, 1957).

Na segunda metade do século XX, em 1953, ocorreram atos importantes sobre o contexto energético. Globalmente, estavam sendo repensados os parâmetros pelos quais era entendida e organizada a segurança nuclear. O discurso de Eisenhower “Átomos para a Paz” na Assembleia Geral da ONU, foi o ponto de partida para a criação de acordos sobre o tema nuclear, que levou à criação da AIEA (SÖDERSTEN, 2018).

O interesse sobre a fonte e o uso de energia nuclear não para aí. Foram criadas a Agência de Energia Nuclear (NEA), antes chamada Agência Europeia de Energia Nuclear (ENEA), e Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM). Idealizada por um político francês, Jean Monet, e considerando que a França era oposta à criação do Mercado Comum, ainda assim foi considerada pela importância da cooperação, desenvolvimento e integração nuclear, além

de incluir a França em discussões sobre a possibilidade de um mercado comum (SÖDERSTEN, 2018).

A Euratom, assinada em 1957, mais conhecido como Tratados de Roma após a ratificação das partes originais como a Alemanha Ocidental, França, Bélgica, Itália, Luxemburgo e Países Baixos objetivando a sistematização e racionalização do uso de energia nuclear para fins pacíficos, integrando a Comunidade Econômica Europeia (CEE), hoje União Europeia (SÖDERSTEN, 2018).

Por fim, dentre todas as principais fontes energéticas ao longo do tempo, como mencionado, o petróleo e o carvão passaram por fases de demanda de forças energéticas capazes de manter funcionando as novas máquinas criadas nos séculos XIX. As novas máquinas conformaram novos estilos de vida e, assim, concretizava uma necessidade constante e até crescente de fontes. A falta de alternativas energéticas, ou a abundância delas, geraram crises que acabaram em extrema tensão até chegar em guerras. Esses conflitos ilustram pontos de inflexão sobre a necessidade de repensar quais serão as novas fontes que darão estabilidade para um sistema, ou um modo de viver na sociedade globalizada. Na falta de estabilidade ou na ânsia por uma procedência energética consistente e rentável, formam-se instituições que tentam garantir essa consistência através do controle dos recursos de energia. Portanto, a segurança energética tem uma relação direta com quem está no controle das fontes energéticas.

1.3 Energia nuclear na era do petróleo: a ascensão das tecnologias de baixo carbono

Como resultado de investimentos em infraestrutura e tecnologia por mais de um século, a maior indústria global possui uma estrutura para a produção e consumo de energia dominada por combustíveis fósseis, principalmente o petróleo. É estimado que em 2004 o petróleo foi responsável por cerca de 35% da energia consumida no planeta, seguido de carvão com 25%, gás natural com 21%, biomassa com 10%, energia nuclear com 6%, energia hidroelétrica com 2% e outros tipos de energias renováveis com menos de 1%. (PIMENTEL, 2011).

A relação que uma sociedade tem com uma fonte energética é de sustentação de um modo de vida. Levando em consideração os números acima, a demanda para colocar gasolina no carro, ligar uma lâmpada e produzir bens é majoritariamente dependente de combustíveis

fósseis, mas o senso crítico sobre o aquecimento global também levanta indagações para alternativas energéticas. Diante disso, pensar em sustentabilidade é razoável para evitar crises energéticas e conseqüentemente econômicas. Os exemplos históricos dados no subcapítulo anterior mostram a necessidade de segurança para evitar que uma crise ocorra, mas também utiliza meios de segurança (bélicos ou institucionais) para domínio e influência das fontes energéticas.

Dessa forma, de acordo com Pimentel (2011) a busca por alternativas torna-se a procura por novos paradigmas energéticos. A utilização de outros combustíveis fósseis para substituir o petróleo enfrenta obstáculos logísticos, tecnológicos, ambientais, econômicos e geopolíticos. Mesmo assim, tem-se investido em fontes de energia não-fósseis nos últimos anos. Somente os biocombustíveis podem ter um impacto imensurável no setor de transportes, quase inteiramente dependente do petróleo, todas as outras fontes de energia que está em estágio comercial, tais como a nuclear, eólica, solar e hidráulica, são alternativas para a produção de eletricidade, competindo mais com o carvão e o gás natural do que com o petróleo.

Em termos de energia nuclear, depois de passar duas décadas por uma estagnação, hoje ela é pensada como uma estratégia para diminuir as emissões de gás carbônico na atmosfera. A energia nuclear, junto com a hidráulica e a geotérmica, é a única fonte não-fóssil capaz de fornecer fluxo previsível de constante eletricidade sem depender, ainda, de condições geográficas específicas. O custo é análogo a grandes hidroelétricas, nas quais é preciso um grande investimento inicial e um longo tempo para construir, mas os custos de operação são baixos. Como consequência, o preço se torna competitivo e, mesmo que essa não seja uma fonte de energia renovável, existe a expectativa de que exista material suficiente para alimentar uma indústria por muitas décadas (PIMENTEL, 2011).

Existe até a tecnologia de reatores chamados de *fast breeder*, que produz plutônio mais do que é consumido, criando uma reserva praticamente inesgotável de combustível nuclear. A AIEA considera que o estoque de urânio que pode ser recuperado por menos de 130 dólares por quilo é suficiente para 85 anos de consumo, podendo aumentar o número em até 8 vezes se utilizadas reservas de material mais caro, estendendo o consumo por 2500 anos (PIMENTEL, 2011).

Portanto, a grande vantagem da energia nuclear é a sua capacidade de extrair uma enorme quantidade de energia de um pequeno volume de combustível. Transformando a matéria diretamente em energia, a fissão é milhões de vezes mais energética que a queima

química, que simplesmente quebra as ligações químicas. Uma tonelada de combustível nuclear produz energia equivalente a até 3 milhões de toneladas de combustível fóssil (RHODES, et al, 2000).

Já os pontos negativos da utilização da energia nuclear dizem respeito, primeiro, ao risco estatisticamente pequeno, mas real, de que acidentes com grande potencial destrutivo aconteçam, sem esquecer do lixo atômico, que tende a ser pequeno, mas existe e é armazenado. Uma preocupação recorrente com relação a esse tipo de energia e o mais importante para esse trabalho é o risco de proliferação e desvio de material nuclear, pois o plutônio resultante da combustão do urânio em reatores nucleares é altamente radioativo e ideal para a construção de armas nucleares. Seguindo a inquietação sobre os usos da energia nuclear, há também o problema de que a energia nuclear requer uma alta tecnologia para que os reatores sejam construídos. Poucas empresas têm dinheiro e *know-how* para produzir esses reatores. Enquanto os novos geradores são mais seguros e potencialmente imunes aos riscos de proliferação, podem levar anos para atingir uma escala comercial (PIMENTEL, 2011).

Apesar de todos os riscos, a AIEA estima o a utilização de energia nuclear para gerar eletricidade em 12% até 2050. A energia nuclear gerou cerca de 10% da eletricidade mundial em 2020 (AIEA, 2021). Mesmo numa estimativa mais otimista, a capacidade de geração seria equivalente a 28% da energia elétrica consumida (PIMENTEL, 2011). Assim, fica evidente que a energia nuclear faz parte de um novo paradigma energético que surgirá na era pós-petróleo comercial

Dito isso, é possível verificar porque a energia nuclear seria atrativa, bem como as características mais desagradáveis tais quais a capacidade de investir muito capital, num primeiro momento, na construção de uma usina nuclear, e os riscos da utilização de material radioativo. A questão é: quem poderia, no caso de possuir interesse em energia nuclear, possuí-la? E em que termos? Por esse ângulo, a transição energética, ou mesmo uma maior distribuição de fontes energéticas, como uma alternativa mais sustentável, assim como outras alternativas encontram um entrave logo ao manifestar interesse. Ora, a tecnologia está nas mãos de poucos, é cara, e quem a recebe estaria preferencialmente de acordo com os seus interesses pois, para quem considera exportar essa tecnologia é preferível não ter dúvidas sobre a conduta do beneficiário.

Considerando uma crise climática causada pela emissão de gás carbônico faz com que sejam repensadas as fontes energéticas. Levando em conta na história mundial as crises

energéticas como aconteceram com o carvão e petróleo que geraram conflitos armados, entende-se que, para aliviar as tensões da urgência em mudar de fonte energética, a distribuição de meios alternativos seria imprescindível. Contudo, mesmo que a energia nuclear precisasse de prudência e cautela na sua produção e utilização, ainda assim, deixa dúvida sobre o modo parcial com que é tratado a sua distribuição.

A questão de segurança recai sobre o potencial de conflito sob a inexistência de fonte alternativa suficiente para uma grande demanda energética, mas também incide sobre como é usufruído a energia nuclear. Hoje, quem possui tecnologia (avançada) nuclear, tem chance de estar mais seguro numa crise climática e energética global. No caso da distribuição de tecnologia da energia nuclear, dado o nível de desconfiança com alguns países que possuem ou querem ter energia nuclear, como seria delineada a base para a segurança coletiva.

2 SEGURANÇA NUCLEAR PELA INTEGRAÇÃO: MEDIDAS DE EQUILÍBRIO

Neste segundo capítulo pretende-se continuar com a temática da dinâmica das relações internacionais sobre o assunto nuclear, focando no contexto geopolítico e histórico regional entre 1960 e 1994. Enquanto o primeiro capítulo tratou de revelar as consequências do surgimento da tecnologia nuclear no sistema global, trata-se, neste segundo capítulo, das implicações do status quo nuclear junto aos temas de política de defesa, desarmamento, e sistema e agenda regional para defesa. Para isso, o tema será desvendado pelas mudanças no status quo global e como isso se sucedeu na América do Sul.

A preocupação com o meio ambiente foi um dos temas mais importantes discutidos na segunda metade do século XX, mas ela não veio sozinha. O ambientalismo foi discutido em meio ao questionamento do modelo ocidental e socialista de desenvolvimento, deixando a demanda ambiental dependente do contexto econômico e de desenvolvimento.

Um caso que revela essa situação é a Conferência de Estocolmo de março de 1972. Essa Conferência, também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, foi a primeira grande reunião organizada pela ONU que concentrava sua atenção sobre as questões do meio ambiente. Ela foi convocada dado à crescente atenção internacional para a preservação da natureza e pelo descontentamento de diversos setores da sociedade com relação à poluição e qualidade de vida das populações. Além disso, a Conferência introduziu alguns dos conceitos e princípios que se tornariam a base em que evoluiria a diplomacia sobre o meio ambiente, e foi o fórum, por meio dos países em desenvolvimento, do tratamento da questão ambiental aconteceu no contexto na agenda social e econômica das Nações Unidas (LAGO, 2013).

Na época, fora dos centros de poder que constituíam os polos da Guerra Fria, os questionamentos concentravam-se na busca de soluções para os graves problemas sociais e econômicos. Nos países em desenvolvimento o medo da expansão do comunismo “justificava” regimes autoritários que buscavam legitimar sua presença no poder com resultados econômicos marcantes. Na Ásia e África, sob o impacto da descolonização e apesar das tentativas do Movimento os Países Não-alinhados de procurar caminhos que assegurassem maior autonomia aos países em desenvolvimento, as novas ideias e desafios desenvolviam-se no contexto aparentemente incontornável da Guerra Fria (LAGO, 2013).

O movimento ecológico nos anos 1960 teve sua legitimidade atribuída pela consequência negativa da industrialização como a poluição, o barulho e o tráfego, que passaram a afetar a maior faixa da população dos países ricos. A classe média nas sociedades mais ricas, depois de 20 anos de crescimento ininterrupto, já suprida suas necessidades básicas, estava pronta para alterar suas prioridades para abraçar novas ideias e comportamentos que alterassem seu modo de vida (LAGO, 2013).

De fato, não foi até 1960 que o movimento ecológico e questões ambientais tornaram-se relevantes. Nesta época, estudiosos do tema refletiam sobre a abordagem de recursos antropocêntrica norte-americana dominante e suas consequências para a crise ambiental. O período foi marcado pelo desenvolvimento da ética ambiental, consciência ecológica e pensava-se até em “direitos da natureza não-humana”. Todos estes tinham como alvo a forma e os recursos em que a vida humana se estabelecia (SESSIONS, 1987).

Um documento chamado *Limits to Growth*, publicado meses antes da abertura da Conferência, apresentava uma perspectiva quase apocalíptica das consequências do “progresso” nas bases em que se estava desenvolvendo. (LAGO, 2013). A visão se tratava de uma crítica ao modo de vida que contribuía para a destruição do planeta, mas considerando a ambição de crescimento econômico progressivo, acabaram também por criticar as fontes energéticas mais utilizadas e incitaram a busca por alternativas que permitissem a continuidade do avanço econômico sem alterar muito o modo de vida que permitia o desenvolvimento da população.

No início dos anos 1970, Estados com regimes autoritários e com taxas altas de crescimento econômico como a África do Sul, Espanha, Irã e Coreia do Sul viam com apreensão o crescimento de um movimento a favor do meio ambiente, cujas repercussões para a economia eram uma incógnita e os efeitos políticos sobre suas sociedades eram pessimistas. Existia também uma preocupação por parte dos países em desenvolvimento com regimes totalitários como o Brasil, que temia o questionamento de políticas econômicas que sustentavam o regime e a possibilidade de criação de um novo fator de desestabilização política. Essas preocupações tinham fundamento sobre o crescimento econômico de países em desenvolvimento que colocava em questão correntes de pensamento que favoreciam o *no growth*, isto é, as limitações de crescimento (LAGO, p. 31).

De acordo com Lago (2013), houve nesse período uma grande divergência entre a posição de países ricos e do Brasil. Criticava-se o Brasil na área dos direitos humanos,

principalmente com relação aos indígenas, meio ambiente, desigualdade social e violência policial. Enquanto o Brasil via-se como um país inimigo do comunismo e que oferecia excelentes perspectivas de investimento. A principal inquietação dos governos da Europa ocidental e dos Estados Unidos com relação aos regimes autoritários dos países em desenvolvimento manifestava-se, na realidade, na área da segurança, pela modernização e pelo crescimento do poder das forças armadas, pelo desenvolvimento de programas nucleares, e suas consequências para rivalidades e conflitos regionais.

Até nos anos 1980, o Relatório Brundtland, que aponta várias áreas nas quais progressos ainda podem ser feitos nos países ricos sem custos excessivos, chegou no momento em que se atribuía todos os males aos países em desenvolvimento ou aos países do bloco socialista. Preocupados com os custos elevados da onda ambientalista, esta fase foi impulsionada com a justificativa do trauma que causou à Europa Ocidental o acidente em Chernobyl, na União Soviética em 1986. O embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães assinala:

para os Governos dos países industrializados, diante da pressão de sua opinião pública para reduzir os níveis de poluição, há duas estratégias, que podem ser simultâneas ou alternativas: a) reduzir suas emissões [...] com custos políticos e financeiros consideráveis; e/ou b) aumentar a pressão sobre os países subdesenvolvidos, para que reduzam sua pequena participação na degradação do meio ambiente, através de um processo de transferência e de magnificação de responsabilidades (apud LAGO, 2013, p. 81-82).

Sendo assim, é perceptível que, a partir dos anos 1960, as fontes energéticas para o desenvolvimento econômico já tenham causado transtorno não só nos países ricos, como nos países pobres também. A diferença é que cada um teve que lidar com a previsão de um desastre ambiental de forma distinta. No caso apresentado é possível observar o quanto a posição dos países subdesenvolvidos estava comprometida. Para alcançar um desenvolvimento econômico substancial, países desenvolvidos utilizaram meios tecnológicos-industriais com o suporte de fontes que liberam carbono na atmosfera até evoluírem seus meios econômicos onde é possível repensar fontes alternativas e possui respaldo financeiro e tecnológico suficiente para diversificar suas fontes. Para os países em desenvolvimento que tardiamente conseguiram algum nível de crescimento, sua fonte energética é majoritariamente dependente da indústria que libera carbono na atmosfera, sem contar com os países que ainda estão em situação de insegurança energética.

Dessa forma, entre o desenvolvimento econômico e industrial, e necessidade de criar alternativas energéticas, países subdesenvolvidos estariam encurralados numa forma de

desenvolvimento industrial mais atrasada, mas que, mesmo assim, não conseguia alcançar o nível dos países desenvolvidos. A questão é que a posição dos países ricos, que não queriam limitar a emissão de carbono e comprometer o crescimento financeiro, julgava que os países em desenvolvimento, especialmente os que estavam em um regime militar, deveriam colaborar para a diminuição de eliminação de gases, mas que não teriam acesso a fontes alternativas e tecnologias avançadas como a energia nuclear pois não eram confiáveis o suficiente para obtê-los.

Antes mesmo de ser uma questão de segurança bruta diante da ameaça nuclear bélica, a questão se debruça geopoliticamente sobre o papel da energia e da segurança energética.

Um tema central para a geopolítica é a segurança energética. Ela pode ser definida como a situação em que uma nação ou uma região é em termos de disponibilidade de energia suficiente para manter taxas razoáveis de crescimento econômico para melhorar as condições de vida da população. Assim, a segurança energética está diretamente ligada à composição estrutural da sociedade e a conservação e apoio da organização política de um Estado. O desenvolvimento desse Estado seria orientado pelo controle de recursos energéticos e, conseqüentemente, das tecnologias ligadas a eles no processo de extração e produção de energia. Por isso, países ricos – mas não somente – ainda veem o controle da produção, distribuição e uso do petróleo como uma prioridade estratégica (MELO et al., 2017), mas pode-se perceber que, nesse caso, o controle de outras fontes energéticas como a nuclear também é extremamente importante.

Conforme a visão de Melo et al. (2017), embora as discussões ligadas às crises do petróleo foram responsáveis por chamar atenção do mundo para a geopolítica da energia, ela é cada vez mais influenciada pela discrepância entre a quantidade de recursos e a crescente demanda de energia, cobrindo assuntos de terrorismo, desenvolvimento econômico, instabilidade, rivalidade geopolítica e as relações que os Estados têm uns com os outros. Por sua vez, insegurança energética provoca incertezas relacionadas ao uso de recursos energéticos tanto para os países subdesenvolvidos que exigem mais energia para alimentar seu processo de acumulação, como para os demais países devido à maior pressão exercida pela competição por recursos energéticos. Para além disso, há o fato de que o carvão, petróleo e o gás natural são recursos relativamente finitos dá aos Estados e às empresas um poder eminente, e de que a articulação de elementos produtivos para gerar recursos faz com que as tensões entre os países compitam por elas.

Existem três estratégias para adotar a segurança energética. Uma é a autossuficiência energética, que pode ser implementada através da diversificação de fontes de energia, pois há a necessidade de importar energia; por isso as tecnologias em energia renovável desempenham um papel importante. Outra estratégia é que o Estado poderia aumentar sua segurança energética na medida em que aumenta também a segurança no fornecimento de energia externa através da diversificação de fornecedores externos por acordos comerciais, influência política e diplomática ou a militarização do controle de recursos energéticos no exterior, claramente a última sendo exercida por países desenvolvidos. A terceira estratégia é a de integração regional, referindo-se à integração de infraestrutura e cadeias de energia de fornecimento em uma região que geralmente permeia os processos de integração regional, ou mesmo, à cooperação técnica-informacional. A integração regional energética começou a receber mais atenção devido ao processo de globalização, que exigiu dos Estados ações que aumentem a competitividade (MELO et al., 2017).

Ao que todas essas estratégias indicam, diversificação e cooperação em termos energéticos está mais coerente com a necessidade de transição energética global do que para a competição e a restrição de recursos e tecnologia, e o que acontece é a aparente limitação que países desenvolvidos dão para acessar a diversificação energética.

Finalmente, a integração regional – junto da segurança, incluindo a energética – é destacada como uma das principais condições para a segurança energética. Para este trabalho, é interessante perceber que a cooperação regional é um fator essencial para a segurança energética devido ao potencial de desenvolvimento. Decerto a cooperação entre países que possuem tecnologia avançada é pertinente, mas, como o exemplo da ABACC e a relação entre Brasil e Argentina, ela pode ser vantajosa para a segurança energética, bem como, no caso da energia nuclear, a segurança regional de fato.

Deste modo, entendendo que a energia nuclear pode ser uma alternativa viável para muitos países, a dúvida recai sobre a segurança daqueles que já possuem energia nuclear ou que querem tê-la.

2.1 Políticas de defesa global e regional e desarmamento

O presente subcapítulo tem como objetivo discorrer sobre a necessidade de levantar a discussão sobre políticas de defesa e o porquê do alinhamento dos posicionamentos dos países latino-americanos quanto à sua política de defesa regional.

Durante a Guerra Fria, sendo constatada a inaplicabilidade geral do conceito de segurança coletiva, foram desenvolvidos vários conceitos básicos de segurança, com características que informavam as posturas dos países ocidentais, socialistas, neutros e não-alinhados. O conceito ocidental, desenvolvido pela política estratégica dos Estados Unidos e países aliados, baseava-se na perspectiva da utilização da arma nuclear contra a União Soviética e sua presumida superioridade no campo das forças convencionais. A estratégia que pairava na Guerra Fria, a dissuasão nuclear, responde em parte pela ausência de um conflito global por mais de 45 anos, e a estabilidade estratégica era manifestada somente entre as potências nucleares ocidentais e a União Soviética (PINTO, 2015).

De acordo com Pinto (2015), o conceito de segurança desenvolvido pela União Soviética destacava, junto da capacidade nuclear, a manutenção de grandes efetivos de forças convencionais para repelir qualquer agressor. O seu discurso argumentava que, uma vez que fosse alcançada a inevitável construção do socialismo em todo o mundo, estariam automaticamente eliminadas todas as causas da guerra, justificando a manutenção do seu arsenal atômico pela necessidade de responder ao desafio das potências do ocidente.

Nesse interregno, no Terceiro Mundo, os conflitos convencionais alastravam-se por motivos de choque de interesses nacionais. Já os países neutros estavam excluídos da participação direta nas duas grandes alianças militares e outros, que nem eram alinhados, adotaram o discurso da defesa do desarmamento nuclear e a promoção do conceito de segurança coletiva, que se baseia na interpretação mais estrita das disposições da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) (PINTO, 2015).

Países recém independentes declaravam sua determinação em evitar alianças militares que dominaram os dois blocos de poder em disputa. As tentativas destes blocos em atrair os novos Estados, ajudou para que mantivessem na preservação e promoção a sua independência, cristalizando em um movimento não alinhado, conhecido como Movimento dos Não Alinhados (MNA) (BANDYOPADHYAYA, 1977).

A China, que estava mais próxima ao MNA, e potência nuclear desde 1966, justificava tal situação pela necessidade de romper com o monopólio nuclear das duas alianças. Na América Latina, os países membros do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

estavam cobertos contra um ataque atômico soviético pela proteção nuclear norte-americana. Essas doutrinas práticas de segurança coexistiam com o conceito de segurança coletiva definido na carta da ONU; contudo, ela nunca foi inteiramente implementada. O que se pôde fazer foi aprimorar a capacidade da ONU em conduzir operações de manutenção ou imposição da paz, que evoluíssem para novos paradigmas. (PINTO, 2015).

Ao fim da Guerra Fria, foi engendrado o conceito, nos Estados Unidos, de “segurança cooperativa” como possível base para a reorganização das reações de defesa e segurança no Hemisfério Ocidental. Desenvolvido por William Perry, Ashton Carter e John Steinbruner, antes de Perry assumir o cargo de Secretário de Defesa dos Estados Unidos, foi construído a partir da análise do vazio estratégico que seguiu o final da Guerra Fria. Segundo ele, “a ausência de uma ameaça imediata é bem-vinda, porém, desorientadora” (PINTO, 2015).

Com o conceito básico da “segurança cooperativa” tinha-se como objetivo encontrar uma base política persistente e de longo prazo para a ação cooperativa em questões e eventos vistos como de alto risco, ao mesmo tempo que tentava criar barreiras para futuros conflitos armados e guerra nuclear. Contudo, pode ser uma fonte de risco, manifestando-se com turbulências políticas dentro e fora das fronteiras, tornando-se gatilhos para conflitos e escalada militar em um espaço de alto armamento. Entre suas diretrizes políticas estariam: o compromisso com um engajamento estável e busca por total transparência de ação e intenção (KELLEHER, 2012).

Por séculos, o método tradicional de enfrentar ameaças tem sido o de identificar os inimigos potenciais, avaliar sua força e preparar-se para detê-lo ou dissuadi-lo diante da formação de forças numerosas o suficiente ou detentoras de uma capacidade superior. Hoje, a maior parte dos países defronta-se com a ausência de uma ameaça externa, de natureza estatal, mensurável e caracterizadamente hostil. Isto é mais verdadeiro para os membros da União Europeia e do MERCOSUL do que dos Estados Unidos (PINTO, 2015).

Para resolver essa lacuna, Perry sugeriu uma mudança de abordagem para o planejamento de defesa. Neste método, “mediante a prevenção, procura-se evitar o surgimento de novas ameaças e a partir daí, determinar o tamanho, composição das forças nucleares e convencionais, a taxa de modernização, e o grau de preparação para combate”. Propõe, ainda, a construção de um sistema flexível de promoção de entendimentos regionais de prevenção de conflitos, gerido pelos Estados Unidos, a partir do qual seriam desenvolvidas medidas de construção de confiança mútua capazes de reduzir tensões regionais.

Assim, enquanto organizadores, os Estados Unidos seriam mantidos como o centro de um sistema informal que articularia vários sistemas ou arranjos regionais. Ou seja, esses sistemas seriam, *grosso modo*, coincidentes com os grandes comandos regionais integrados das Forças Armadas dos Estados Unidos, como: Comando Central (Oriente Médio, Oceano Índico e Ásia Central), Comando Atlântico (Oceano Atlântico e África), Comando Sul (América Latina e Caribe), Comando Europeu e Comando Pacífico (Ásia Oriental e Oceano Pacífico). A OTAN seria a provedora desse sistema (PINTO, 2015).

Em termos de operação, o arsenal nuclear norte-americano continuaria a ter a função do tempo da Guerra Fria, o de dissuadir ataques nucleares ou de outras armas de destruição em massa. A continuidade da hegemonia militar dos Estados Unidos passa cada vez mais a se apoiar na manutenção da superioridade de coleta, processamento e transmissão de informação, de uma fórmula chamada de C4ISR (PINTO, 2015). Esta não seria, portanto, somente uma ideia vaga de dominação de um país hegemônico sobre outros, dado que é uma estratégia de fato.

Pinto (2015) revela que, do ponto de vista norte-americano, seria desejável se a sua superioridade passasse a ser encarada como de interesse coletivo. Por exemplo, caberia abolir a proliferação de armas de destruição em massa e promover a autolimitação de certas armas convencionais, e obter a definição de fórmulas de equilíbrio entre as principais potências regionais. Uma vez encontrada a fórmula, seria possível modernizar as Forças Armadas de uma determinada região e evitar corridas armamentistas descontroladas. Trata-se de estabelecer uma ordem regional capaz de prolongar a supremacia norte-americana, não pela coerção ou ameaça da dissuasão nuclear, mas pela sua aceitação pelas potências de cada região. Ruth Diamint, cientista política argentina e ex-assessora do Ministério da Defesa, defendeu a sua introdução na região. Acabou por argumentar em favor da adoção de instrumentos de limitação de armas como os verificados por instrumentos multilaterais como a AIEA ou a Convenção de Armas Químicas.

Isso significa pouca contribuição da Argentina para a estratégia americana, uma vez que a adoção dos instrumentos multilaterais de desarmamento já eram uma realidade palpável para a Argentina, dado que o propósito era alcançar a confiança do detentor de tecnologias de defesa avançadas. De fato, a esfera de influência norte-americana ainda tem muita força, mas as informações aqui apresentadas sugerem que o movimento do conceito de segurança coletiva tem mais a ver com essa esfera de influência do que dar às regiões soluções palpáveis para a transformar conflitos.

Visto isso, o conceito de segurança coletiva trabalha mais sob a esfera de influência política e militar, enquanto mantém armas nucleares para si, há a promessa de proteção mais do que protege seu território de influência de fato. Um exemplo disso pode ser a forma como a Guerra das Malvinas decorreu sem evidente envolvimento dos Estados Unidos.

Uma outra questão é como o conceito de segurança coletiva acomodou a multilateralização dos meios de desarmamento. Iguamente, seriam reflexos da influência norte-americana que tenta justificar, nesse caso, manter seu arsenal nuclear já que este seria plano se sua esfera de influência, como se a possibilidade de desarmamento de muitos países fosse fruto da sensação de estar protegido ao apoiar o sistema de defesa coletivo americano, apoiado pela nuclearização dos Estados Unidos. Junto desse fato, fazer com que outros países não tenham acesso à tecnologia nuclear – e não ter acesso à segurança energética se for o caso de algum país ter interesse nela por questões de desenvolvimento e segurança –, consequentemente, leva à estabilização do *status quo* de segurança: se um país aparenta não ser uma ameaça, então a geopolítica norte-americana para sua esfera de influência está segura, de modo que a segurança dos Estados Unidos seria o suficiente para alcançar a paz em grande escala global de fato.

2.2 Brasil e América do Sul: a orientação do sistema de defesa

Como continuação do subcapítulo anterior, aqui é explicado como ocorreu a intersecção dos objetivos ideais para um sistema de defesa compartilhado entre, principalmente, Brasil e Argentina.

A orientação do sistema de defesa das Américas foi amplamente discutida em encontros pelo continente e, nesse sentido, os anos 1990 foram cruciais para o estabelecimento dos parâmetros em cada país sobre o que era considerado uma ameaça e o qual era o seu planejamento para se defender dessa ameaça. Para o continente americano, a posição dos Estados Unidos, Brasil e Argentina foram cruciais para o que viria a ser chamado de “desequilíbrio estratégico” da década em questão.

Isso é relevante, pois, levando em conta o fim da Guerra Fria e a tentativa de solidificação das esferas de influência, os moldes que estavam sendo estabelecidos remetem diretamente às políticas de energia nuclear e desarmamento. Isto é, a questão do acesso à energia

nuclear e o desarmamento recaem sobre a esfera de influência norte-americana e, conseqüentemente, dentro do guarda-chuva de um sistema de cooperação idealizado pelos Estados Unidos. A singularidade desse período incide, para Brasil e Argentina, sobre a capacidade de manter-se firme sob sua própria definição de cooperação para defesa e de perdurar diante das mudanças do período que remetem sobre a ordem global até hoje.

No período mencionado, ocorre uma reforma no sistema, intensificado pela criação da Comissão Especial de Segurança Hemisférica da OEA em 1992, que culmina na realização da Cúpula das Américas em 1994, em Miami. Desde o início das atividades sobre o sistema de defesa o Brasil adotou uma posição de reticência em relação à aplicação multilateral de conceitos de segurança e de medidas de promoção de confiança (CBMs) no hemisfério, uma vez que aqueles conceitos tinham sido idealizados para a situação de Guerra Fria na Europa. Já os Estados Unidos e Argentina defendiam posições divergentes: os Estados Unidos desejavam promover o engajamento dos países latino-americanos contra as chamadas “ameaças transnacionais”. A Argentina procurava se aproveitar das iniciativas dos Estados Unidos para o estabelecimento de mecanismos que limitassem o que era percebido como um crescente desequilíbrio estratégico em favor do Brasil (PINTO, 2015).

Antes de apresentar o contexto da época e os interesses de cada um dos países mencionados, é importante ressaltar como a questão da política nuclear e a política de defesa estão conectadas. De fato, a política nuclear no Brasil e Argentina – países com o maior foco neste trabalho – nunca chegaram a ser uma ameaça real. Seus planos eram direcionados à função energética nuclear e eram voltadas ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico. O que relaciona suas respectivas políticas nucleares com políticas de defesa é que a questão nuclear, mesmo que voltada ao desenvolvimento energético, nunca deixa de ser a causa de desconfiança. Portanto, ainda que não aparente ser diretamente um indício de falta de segurança, a defesa está relacionada também a orientação de seu posicionamento quanto à disposição geopolítica, estabilidade na região, manutenção de paz e inserção em processos decisórios mundiais.

Para exemplificar a dimensão do sistema de salvaguardas, em 1986, o posicionamento do Brasil serviria como uma espécie de “escudo conceitual” para dissuadir eventuais ações militares de potências de fora da região, e implementar em longo prazo um sistema de cooperação horizontal que salvaguardasse o uso pacífico do mar, de acordo com a comunidade de interesses e com a responsabilidade para com o hidroespaço do Atlântico (GARCIA, 1998). Ou seja, a ideia de estabelecer salvaguardas não era somente expressa por países desenvolvidos e militarmente avançados sobre a questão nuclear, mas permeava os vários setores de segurança

e defesa e a iniciativa vinha do Estado que acreditasse ser um tema importante. Como representado nesse exemplo, diversas iniciativas serviriam como o dito “escudo conceitual” de onde partia o posicionamento brasileiro, levando em conta a cooperação e salvaguardas horizontais.

Assim, pode-se tirar dessa experiência, também, a forma com que antes mesmo do período dos anos 1990, o Brasil já tinha um posicionamento relativo à sua própria demanda. O que se passou nessa década, especialmente em referência ao Brasil, leva adiante as medidas de promoção de confiança mútua como aconteceu na OEA, evento relevante para a expressão dos critérios de solução pacífica de controvérsias, prevenção e cooperação em segurança.

Em novembro de 1993, na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), depois de palestras com representantes do Canadá e dos Estados Unidos sobre os temas de “Conceito de Fortalecimento de Medidas de Confiança” e “Terminologia das Medidas para Fortalecimento da Confiança”, o representante do Brasil viu que as duas exposições baseavam-se em instrumentos que resultavam da experiência dos dois países como membros da Aliança Atlântica (Tratado *Open Skies*) e dos “Acordos para Evitar Incidentes Entre Navios Militares no Alto Mar”. Ambos exemplos representavam CBMs de caráter militar desenvolvidas durante o período de confrontação entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia (1955-1991). Para o Brasil, essas medidas não se aplicavam a um continente onde as relações cordiais constituíam a regra e os conflitos eram uma exceção (PINTO, 2015).

Nesse contexto, o Brasil e outros países da América Latina buscaram ressaltar os aspectos não-militares das medidas de confiança, defendendo um tratamento mais abrangente de maneira que possa incorporar iniciativas no campo econômico, comercial e cultural, e que, efetivamente, promovessem a integração, desencadeando, assim, a vontade dos países da América Latina em tratar a questão de segurança através de meios econômicos, assim como o MERCOSUL foi indispensável para a questão nuclear entre Brasil e Argentina (PINTO, 2015).

Segundo Neto (et al, 2015 apud VIGEVANI et al, 2001), a intensificação do processo de integração seria a resposta às pressões norte-americanas sob os países latino-americanos que, naquele momento, lançava a Iniciativa para as Américas, também conhecida como Plano Bush, em que visava consolidar sua liderança e superar entraves da Rodada do Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Esta era uma proposta de tentativa de organização das relações entre os países americanos, fundamentada no aumento da interdependência econômica

com os Estados Unidos a partir de acordos bilaterais que levavam em conta o livre comércio, investimentos, e pagamento da dívida externa.

A atuação do Brasil aconteceu no sentido de retirar da agenda os itens que não tinham relação direta com medidas de fomento da confiança. Foram também apresentadas as medidas de fortalecimento de confiança desenvolvidas entre Brasil e Argentina, ressaltando que o impulso nas relações bilaterais foi resultado de condições políticas e históricas específicas dos dois países, não sujeitas a serem estendidas a outras regiões do mundo. O dito fortalecimento da confiança foi expresso em iniciativas comuns na área do desarmamento, da decorrência da necessidade de superar restrições de acesso a bens e serviços de alta tecnologia, e da promoção de um processo de integração econômica que vinculava os dois países, que foi possível pelo grau de confiança desenvolvido pelos presidentes Sarney (1985-1990) e Alfonsín (1983-1989) (PINTO, 2015).

Vários trabalhos tiveram discrepâncias fundamentais entre Brasil e Argentina, por isso não era prevista a preparação de uma Declaração Final. Conseqüentemente, o Brasil insistiu em discutir suas diferenças em Buenos Aires para a reintrodução do conceito de segurança cooperativa, ou seja, a segurança cooperativa à sua maneira. Assim, o Brasil aproveitou para aprofundar o diálogo bilateral com a Argentina na área de segurança. Depois, como consequência da integração Brasil-Argentina, foi tomado conhecimento que a Argentina aderiria ao TNP e, logo depois, foi realizada no Rio de Janeiro uma reunião de consulta entre altos funcionários diplomáticos e militares dos dois países sobre segurança e defesa. Foram discutidas, além do setor nuclear, acordos sobre produção de mísseis e realização de inspeções; seguindo a linha temporal, em 1994, o Brasil propôs o estabelecimento de um sistema de consultas entre os dois países que previa reuniões anuais entre seus respectivos presidentes e a continuidade das reuniões diplomático-militares; ideia que foi bem-recebida pela Argentina. Ainda em 1994, foi dada ênfase sobre a relação Brasil-Argentina em decorrência do Brasil estar construindo uma relação especial de parceria no MERCOSUL, que compreende a área econômica, mas que também tem efeitos em segurança e defesa (PINTO, 2015).

Nos anos 1991 e 1992 estabeleceu-se alguns compromissos e procedimentos para tratar das Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança (MFCS). Durante a “reunião de experts de medidas de fomento à confiança e medidas de segurança”, de 1994, apontavam-se, além dos principais pontos da medida, que o continente sul-americano era um dos menos armados do mundo e que por isso já havia certo grau de confiança. Motivo pelo qual, de acordo com eles, haveria uma grande oportunidade para desenvolver a cooperação e integração

regional, e que as medidas de confiança não deveriam ser estritamente militares, e sim, seriam considerados também os aspectos políticos, sociais e econômicos (SCHWETHER, 2016).

O ano de 1994 foi crucial para as relações entre Brasil e Argentina, para os temas econômicos e de segurança. Neste ano ainda havia discordâncias acerca do que constituiria uma ameaça à segurança regional e sobre o caráter das instituições de defesa. Enquanto a Argentina insistia em estabelecer uma conferência interamericana especializada com ministros de Defesa dos países membros da OEA e o estabelecimento de um centro de prevenção de conflitos, identificando situações de risco e prováveis causas de conflito, o Itamaraty defendia a existência de um grande desequilíbrio de poder militar no hemisfério, representado por países membros da OTAN, e a dificuldade de vislumbrar uma forma de equilíbrio que contemplasse as preocupações de países com níveis de poder nacional tão distintos como os da América Latina e Caribe (PINTO, 2015). Isto é, enquanto um centrava-se sobre a representação cooperativa liderada pelos Estados Unidos, o outro estava convencido de que a melhor forma de atuar seria identificando e atuando de acordo com suas próprias necessidades, acolhendo as demandas que tinham em comum e a melhor forma de trabalhá-las.

Na opinião do Governo brasileiro, não havia ameaças militares contra o hemisfério e as questões de segurança deveriam permanecer a ser tratados nos foros já existentes, como a Comissão Especial de Segurança Hemisférica (CESH), e na Junta Interamericana de Defesa, e que as deliberações sobre questões de desarmamento e controle de armamentos devem estar centradas nas instituições já estabelecidas na ONU. Para além disso, a questão central do desarmamento, para o Brasil, era a manutenção dos arsenais atômicos pelas potências nucleares. (PINTO, 2015).

Sobre o assunto militar, o governo brasileiro mantinha um alto padrão de transparência no “Registro de Armas Convencionais” da chamada “Informações Padronizadas sobre Despesas Militares da ONU”, e incentivava outros países a complementar informações sobre importação e exportação com dados sobre estoque, aquisição e políticas adequadas. Acerca disso, na Reunião de Peritos Governamentais sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança Mútua, em Buenos Aires em março de 1994, a Delegação Brasileira buscou destacar o caráter historicamente pacífico da atuação na América do Sul e que contribuiu para os esforços internacionais de não-proliferação para que a segurança internacional cresça.

A insistência do Brasil, na época, em tender a não confiar nos Estados Unidos também foi um efeito do Exército dos Estados Unidos ter intensificado manobras em áreas de países

limítrofes como a Guiana, Venezuela, Peru, Colômbia e Argentina, sem ter o cuidado de informar o Brasil. A ação gerou nas Forças Armadas brasileiras um sentimento de desconfiança em relação aos Estados Unidos e suspeitavam de que eles tinham a intenção de criar uma “Força Interamericana de Paz” baseada na leitura ampla de um certo “dever de ingerência humanitária” (PINTO, 2015).

Em suma, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), junto com os Ministérios Militares da época, contrastou com uma série de iniciativas dos Estados Unidos e da Argentina na Área de Segurança Hemisférica enquanto o Brasil acreditava que sua visão não correspondia com o seu interesse. O processo de negociação foi caracterizado pela firmeza na defesa de sua posição, pela ausência de dogmatismo, e pela capacidade de mobilizar os países da América do Sul. A resistência argentina com relação ao Brasil foi respeitada uma vez que a manutenção do diálogo de alto nível iniciou-se, tratando os problemas de forma construtiva, ao mesmo tempo que, internamente, o governo brasileiro ponderava acerca de sua inserção internacional do ponto de vista da Defesa (PINTO, 2015).

A distinção entre a orientação de sistemas na América foi qualificativamente distinta. Não eram opostas, pois o seu cerne girava em torno da proposta de segurança coletiva. Mas uma estava voltada para a manutenção primariamente – se não unicamente – militar, e a outra tinha vistas às suas próprias demandas. Fazer parte da América do Sul certamente fez com que compartilhasse a sua experiência com outros Estados próximos, vivência que formulou práticas de defesa sem que houvesse a securitização da criação de um inimigo do Hemisfério Sul, e voltasse para os problemas de defesa tangíveis na sua região.

O papel do Brasil foi fundamental para a mudança de visão estratégica geopolítica da época da Guerra Fria, em que haveria necessidade de um alinhamento e a prevenção defensiva de um inimigo potencial, para um novo paradigma. Isso não significa, contudo, que não haveria valorização pelo Brasil pelo investimento multilateral da não-proliferação de armas nucleares. Pode ser observado que, após o alinhamento mais acirrado entre o Brasil e Argentina em suas propostas de defesa, nas quais deveria ser resolvido entre eles a desconfiança sobre seus planos de desenvolvimento nuclear e de criar bases de cooperação e confiança por meio das salvaguardas, o multilateralismo que pairava sobre suas ações deixou de ter um efeito de restrição e controle.

2.3 A agenda regional para a cooperação em defesa e integração

A cooperação em defesa consiste na coordenação e no ajuste recíproco das políticas de dois ou mais países com coleção à ameaça, uso e controle da força nas relações globais. É pressuposto que cada uma das partes modifique seu comportamento em função de mudanças na conduta do outro, e contrasta com o conflito ou concorrência em que os Estados buscam maximizar seus ganhos em detrimento dos demais. Mais especificamente, a cooperação militar possui uma finalidade mais restrita do que a cooperação em segurança, porque a segurança abrange tanto os aspectos militares quanto não militares. Nesse sentido, a segurança seria uma condição ou percepção coletiva de não exposição a riscos ou ameaças.

Já a defesa é um conjunto de ações e medidas do Estado para assegurar a segurança por meios militares, geralmente voltado à ameaça externa. Para que a cooperação em defesa ocorra, são incluídos exercícios combinados, a formação de recursos humanos, desenvolvimento da tecnologia e intercâmbio de inteligência, cujo objetivo não é somente técnico e operacional, mas também político, na medida que contribui para gerar confiança e consolidar as relações entre os participantes (ABDUL-HAK, 2013).

Para Abdul-Hak (2013), a cooperação entre os Estados pode ser estabelecida de maneira tácita, negociada ou imposta. Enquanto a cooperação tácita ocorre sem a necessidade de comunicação formal ou acordo explícito, a cooperação negociada surge de um processo de barganha e baseia-se na manifestação expressa de consenso. Já a cooperação imposta tem um elemento coercitivo, uma vez que a parte mais forte impõe determinadas políticas aos demais, mas não se confunde com o conflito ou com unilateralismo porque pressupõe que a parte mais forte também ajustará suas políticas e buscará gerar algum grau de benefício mútuo para os participantes. Além disso, os objetivos dos processos de cooperação em defesa dependem majoritariamente das premissas formuladas por líderes políticos e militares sobre a natureza das relações interestatais, as perspectivas duradouras de paz ou conflito, a possibilidade de sistemicamente atenuar ou superar rivalidades e a importância de instituições, regras, valores e interesses na distribuição de poder entre os atores da ordem mundial.

Desde os anos 1980, o Brasil tem promovido uma forte institucionalização da cooperação em defesa, principalmente com a Argentina, com a qual possui mecanismos formais tanto na área nuclear com a criação da ABACC, quando na área mais convencional com a criação do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação em Temas de Defesa e

Segurança Internacional (MPCC) de 1997, o Mecanismo Permanente de Análise Estratégico (MAE) de 1997, e o Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (BTBD) de 2000. Porém, com exceção à ABACC, os mecanismos políticos criados com países da América do Sul demonstraram pouca relevância estratégica e raramente se reuniram, prevalecendo os entendimentos do nível das Forças Singulares, que essencialmente tinham objetivos técnico-operacionais (ABDUL-HAK, 2013).

A cooperação em defesa, então, pode ser avaliada pelo enquadramento do processo de construção da confiança a partir da questão nuclear entre Brasil e Argentina, sendo que, de fato, ocorreram mudanças em suas condutas que contrastavam com a desconfiança e concorrência, englobando o desenvolvimento técnico e operacional, bem como a progressão política que colaborou para gerar confiança. Mais que isso, esse processo foi precisamente marcado pela cooperação tácita no início, que destacava a intenção do Brasil em estabelecer bases para a confiança entre os dois países e uma orientação em defesa específica e, depois, pela cooperação negociada, expressa pela institucionalização das negociações em matéria nuclear e de defesa em geral que aconteceu principalmente durante os anos 1980 e 1990, visando a perspectivas duradouras de paz. Logo, vários desses mecanismos formais, com especial atenção à ABACC, foram cruciais tanto no campo técnico-operacional quanto político-estratégico.

O principal desafio hoje, como parte do mundo em desenvolvimento é produzir uma ruptura com os padrões de dominação do passado, transformando interesses objetivos compartilhados em ação coletiva para a transformação da ordem internacional no sentido da multipolaridade, a única forma de garantir o estabelecimento de regras globais mais justas e democráticas nas áreas políticas e econômicas que ajudem a reforçar os esforços nacionais e regionais para alcançar a justiça social e desenvolvimento econômico. A multipolaridade deveria ser construída de maneira concreta, forjando soluções autênticas para os problemas, sem se afetar por soluções dadas que muitas vezes são vendidas ou impostas de fora como soluções mágicas (SIMÕES, 2011).

Outro ponto marcante sobre a criação da ABACC foi a formalização da tal multipolaridade, um tópico significativo que ajudou a fortalecer os ditos esforços nacionais e regionais para que juntos, a justiça social e o desenvolvimento acontecessem, de acordo com suas próprias projeções ocorresse, e menos por limitações impostas pela esfera de segurança criada exteriormente, mesmo que seja sugerido um tipo de cooperação.

O que leva a um terceiro ponto sobre a cooperação em defesa: a integração regional. Como dito anteriormente, ela é mais ampla e mais difícil de reverter do que a pura e simples cooperação, sabendo que a cooperação também faz parte do processo de integração. Uma vez que compromissos forem assumidos, reverter trairia custos geopoliticamente altos.

Levando em conta a crescente participação do Brasil em diversos instrumentos de proibição de armas de destruição em massa, na América do Sul, foram assinadas a criação da ABACC, assinada a Declaração de Mendoza de 1995, que constituiu na proibição de armas químicas e biológicas, e a Declaração de Ushuaia de 1999, que recomendou o MERCOSUL, Bolívia e Chile como uma Zona de Paz, livre de armas de destruição em massa. O processo culmina, em seus acontecimentos mais importantes, na declaração da América do Sul como Zona de Paz e Cooperação em 2002. De acordo com o Embaixador Georges Lamazière (2001), pelos esforços diplomáticos para promover a mudança do enfoque brasileiro sobre suas relações de segurança e defesa regionais, houve um “descolamento da América do Sul como área com características próprias e o mais impermeável político, diplomática e militarmente possível a ameaças globais – que sua geografia já torna longínquos – para melhor concentração de seus recursos no desafio do desenvolvimento e do resgate da vida social”. O objetivo era afastar o risco de que a região fosse percebida como uma ameaça à paz e segurança internacional, evitando possíveis intervenções e tentando minimizar o temor da “hegemonia subimperialista” que muitos países sul-americanos nutriam com relação ao Brasil durante a Guerra Fria (ABDUL-HAK, 2013).

No entanto, é através do MERCOSUL que o Brasil consegue instrumentalizar da melhor maneira possível um papel de liderança regional. O significado geopolítico e estratégico do MERCOSUL supera seu sentido econômico comercial. Mesmo que a integração tenha catalisado o comércio no bloco e funcionado como escala de mercado, o Brasil experimentou, por exemplo, até o início de 1999 importantes déficits comerciais com relação à Argentina sem que isso colocasse em cheque todo o projeto de cooperação e integração (ONUJI; OLIVEIRA, 2000). Isso significa que a efetividade do MERCOSUL tem relação direta com a formalização da virada de paradigma de defesa da Guerra Fria para o que foi idealizado primeiramente, pelo Brasil, depois compartilhado pela América Latina, e que diante de inúmeras adversidades a orientação regional e estratégia geopolítica permanecem.

Busca-se aqui destacar o papel do processo de criação da ABACC e da agência em si, pois, ela foi quem associou a cooperação em defesa à integração econômica, incitando a pauta

cooperativa em ambos os assuntos sob os mesmos parâmetros coletivos, em que um não existiria sem o outro.

3 VIOLÊNCIA E PAZ NO SISTEMA INTERNACIONAL

O presente capítulo é dedicado à teoria dos Estudos para a Paz, de Johan Galtung. Aqui são explicados os conceitos ao mesmo tempo que considera as circunstâncias globais e regionais discutidos nos capítulos anteriores para explicar como ocorrem as formas de paz e violência nestes contextos.

A mobilização de grupos contra outros e o contraste da humanidade feito pelos conflitos é algo que pode ser observado no complexo sistema internacional. Tais problemas são possíveis de enxergar por meio de uma estrutura. Uma das formas estruturais possíveis é a disposição de instituições multilaterais que se dedicam ao controle nuclear que podem levar à desigualdade, especialmente de poder – sendo a desigualdade uma forma e violência.

Este é um tema que introduz uma das formas de violência estrutural e a falta de paz no cenário internacional: pelo contraste entre a “paz negativa”, definida como a falta de violência coletiva organizada, e a “violência”, que pode ser definida em termos de destruição de fato como consequência das ações de um ator contra outro. Nesse sentido, na ordem do sistema global, não havendo violência direta entre as potências (principalmente), seria assumida a existência de valores consensuais (GALTUNG, 1967). No caso, como não havia violência direta (a dissuasão nuclear não era vista como violência direta), os valores consensuais estariam supostamente sendo manifestados. Com o auxílio da institucionalização da paz nuclear em organizações, agências de controle nuclear internacional e tratados, fica mais claro o suposto compartilhamento dos mesmos valores que estariam sustentando a paz, mas que, ainda assim, são formas de desigualdade e violência.

Visto do que se trata a violência, também existem duas abordagens de compreensão da paz: a dissociativa e a associativa. Enquanto a primeira mantém os grupos separados pelo balanço de poder ou outra medida de polarização, a segunda consiste em pacificar trazendo os grupos para perto uns dos outros através de medidas unificadoras. Dessa forma, no contexto abordado, para manter um certo equilíbrio seria necessária uma divisão de poder onde alguns

teriam o domínio e outros não. Também seria necessário pacificar os ânimos com relação à tecnologia nuclear e à nova divisão global que foi criada com ela, só que por meio da tentativa de institucionalizar a aceitação dessa ordem (GALTUNG, 1967).

Os períodos conturbados da Segunda Guerra e da Guerra Fria foram palcos de mudanças já destacadas aqui. Essas, tão complexas, poderiam ser interpretadas de formas variadas, tal como as relações bilaterais, multilaterais, entre países agrupados em regiões, dentro das regiões, por assunto ou mesmo a partir das relações hierárquicas. Uma possibilidade seria enxergar a relação dissociativa como o que aconteceu entre os países em guerra e seus aliados na Segunda Guerra, as alianças feitas na Guerra Fria, bem como a corrida armamentista de cada um dos lados. Essa também poderia ser relacionada com a suposição da paz negativa através dos agrupamentos baseados, entre múltiplos motivos, nos valores compartilhados. Este tipo de divisão estaria, então, sustentando a paz e pode-se observar o fato na criação da própria lógica de dissuasão nuclear.

Outra possibilidade de enxergar o contexto seria a partir da paz associativa. Esses tipos de resolução da paz não precisam ser excluídos em detrimento da presença de outro. Na realidade, o processo de associação acabou unificando grupos opostos, mantendo-os juntos, mas contra um inimigo externo. No Ocidente, o que destacou como projeto de associação foi a ascensão de organizações internacionais como a ONU, processos de cooperação e a assinatura de incontáveis tratados (a institucionalização da segurança e das formas de poder).

O processo de institucionalização, entretanto, não foi amplamente aceito por todos, pois, enquanto algumas propostas eram facilmente aceitas, outras eram fortemente rejeitadas. Sabe-se que com o sucesso da AIEA hoje, subentende-se que ela foi mais aceita do que rejeitada. O Brasil, inclusive, é considerado um dos fundadores dessa agência e junto desta, foi firmada entre os anos 1960 e 1970 uma série de acordos bilaterais explorados neste trabalho mais adiante, como o Acordo de Cooperação Relativo aos Usos Cívicos da Energia Nuclear Brasil-Estados Unidos, o Acordo de Cooperação no campo de Usos Pacíficos da Energia Nuclear Brasil-Alemanha e o Acordo Quatripartite (OLIVEIRA, 1999). Isso destaca o caráter do Brasil, bem como o da Argentina, que também se posiciona como países em busca de paz e cooperação diante da institucionalização realizada pelas salvaguardas, e que, além disso, fazia da cooperação um meio para tentar entrar em contato com tecnologias mais avançadas.

Fica evidente que, ao longo da Guerra Fria, a institucionalização dos meios de controle foi crucial para a segurança global de maneira geral. Essa mudança significou que o oligopólio das armas nucleares era a principal preocupação. Ou melhor, o monopólio da detenção do conhecimento sobre material físsil pelos Estados Unidos era a maior preocupação do Ocidente. Já propagado esse tipo de conhecimento, houve um reforço acerca da conservação, perpetuação e detenção do mesmo como fonte de poder irrevogável. O momento após a destruição de Hiroshima e Nagasaki orientou-se para a instrumentalização de salvaguardas pela AIEA, órgão que integra administrativamente a estrutura da ONU, e que pode também ser considerada um meio multilateral de controle do poder nuclear.

Agora, a América Latina também expressou interesse tanto pelo desenvolvimento de projetos nucleares quanto pelas salvaguardas empreendidas por fora e por eles mesmos. Nesse sentido, há evidências que mostram que o início do processo de construção da ABACC possui raízes em uma coincidente visão frente à ordem nuclear global. O regime impulsionado pelos Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido reforçava a percepção de que se tratava de um acordo que privilegiava as potências nucleares.

Nesse sentido, as principais críticas que tinham sobre o TNP, um instrumento de poder do sistema internacional, era o caráter discriminatório por dividir o mundo entre países que possuem armas nucleares e os que não têm, a ineficácia do acordo que contribuía para desarmar os desarmados, mas não lidava com a proliferação vertical, nem com a perseverança do *status quo* das potências nucleares como um congelamento de poder. Enfim, já era vista como uma ferramenta que restringia o mercado nuclear entre alguns países, chamado de “colonialismo tecnológico” (MALLEA, 2016).

Vale retomar o conceito de “violência”, pois, para entender o espectro da paz e como ela pode agir, deve-se entender como ela trabalha em função da violência, para que esta última se ausente (GALTUNG, 2018). Assim, o conceito amplo de violência, antes um problema de definição, significa uma igualmente ampla capacidade de atingir a paz.

Em seguida, o conceito de violência pode ser definido em várias dimensões, considerando o “real” e o “potencial”, ou seja, o que ela realmente é, e o que poderia ter sido. Nesse sentido, a violência é o que separa o que é real e o que é potencial, significando que, se existe a possibilidade de evitar que a violência se torne realidade, e ainda assim ela acontece, então, trata-se da existência da violência real, seja qual for o tema que esteja sendo tratado. Da

mesma forma, quando o que é real é inevitável, então a violência não está presente (GALTUNG, 2018).

Boa parte da tensão causada pelo advento das armas nucleares tem relação com a violência potencial ou real. A possibilidade de realização de um evento pode ser concebido melhor através dos “aspectos mentais”, pelas quais é possível pensar a dissuasão nuclear e precisa que um ator seja um influenciador e que outro(s) seja(m) influenciado(s) (GALTUNG, 2018). Assim, as dimensões que caracterizam a ação violenta ou um modo de influenciar, tais como a distinção entre a violência física ou psicológica, a distinção entre um objeto não-ferido e um ferido (violência truncada), se uma violência é intencional ou não intencional, e se existe uma distinção tradicional entre dois níveis de violência (manifesto e latente) (GALTUNG, 2018).

Nesse sentido, é possível elucidar que esse é um caso de violência tanto potencial quanto real. Real porque a explosão de uma bomba nuclear aconteceu e que essa é uma demonstração de força direta, e potencial porque a tensão que o elemento nuclear causou indica a constante possibilidade que um ataque ocorra. É considerada física e psicológica porque ela chega a causar o evaporação de uma pessoa e pode poluir o ambiente, mas também psicológica, pois usa a força como meio de coerção e tenta usar a institucionalidade e a boa vontade de outros países que desejam manter a paz para ficar sob sua influência. Os objetos podem se ferir ou não. É intencional porque conhecem os efeitos e vantagens de ter uma arma nuclear. Esse é o tipo de violência que pode se manifestar de diversas formas.

Ainda no plano global, é importante destacar a compreensão da violência estrutural e cultural. De acordo com Galtung, existe uma distinção entre a violência estrutural e a violência cultural. A violência estrutural corresponde à forma indireta da violência que possui raízes na distribuição desigual do poder e recursos, injustiça, exploração e opressão. Nesse sentido, para superar a condição de violência haveria a paz negativa, que é reconhecida pela ausência de violência direta (explícita) a partir da justiça social, enquanto a paz positiva, que é estimada pela superação de todas as formas de desigualdades e injustiças, o que leva à dimensão estrutural da violência ilustrada pela teoria do imperialismo, a dinâmica global de exploração da periferia pelo centro, bem como a desigualdade em termos de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2017). Dessa forma, entende-se que o contexto abordado neste capítulo é marcado pela violência estrutural, visto que há violência de forma indireta com base na distribuição desigual do poder e recursos, e injustiça da ordem global, sendo essa uma forma de paz negativa, pois

seria necessária a eliminação da violência direta proveniente das armas nucleares para que haja a paz efetivamente.

Na época da Guerra Fria, Galtung agrega mais um conceito: a violência cultural. Esse tipo de violência é construído por identidades coletivas que contribuem com a estabilização de determinadas ordens sociais violentas de forma que sejam consideradas “normais”, além de possuir um teor binário sobre as relações, tais como o bem e o mal, o superior e o inferior, o aliado e o inimigo (OLIVEIRA). Isso poderia ser interpretado como a maneira com que a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos tratam o monopólio da tecnologia nuclear, sabendo que é uma tecnologia acessível e que isso traria desenvolvimento para outros países. A divisão, portanto, poderia ser vista como países desenvolvidos com tecnologia nuclear e países subdesenvolvidos e “não confiáveis” para ter energia nuclear.

A partir desses conceitos é concebido o chamado "triângulo da violência", no qual, numa ponta, está a violência direta e nas outras duas, as formas indiretas de violência (estrutural e cultural). Para reverter o triângulo da violência, há uma equação onde a paz negativa é definida pela eliminação da violência direta e a paz positiva pela eliminação das formas indiretas de violência, criando assim, o triângulo da paz (OLIVEIRA, 2017). A seguir, na Figura 1, a imagem retrata o triângulo da violência.



Figura 1 - Violência Cultural x Violência Estrutural x Violência Direta.

Fonte: Formulada pela pesquisadora (2023).

Ainda, a violência não é cessada pelos esforços do Brasil e Argentina em tentarem criar uma retórica própria em meio à ordem global baseada no poder nuclear. Na verdade, o advento das armas nucleares tornou a situação mais complexa. A ideia de uma ordem mundial alternativa à lógica da violência é contextualizada pelos estudos feitos durante a Guerra Fria, onde as principais preocupações com a paz se reorientaram para o aumento do número de conflitos na periferia do centro, chamadas de “novas guerras”, e estudos sobre as causas da guerra que observam nas características dessa “nova guerra” não se ajustam às dinâmicas do sistema competitivo bipolar e nem uma guerra convencional entre os Estados com o enfrentamento das forças armadas e um objetivo claro (OLIVEIRA, 2017).

Com o advento das armas nucleares, essa lógica foi modificada. Durante a Guerra Fria, dissuasão das duas potências regionais levou à moderação forçada do conflito. Dissuasão, porque há capacidade de responder a ataques. Com a dissuasão, a retaliação do ataque levou a guerras indiretas e à modernização militar que ocorrem na periferia da ordem do sistema global. Seguido do momento de queda da União Soviética, ocorre uma ascensão da Rússia e da China, intensificando a competição econômica.

Há uma discrepância entre os países que possuem armas nucleares e que têm certa autorização para tê-las, enquanto há outros países que lutam para manter o seu programa nuclear, que são considerados “não-confiáveis”, como a Líbia, Irã e Coreia do Norte.

Já no plano regional, uma leitura sobre a competição tecnológica e desconfiança é fruto da estrutura da violência que foi examinada, especialmente com relação à tentativa de obter meios tecnológicos, pelo ambiente com falta de transparência, e também pelo requerimento de tecnologia dos países desenvolvidos.

Mais especificamente, eram reproduzidas entre Brasil e Argentina a violência negativa e direta, potencial na medida que não sabiam em que nível estava o desenvolvimento da tecnologia nuclear em cada território e a violência era psicológica já que não havia o conhecimento do ciclo completo do urânio.

Por isso havia a possibilidade de reverter o triângulo da violência entre eles. Além de não exercerem violência indireta (estrutural e cultural) um sobre o outro, para reverter a situação, eram necessárias ações para a eliminação da violência direta (a ameaça), que aconteceu com o processo de criação da ABACC. Mais que isso, se for considerar a violência indireta, seria a violência exercida sobre eles e à qual eles tentariam se opor em conjunto.

Diante de uma série de facetas da violência, a tentativa de reverter o triângulo nesse nível era difícil por causa da posição daqueles que não possuem tecnologias ou armamento nuclear estiveram, mas o processo de criação da ABACC – e a própria ABACC – é a demonstração da possibilidade de reverter as circunstâncias.

4 PROGRAMAS NUCLEARES E MUDANÇAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: RIVALIDADE MILITAR E DESCONFIANÇA

Este quarto capítulo tem o objetivo de explicar como era relação entre Brasil e Argentina. O primeiro capítulo trata da questão global após o surgimento da tecnologia nuclear, o segundo capítulo trata das consequências deste importante acontecimento na América do Sul, e para estreitar ainda mais, aqui serão abordados os contextos políticos e nucleares do Brasil e Argentina. Mais especificamente, tem como perspectiva as relações bilaterais e acontecimentos significativos anteriores à cooperação nuclear, explicando também as inclinações de cada um dos dois países sobre a questão nuclear e seus respectivos projetos.

Como conclusão de um dos artigos de Maria Odete de Oliveira sobre a integração Brasil-Argentina e a tecnologia nuclear, ela propõe que a integração bilateral seja conduzida através de três ciclos. A primeira delas seria marcada pela lenta e complicada aproximação entre os países considerados rivais. Por essa razão, antes da análise do segundo capítulo que compreenderá o segundo e terceiro ciclo – respectivamente o período da transição democrática e da solidificação das bases para a integração – será discorrido neste capítulo a dita lenta e complexa aproximação entre Brasil e Argentina.

Na história das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, foram identificados vários momentos em que a preocupação era a implementação de programas de cooperação em áreas políticas, econômicas e culturais entre si, preocupação esta que foi prejudicada diversas vezes pelos antagonismos que dividiam os dois países em um interesse em comum, que era a conquista de uma posição privilegiada na região (BRANCATO, 1988).

Num contexto macro, ambos os países incorporaram os processos de afirmação nacional sob os antagonismos de Portugal e Espanha, como se fossem influenciados geneticamente. Dessa forma, a formação do Brasil ocorreu devido à expansão desde Tordesilhas e, no caso da Espanha, aconteceu no sentido de conter “um muro de arrimo erguido para impedir o

deslizamento da expansão luso-brasileira”. Paralelamente, o que gerou antagonismos advindos dessa genética, no caso do Brasil, significou o crescimento e a consolidação, e na Argentina isso foi tomado como prevenção e busca de equilíbrio diante da “propensão do Brasil em se estender até o Prata” (CANDEAS, 2010).

Mesmo no século XIX as políticas demográficas tanto do Brasil quanto da Argentina nos seus anos de formação caracterizaram o emprego do aparato militar, um com relação ao outro, pois a questão fronteira era o que estava em voga. Até os anos 1940 a rivalidade foi marcada principalmente pelo caráter militar mencionado e, para além das fronteiras, no século XX a superioridade naval também era um assunto recorrente, especialmente durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Na primeira metade do século XX, era presumido pela Argentina que o Brasil pretendia aspirar a um tipo de representante militar dos Estados Unidos na Região em troca de armamentos. Já na segunda metade do mesmo século, a rivalidade também se torna econômica e a Argentina não aceita estar subordinada à dependência da economia brasileira, isso tudo para ilustrar o percurso da rivalidade brasileiro-argentina e o conjunto de oposições que se articulam para dar tom da herança da rivalidade no último século (CANDEAS, 2010).

Diante dessa narrativa, os subcapítulos deste capítulo inauguram a história das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, e dessa perspectiva micro – ou mesmo, bilateral – são postos os projetos nucleares e acontecimentos mais importantes. Decerto as ocorrências anteriores tiveram seu papel e a questão política e econômica não é descartada, mas o maior foco agora está no advento da tecnologia nuclear e como esse processo ocorreu do contexto internacional ao regional, assim como a diferença entre a dinâmica do Brasil e Argentina diante da trama anterior à Segunda Guerra Mundial, durante a esta guerra, e durante o período da Guerra Fria.

Há um caso entre muitos outros que vale a pena levar em consideração para ilustrar a relação dos dois países com o sistema global vigente pouco antes da Segunda Guerra.

Pouco antes do surgimento do primeiro projeto nuclear, na década de 1930, o antagonismo entre Brasil e Argentina se agravou porque ambos os governos temiam que suas divergências viessem a ser um problema de fato, não só uma possibilidade vaga. Dá-se uma especial atenção à condução das relações entre si de forma recíproca, isto é, suas relações eram mais espelhadas uma na outra do que relações baseadas em decisões autônomas. Tanto que, em 1933, os presidentes Getúlio Vargas (1930-1945) e Agustín Justo (1932-1938) acabaram por tirar dos textos de história e geografia os conteúdos que mostrassem os momentos de atrito e

guerra que até então haviam ocorrido entre os países (BRANCATO, 1988). Esta não era uma resolução de problema apropriada, pois não poderia amenizar o antagonismo existente.

O ano de 1937 foi um ano particularmente interessante para a política externa e sistemas de defesa dos Estados latino-americanos. O governo brasileiro tinha um plano de arrendamento de *destroyers* dos Estados Unidos, que visava a aparelhar e treinar melhor as Forças Armadas. Esses planos do Brasil alinhavam-se perfeitamente na política de boa vizinhança implementada pelo Presidente Roosevelt, mas havia obstáculos nesse plano que custavam analisar a permissão do Parlamento americano para efetivar o acordo com o Brasil: Roosevelt declarava que gostaria de enviar navios, mas que estava em vigor o Tratado Naval de Londres de 1936 ou Tratado Internacional para a Limitação e Redução do Armamento Naval, assinado entre os Estados Unidos, França, Inglaterra. Além disso, a Argentina se opôs ao arrendamento pretendido pelo Brasil (BRANCATO, 1988).

A partir daí podem ser observadas algumas questões. Primeiro, que o Brasil e a Argentina tinham o que poderia ser configurado como uma disputa (dois atores que possuem o mesmo objetivo escasso), buscando impedir, sabotar ou destruir o que estaria no seu caminho para alcançar os objetivos (GALTUNG, 1996). Segundo, que a aparente disposição dos Estados Unidos para assistir o Brasil também era compartilhada com outros Estados latino-americanos. Portanto, o posicionamento da Argentina com relação ao arrendamento dos *destroyers* ao Brasil objetivava a sua sensação de segurança. Terceiro, que o Tratado Naval de Londres de 1936 refletia a conjuntura internacional pré-Segunda Guerra Mundial e o desmantelamento dela, bem como novas conjunturas sendo formadas, que foram realçadas na Primeira Guerra Mundial.

Para mostrar as táticas do cenário, as preocupações dos Estados Unidos eram referentes ao receio da Alemanha e Japão olhando para o Brasil como “a mais viável solução para os seus problemas de superpopulação [...] e que somente uma parte do solo brasileiro está sendo explorada; se os alemães chegarem a voltar para suas colônias africanas, eles estarão bem mais perto do Brasil do que nós”. Assim, essa questão ganhava um novo sentido, no qual o governo americano estaria estimulando a rivalidade entre os Estados Unidos e Alemanha, já que, com isso, contribuiria para armar o Brasil contra uma invasão alemã (BRANCATO, 1988).

A rivalidade também foi estimulada entre o Brasil e a Argentina. Em meio a isso havia uma postura pelos países do Norte orientados pela não transferência de navios, submarinos, ou qualquer recurso para qualquer outra esquadra estrangeira. Mesmo que tivesse ocorrido um recuo na negociação do arrendamento, ainda assim houve uma certa cooperação a partir dos

Estados Unidos em 1938 com relação ao Brasil na construção de três *destroyers* em estaleiros brasileiros, com planos elaborados pela marinha norte-americana. A Argentina não ficou para trás. Ela foi igualmente favorecida em 1937 quando foi divulgada a notícia de que haviam chegado a Buenos Aires três aviões de bombardeio (BRANCATO, 1988).

Com este rearmamento parco, não foi amenizada a desconfiança mútua que seguia existindo, o processo que impediu a transferência dos *destroyers* americanos para o Brasil foi carregado de tensão durante as negociações e sempre incluíam como ponto de referência o país adjacente. A política de boa vizinhança, dessa forma, refletia somente a relação que o vizinho mais distante tinha para com os outros do continente.

Por vezes, poderia ser que a justificativa fosse diferente da sua real motivação. Manter-se como referência na América do Sul diante de uma potência significativa como a Argentina neste momento foi o que levou à tentativa do Brasil em modernizar o seu aparato militar. Este objetivo está claro. O que está menos claro são os objetivos que têm relação com o contexto em que ocorriam as negociações. Para ilustrar a situação do ponto de vista brasileiro, o embaixador Oswaldo Aranha, que tinha uma amizade pessoal com Getúlio Vargas, escreve para Washington:

A Argentina armou-se com uma rapidez incrível e com objetivos que não podem deixar de alarmar os homens públicos do nosso país. [...] Não nos armamos na prosperidade por cegueira e na crise por falta de recursos. Agora, porém, não é mais possível contemporizar. E mesmo porque este é o único meio de deter a Argentina e fazê-la vir a nós como em vezes anteriores para pedir uma trégua ou um acordo. [...] Tenho para mim que virá, e, então, até um acordo de paridade será útil, porque a nós, favorável, uma vez que temos maior capacidade de ação e de reserva militar. [...] A Argentina continua a armar-se e os dados de suas encomendas neste país são alarantíssimos para nós. [...] Creio, Getúlio, que além desses fatos, a atitude exclusivista e agressiva da política argentina, a passeata de sua esquadra ao redor da América, são indicações que merecem consideração especial. A Argentina visa qualquer conquista ou posição, que só poderá ferir o Brasil (ARANHA apud BRANCATO, 1988, p. 202).

Isso retrata o aparente receio diante da negociação, perante os múltiplos cenários que podem ser criados a partir de uma história tão complexa, negociações e relações em áreas paralelas. As táticas utilizadas levavam em consideração o apelo aos Estados Unidos e a suposição do ataque pelo aparato militar regular até então utilizado.

Assim, as maiores referências militares constituídas na época da Segunda Guerra Mundial seguiram, com a modernização da tecnologia, para serem as maiores referências militares pela adesão aos projetos nucleares com o intuito óbvio de manter o desenvolvimento

tecnológico-militar em mãos selecionadas. Dessa forma, foram estabelecidas as bases de quem seria referência nos assuntos de segurança, estabelecendo, também, a estrutura para um novo tipo de ordem.

Essa questão dos *destroyers* foi só um dos enredos no caminho para a Segunda Guerra Mundial. O avanço tecnológico colaborou para novas práticas de guerra, contando com o desenvolvimento de armamento, de meios de transporte militares e pôde contar com o aperfeiçoamento de tecnologias de informação e comunicação. As descobertas tecnológicas da Física tiveram um papel essencial para o desenvolvimento de uma outra forma de fazer guerra. Portanto, o desenvolvimento tecnológico era imprescindível para a questão da segurança internacional, sem contar que o contexto da Primeira Guerra e a aproximação da Segunda Guerra pedia criações inovadoras em prol de estar à frente numa corrida armamentista. Uma das descobertas mais importantes da Física, como o enriquecimento nuclear e a produção de energia, foi a criação de um armamento a partir desta.

Contrastando com a importância dada pelos *destroyers* americanos na América do Sul, um outro tipo de tecnologia surgiu entre os Estados Unidos e a Europa, dando atenção às descobertas da pesquisa nuclear e, ao mesmo tempo, aos meios de alcance intercontinental. Este foi um movimento importante que também mudou o modo de fazer guerra, além de ter marcado a diferença entre um certo avanço e atraso nas pesquisas de Física, e conseqüentemente, assinalou as posições de poder militar no mundo, bem como estabelecia um novo tipo de violência direta e indireta.

Em meados dos anos 1940, o desenvolvimento da Física e os descobrimentos da radiação já estavam se aproximando do que é conhecido hoje. Representando o Brasil, Cesar Lattes participou da descoberta da partícula Meson 11 em 1948 nos Estados Unidos. O fato teve tal importância que repercutiu no Brasil com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (C.B.P.F.) em 1949, hoje um dos centros de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). (COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, 2020), tal era a importância política do investimento em pesquisa tecnológica durante a Segunda Guerra Mundial.

Antes disso, um dos maiores físicos do século, o italiano Enrico Fermi, acadêmico e pesquisador, foi premiado e laureado pelo desenvolvimento da sua pesquisa. Em 1929, Benito Mussolini chegou a nomeá-lo como “o acadêmico da Itália”, objetivando atrair a ciência italiana para o Fascismo. O físico buscou manter-se longe da política e, enquanto isso, tratava de

modernizar, em 1929, os livros de física para os estudos universitários. Dentre as principais ideias compartilhadas por outros acadêmicos do meio, pairava a de que as grandes descobertas da física estão no fato de poder modificar o núcleo interno do átomo e que esse era o trabalho da Física futura, prevendo a fusão e fissão nucleares (CNEN, 2020).

Fermi esteve em São Paulo em 1934 e, junto de seu antigo colega da Escola Normal de Pisa, fundou a Escola de Física. Também recebeu o Prêmio Nobel de Física em 1938 e, enquanto isso, na Alemanha, aconteceu a maior descoberta da Física Nuclear: a fissão do núcleo. (CNEN, 2020). O contato entre os físicos logo formou um pequeno grupo que mantinha contato entre a Europa e América do Norte, mas que acabaram se concentrando nos Estados Unidos, trocando informações sobre o problema da fissão. Já em 1939, foi publicado que era possível a reação em cadeia utilizando nêutrons produzidos pela fissão, informando diretamente também o governo norte-americano sobre a possibilidade de um novo explosivo, mas de origem nuclear (CNEN, 2020). O acontecimento muda de vez a escala de poder internacional e mesmo que a centralidade tivesse sido na Europa durante tanto tempo, os Estados Unidos passam a ser o principal polo tecnológico, político e militar. A lógica das guerras diretas no início do século XX de derrotar o inimigo e, assim, estabelecer a paz, deixa de existir, pois a existência do explosivo nuclear seria sempre uma ameaça, quase como uma forma elevada de intimidação – e violência.

O entusiasmo pela possibilidade de um explosivo nuclear aconteceu quase de imediato e a conjuntura militar dos Estados Unidos pôs-se a financiar as pesquisas. Para ganhar a atenção do governo foi preciso o intermédio de uma carta de Albert Einstein, alertando o presidente Roosevelt:

Algumas pesquisas desenvolvidas recentemente por E. Fermi e L. Szilard, [...] induziram-me a considerar que o elemento urânio possa ser transformado, num futuro próximo, em uma nova e importante fonte de energia. Nos últimos quatro meses, foi confirmada a possibilidade [...] de produzir, em uma grande massa de urânio, uma "reação nuclear em cadeia" capaz de gerar grande quantidade de energia e numerosos elementos com características semelhantes ao raio. Atualmente, temos quase que certeza que poderemos chegar a estes resultados num futuro imediato. Este novo fenômeno poderá permitir a construção de bombas extremamente potentes. Uma única bomba deste novo tipo, transportada por uma embarcação e explodindo num porto, poderá destruir inteiramente o porto e grande parte do território adjacente. [...] Os Estados Unidos dispõem de uma quantidade pequena de minérios com baixo teor de urânio. [...] Sou conhecedor do fato de que a Alemanha efetivamente bloqueou a venda de urânio das minas da Tchecoslováquia, das quais tomou posse. A decisão de agir rapidamente desta forma pode ser explicada pelo fato de que o filho do subsecretário de Estado, Von Weizsacker, trabalha no Kaiser-Wilhelm-Institut de Berlim, onde estão sendo realizadas, em parte, as mesmas pesquisas sobre o urânio que se desenvolvem nos Estados Unidos (CNEN, 2020, p. 20).

A resposta foi positiva e, em 1940, Roosevelt criou o *National Defense Research Committee* (NDRC), que buscava mobilizar a ciência para atividades bélicas e logo em 1941 é criado o Projeto Nuclear. Um pouco antes da entrada dos Estados Unidos na Guerra e do ataque de Pearl Harbour, o projeto ainda estava em andamento e foi construído um reator com direção do *Manhattan Engineer District* (M.E.D.). No mesmo ano, entrou em operação o primeiro reator nuclear com uma reação em cadeia autossustentável. De acordo com relatos, brindaram o início da Era Nuclear (CNEN, 2020).

Com o Projeto Manhattan, produziram as primeiras bombas atômicas durante a Segunda Guerra Mundial, liderado pelos Estados Unidos e com o apoio do Reino Unido e Canadá. É importante salientar que as questões políticas na Europa resultaram no exílio de muitos cientistas da época, tal como Einstein. Esse movimento e a eventualidade dos descobrimentos em matéria nuclear tiveram um peso significativo na questão da segurança internacional. Enquanto isso, do outro lado da guerra, Stálin impedia os cientistas soviéticos de deixarem o país (MOURÃO, 2005).

Apesar da rendição da Alemanha em 1945, o projeto continuou, mas um conjunto de cientistas, inclusive Leo Szilard, conhecido como “o pai da bomba atômica”, tentaram entrar em contato com o novo presidente, Harry Truman, alertando para o perigo do uso de armas nucleares. Como resultado final do projeto, existiam duas bombas: uma de Urânio-235, que foi lançada em Hiroshima, e outra de plutônio que foi lançada em Nagasaki (MOURÃO, 2005).

Como justificativa, o presidente Truman e o primeiro-ministro Winston Churchill começaram a responder com cifras, alegando que estariam salvando até seis milhões de vidas. Contudo, o objetivo real era a ocupação da região e a solicitação de rendição dos japoneses. O envio das duas bombas como um ultimato e a rejeição da rendição pelo Japão resultou na cessão de outros bombardeamentos para testar a potência da arma nuclear (MOURÃO, 2005).

Esta foi uma mudança no paradigma de segurança e na ordem mundial. Numa conversa entre Leo Szilard e o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Byrnes, principal assessor de Truman, foi dito que Byrnes sabia que não era necessário utilizar a bomba contra o Japão para ganhar a guerra, e que a ideia era que a posse e o uso da bomba tornariam a União Soviética mais fácil de ser controlada. Em suas memórias Truman afirma que “Byrnes já me havia dito que, de seu ponto de vista, a bomba permitiria ditar as condições do fim da guerra” (TRUMAN, 1955, s./p.).

Nesse sentido, pode-se dizer que a mudança na ordem global de forma institucionalizada começou a partir da Conferência de Chapultepec de 1945, também conhecida como Conferência Interamericana sobre Problemas de Guerra e Paz. Nela, os Estados Unidos colocaram à prova a viabilidade do plano de controle mundial de minerais físicos. A partir disso, já foi criada a primeira comissão para estudar qual política nuclear os Estados Unidos deveriam adotar quanto à energia nuclear no mundo. Uma das conclusões chegou à compreensão de que os Estados Unidos deveriam manter em segredo tudo o que fosse de matéria nuclear (OLIVEIRA, 1999). Apesar dos esforços do Brasil e Argentina na época, o desenvolvimento em pesquisa tecnológica em Física ainda era precário se comparado com o dos Estados Unidos.

Em seu discurso, Truman dizia:

A bomba atômica é muito perigosa para ser abandonada ao mundo sem lei. Este é o motivo por que não pretendemos revelar o segredo enquanto não se descobrirem meios adequados para o seu controle, de maneira a nos protegermos, e ao resto do mundo, contra o perigo da destruição total. (TRUMAN, apud OLIVEIRA, 1999, p. 49).

A partir daí, foi criada uma série de meios para controlar os vários aspectos da produção nuclear, desde a mineração até o *know-how*. A primeira, em 1946, foi a Comissão de Energia Atômica, que objetivava o controle de informação científica, o emprego da energia nuclear para fins pacíficos, a eliminação de armas atômicas e inspeção com vistas à proteção dos Estados. Também havia um plano que visava a realizar inspeções em todas as minas de material nuclear e indústrias de produção de energia nuclear, a Autoridade de Desenvolvimento Atômico (ADA). Esta instituição pretendia manter os Estados Unidos em uma posição de vantagem (OLIVEIRA, 1999).

Outro projeto era o Plano Baruch, apresentado em 1946 na Organização das Nações Unidas (ONU), que pretendia consolidar um controle estrito na internacionalização das minas de urânio e tório, mesmo sem ter em conta os países detentores desses lugares. O projeto foi fortemente vetado. Ainda no âmbito da ONU, após os testes nucleares da URSS e uma corrida atômica desencadeada, em 1953 foi apresentada a proposta dos Átomos para a Paz, que visava à utilização pacífica do átomo. Este foi o início da AIEA, que funciona hoje (OLIVEIRA, 1999).

De fato, o levantamento do desenvolvimento institucional do controle - e prevenção - da criação de armas nucleares também significou a criação de um oligopólio e controle institucionalizado. Finalmente, podem ser vistos os primeiros sinais explícitos do que sustenta

a desigualdade – financeira, tecnológica, militar e política – entre os países com relação à criação da bomba atômica, que, por consequência, sustenta a violência estruturada e gera a estabilização de uma ordem, pois seria difícil ser contestada.

4.1 Programa Nuclear Brasileiro (PNB)

O presente subcapítulo tem por finalidade explicar o contexto, bem como o porquê de o Brasil investir no Programa Nuclear Brasileiro (PNB).

Antes da Guerra Fria e da criação de armas nucleares, os conflitos na América Latina eram de cunho territorial e também seguiam a partir da dimensão cultural com a distinção entre o que era espanhol ou português, políticas transnacionais, o poder externo da Espanha e Portugal, assim como os ganhos políticos e econômicos do Reino Unido e Estados Unidos na região (BUZAN, 2004). Depois do período mencionado e a criação dos projetos nucleares de ambos países, o conflito entre Brasil e Argentina ganhou um novo tom.

O PNB tem origem nos anos 1930 e 1940, na Universidade de São Paulo (USP), na mesma época que foram encontradas reservas de urânio em território nacional (BARROS; PEREIRA, 2010).

Mas o investimento em institutos pelo Brasil começou só em 1953, com a criação dos Institutos de Pesquisas Radioativas (IPR), do Instituto de Energia Atômica (IEA), Instituto Militar de Engenharia (IME), Instituto de Radioproteção de Dosimetria (IRD) e do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), todos administrados pelo CNPq, Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN) (OLIVEIRA, 1998).

Em 1940, a questão nuclear passou a fazer parte da agenda bilateral das relações entre Brasil e Estados Unidos. Quando foi descoberto o minério em solo brasileiro, o então presidente Getúlio Vargas concluiu um acordo de exploração comum do urânio junto aos Estados Unidos. Assim, haveria um fornecimento de urânio para Washington em troca de tecnologia nuclear. Em 1946 os Estados Unidos fizeram uma das propostas interpretadas como forma de controle de todo o processo nuclear na AIEA, o Plano Baruch. Esse plano foi rejeitado pelo Brasil e URSS, mas o Brasil também sugeriu o princípio de compensações específicas, que permitiu ao Brasil a construção de reatores nucleares em seu território em troca de suplementos de urânio (FLEMES, 2006).

Para prevenir a exploração desregulada de urânio, o CNPq foi fundado em 1951. Em 1952, o acordo da troca já estava pronto, mas os Estados Unidos não se dispuseram a cooperar com sua parte e o setor falhou novamente (FLEMES, 2006).

O entusiasmo era considerável. Numa entrevista com José Israel Vargas, o cientista falou sobre suas memórias sobre a energia nuclear no Brasil (1946-1964):

Já em 1952, foi estabelecido o primeiro curso de engenharia nuclear do Brasil, que atraiu um grupo significativo de jovens engenheiros que aspiravam a desafios inovadores. [...] Naquilo que eu desejava, que era a área nuclear. A área de atração para quase toda a minha geração foi a da física nuclear e da energia nuclear. Era a maior conquista técnico-científica durante e logo após a Segunda Guerra Mundial. A perspectiva que a energia nuclear abria à economia mundial e à ciência era formidável. Era natural que os jovens de alguma inclinação científica se encaminhassem para essa área. Participar dessa aventura era o que empolgava os jovens, conscientes da nova conquista da ciência... Era, pois, normal que eu fosse atraído para esse campo (PEREIRA, 2017, p. 226).

Marcado por uma série de tentativas em cooperação com os países detentores de tecnologia nuclear, outro exemplo foi quando a tecnologia nuclear da Alemanha foi entregue ao Brasil para a construção de centrífugas de enriquecimento de urânio em 1954. As intenções de obter tecnologia nuclear ficaram evidentes. O objetivo também era a destinação da tecnologia ao uso militar, mas a importação sofreu interferência dos Estados Unidos, que proibiu o transporte das centrífugas para a América do Sul (FLEMES, 2006).

Os acontecimentos em matéria nuclear brasileira foram marcados pela presença e controle dos Estados Unidos. O Brasil tentou barganhar a conquista tecnológica através da troca do material, que viu como a sua melhor chance de conquistar um espaço nesse meio. Como um dos aspectos favoráveis, o Brasil tem a maior reserva de urânio do mundo e é o décimo segundo maior produtor deste (BARROS; PEREIRA, 2010).

Em 1972, com o Acordo de Cooperação para Usos Pacíficos de Energia Nuclear, inaugurou-se a usina de Angra I, mas este não seria um processo de transferência de tecnologia em sua amplitude. O combustível seria fornecido pelos Estados Unidos e depois devolvido para a separação de plutônio dos produtos de fissão. Isso significou, então, uma nova forma de energia elétrica para o país, mas revelava que o Brasil não possuía o conhecimento de todo o processo de fissão. De certa forma, era como se a proposta de ajuda pelos Estados Unidos, na realidade, estagnasse o desenvolvimento tecnológico nuclear (OLIVEIRA, 1999).

O governo Geisel propôs a implantação de uma indústria nuclear em 10 anos a partir de seu mandato. O Programa Nuclear do Brasil passou a compor um grande projeto que abrangia

todo o aparato para a instalação de usinas nucleares. Além de Angra I, o projeto visava a mais oito usinas (OLIVEIRA, 1999). Aprovado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o Plano 2000 das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) previa a instalação das usinas nucleares (OLIVEIRA, 1999).

As tentativas frustradas e a pressão feita ao projeto brasileiro pela institucionalidade mostram qual a lógica do funcionamento dos tratados e dos regimes de salvaguardas que perduram até hoje, como comenta Vargas:

No caso brasileiro, a própria Constituição de 1988 estipula que o Brasil somente desenvolverá projetos de uso exclusivamente pacífico dessa energia. No entanto, há países que, apesar de terem assumido tal compromisso, violam o tratado e, por isso, são fortemente pressionados a cumpri-lo. É o caso da Coreia do Norte e do Irã. [...] O Brasil tinha restrições ao sistema inicialmente proposto pelos americanos, que tornava suscetível de inspeção qualquer atividade, processo, produto, instrumento, mecanismo, ferramenta que tivesse algum envolvimento com a construção de reatores nucleares de qualquer tipo ou potência. [...] Tratava-se de uma visão totalitária, englobante, impeditiva, na prática, de qualquer progresso do setor, portanto inaceitável para o Brasil. A França abstinha-se. Os soviéticos não aceitavam porque achavam que o sistema de inspeção consistia apenas em instrumento de espionagem, revelando, aliás, um pouco da neurose soviética com a “espionite”... Essa era a situação, até que a China explodisse sua bomba atômica em 1962. Os franceses e os soviéticos passaram a aceitar em parte o sistema, desde que os possuidores de armas atômicas fossem dele excluídos. Trata-se do sistema atualmente vigente (PEREIRA, 2017, p. 231).

E continua:

Paquistão, Israel, Brasil e Argentina não aderiram a ele [Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares]. A ‘comissão de salvaguarda’, estava dividida, o que constitui um aspecto da história pouco conhecido. Os russos eram contra a salvaguarda porque achavam que a inspeção de seus laboratórios constituía uma violação da sua soberania e segurança nacional. Pela posição que o Brasil adotava, de não aceitar salvaguardas excessivamente amplas, os Estados Unidos nos criaram muitos problemas antes de 1964. A Junta de Governadores da AIEA era constituída, em primeiro lugar, pelos detentores do monopólio nuclear: Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra. Em segundo, pelos membros daqueles países que detivessem grandes reservas de urânio no seu próprio território ou em suas colônias. E, finalmente, os países considerados mais adiantados de cada região. Nessa classe incluía-se o Brasil. Os americanos comentaram na agência a hipótese de que o Brasil não era um país mais adiantado do que a Argentina (PEREIRA, 2017, p. 231-132).

Visto isso, observe-se que o interesse em matéria nuclear era amplo o suficiente para explorar o interesse energético e militar. Não obstante, a pretensão secreta de obter tecnologia não foi vista com bons olhos, mas apesar do apelo à tecnologia para fins pacíficos no âmbito multilateral institucional e o comprometimento com as salvaguardas, ainda assim pode-se dizer

que houve uma sabotagem do projeto, ou pelo menos um atraso, visto que as instalações foram tardias em comparação aos países que tinham a tecnologia para si mesmos por um bom tempo.

A aprovação pelo MME e ELETROBRAS para a instalação de usinas nucleares foi encorajador para que o Brasil tivesse respaldo da justificativa da produção de energia elétrica; mesmo assim não foi creditado, o motivo não foi creditado, dado que, nesse ponto da história, o investimento em tecnologia nuclear visto com entusiasmo pelo governo brasileiro não foi aprazível pelos detentores do aparato nuclear.

4.2 Plano Nuclear Argentino (PLAN)

Este subcapítulo pretende explicar as circunstâncias pelas quais a Argentina passou para desenvolver seu próprio projeto nuclear nacional.

A Argentina foi pioneira em matéria nuclear na América Latina. As primeiras instituições argentinas de ciência e tecnologia foram criadas a partir do incentivo à industrialização e expansão do mercado interno, que foi promovido pelo governo de Juan Perón (1946-1955). Em 1950, foi criada a *Comisión Nacional de Energía Atómica* (CNEA) dirigida pelas forças armadas (VERA; COLOMBO, 2014). Apesar do objetivo principal e explícito do avanço tecnológico nuclear ser o desenvolvimento do setor socioeconômico, vê-se como esse setor, assim como em outros países, foi projetado pelos militares.

Também era instituída na Argentina a ideia de que a tecnologia nuclear era um fator fundamental para o alcance da liderança regional, objetivo que tinha em comum com o Brasil. Foi atribuída à CNEA a criação dos centros atômicos de Bariloche, inaugurado em 1955, e de Contituyentes, inaugurado em 1958. O investimento também aconteceu nos cursos universitários relacionados aos temas e na exploração e extração de urânio. Além disso, no Instituto Balseiro foram realizadas as primeiras atividades nucleares (VERA; COLOMBO, 2014).

O avanço em matéria nuclear foi interrompido pelo golpe militar de 1955, que levou a 30 anos de instabilidade política, social e econômica. Enquanto isso, os objetivos da CNEA mantinham-se os mesmos, dada a importância da indústria militar e do papel dos militares sobre políticas públicas por certo período, assim como o Brasil (VERA; COLOMBO, 2014).

Diferente do Brasil, a Argentina não buscou contribuição tecnológica estrangeira por meio do fornecimento de instalações e equipamentos completos. Este país conseguiu, na medida do possível, desenvolver tecnologia própria, realizando a própria programação. A exemplo disso, conseguiram construir reatores experimentais, dominaram várias tecnologias do ciclo do combustível nuclear e da produção e aplicação de radioisótopos e radiação ionizantes. Também houve casos em que foi necessário recorrer a outros países, mas foi menos recorrente (ORNSTEIN, 2010).

Como numa primeira etapa, no início da década de 1950, foi realizado um estudo mais sistematizado das reservas de urânio. Como resultados desses primeiros estudos, foi determinado a presença do material em 1.300.000km², das quais 400 mil km² tiveram mais atenção. Dessa forma, foi demonstrado que haveria recursos suficientes para colocar um plano em ação. No mesmo ano, em 1955, a CNEA organizou o Departamento Metalurgia, que depois passou a ser o Departamento de Materiales, e que inaugurou o primeiro laboratório de metalurgia moderno da América Latina (ORNSTEIN, 2010).

Num segundo momento, entre 1959 e 1967, houve um maior desenvolvimento nuclear na Argentina. Esta foi uma transição que ocorreu no âmbito da CNEA de uma instituição dedicada ao treinamento e pesquisa para uma instituição com responsabilidade de realizar programas definidos para aplicação de energia nuclear. Foram construídos reatores e a primeira planta convencional de produção a partir do urânio; foram desenvolvidas as produções voltadas à medicina, biologia, indústria e agropecuária, e também, foi estudada a possibilidade de instalação de uma primeira usina nuclear (ORNSTEIN, 2010).

Este sucesso levou a uma terceira etapa: o desenvolvimento nuclear a partir de 1968. Nesse período foram consolidadas as atividades de energia nuclear e o domínio do ciclo do combustível nuclear. Como resultado, o projeto de uma usina nuclear tornou-se mais factível. A empresa alemã Siemens apoiou a construção de uma central nuclear em Atucha, localizada na província de Buenos Aires, que começou a operar em 1974. O projeto e o sucesso do mesmo originaram uma segunda planta, a Atucha II. Foi constituída a *Empresa Nuclear Argentina de Centrales Eléctricas S.A.* (ENACE) e dela saiu o projeto para essa segunda central nuclear, mas dessa vez essa planta foi criada com a própria tecnologia (ORNSTEIN, 2010). Esse período de testes foi um sucesso. Nos anos 1980 chegou a alcançar 90% da demanda nacional e permitiu a exportação de energia aos outros países da região (ORNSTEIN, 2010).

Ao que indica, o processo do desenvolvimento tecnológico nuclear teve um caráter mais interno e contou com o apoio de militares por um longo período. A Argentina se portou com mais discrição, mas não deixou de chamar atenção o suficiente pelo envolvimento com o interesse no tema nuclear e com os militares. Apesar desse último envolvimento, não deu motivos para uma desconfiança em demasia, mas não se pode descartar o contexto em que estava acontecendo uma corrida armamentista e a Argentina estava em plena atividade de pesquisa e prática dos seus estudos.

5 SEGURANÇA NUCLEAR ATRAVÉS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ABACC

O objetivo deste último capítulo é analisar os dois últimos ciclos de integração bilateral Brasil-Argentina de Maria Odete de Oliveira a partir das seguintes divisões: os registros do contexto dos governos em transição democrática nos anos 1980, e a solidificação das bases da integração durante o começo dos anos 1990. Tudo isso, destacando as motivações dos governos envolvidos no processo de criação da ABACC e o porquê de ter sido um fator favorável à paz, passando da rivalidade à cooperação, e destacando as principais causas da mudança nas relações entre os dois Estados representando a transformação das rivalidades. Assim, o capítulo é finalizado pelo papel da ABACC como agência após 32 anos de sua criação diante da integração regional (OLIVEIRA, 1998).

A relação do Brasil com a Argentina é a mais intensa e antiga da história diplomática do país e suas relações passaram por momentos de rivalidade e cooperação. Um dos momentos mais significativos foi o ponto de inflexão para uma mudança significativa nas relações bilaterais e, para que isso ocorresse, a construção da democracia e da confiança entre os países a partir da transparência dos programas nucleares foi essencial. Não somente esses também foram os motivos pelos quais seria possível lançar um projeto de integração bilateral, superando a rivalidade para um relacionamento próximo e tangível (CORDEIRO apud CANDEAS, 2010).

A integração possui um sentido de fortalecer a atuação dos países diante de outros, articulando interesses de cunho regional a fim de aumentar a influência no mundo. Outro

motivo para chegar à integração regional são as relações harmônicas entre países vizinhos, e essa seria a primeira condição para a paz. Nesse tipo de aliança estratégica, mesmo que haja diferenças, elas não são vistas como ameaça, e com o auxílio da institucionalidade da integração, este seria um modo efetivo para lidar com problemas em longo prazo (CORDEIRO apud CANDEAS, 2010).

Mas essa integração, especificamente do MERCOSUL, não foi o meio a partir do qual foi trabalhada a questão da transparência no meio nuclear e, nesse sentido, a pacificação da região. Pelo contrário, a transformação da ameaça ocasionou a abertura para a institucionalidade através de alianças estratégicas. Tanto o fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e Argentina quanto a presença global firmada por esse vínculo foram formalizadas primeiramente pela criação da ABACC. Dessa forma, a criação da agência foi o principal fator para chegar à integração e, assim, manter institucionalizado - também por uma questão de harmonia em longo prazo - e fortalecida a sua conexão através da confiança mútua e dos resultados do aprofundamento dessa confiança.

O objetivo deste capítulo é construir o caminho para a criação da ABACC sustentado pelos Estudos para a Paz para analisar o contexto e as motivações que levaram à criação dos projetos nucleares, a formação da ABACC e a criação do MERCOSUL. Como é um capítulo histórico e analítico, a interpretação acompanhará esta trajetória para que seja delineada uma lógica dos acontecimentos e das conclusões obtidas a partir da atuação dos países com relação à segurança através dos vários conceitos de Galtung utilizados no trabalho, sendo empregados de acordo com a necessidade de interpretação dos fatos sucessivos. O termo fundamental aqui consiste na paz e em como ela se encaixa em todo o processo descrito. Embora o capítulo trate esta questão no início como uma incitação da insegurança, mais adiante a insegurança é deslocada para a transformação das relações ao instigar a paz entre os países vizinhos. A paz seria, então, uma questão de esclarecimento das motivações da relação entre ambos os países, mas também é o objetivo em si mesmo. A análise do capítulo é sobre a representação da paz na relação Brasil-Argentina e o porquê dela ser essencial para instaurar a integração como um modelo de asseguramento mútuo entre a segurança nuclear e a integração.

Assim, o capítulo contém um conteúdo histórico que discorre dos acontecimentos principais para a construção da narrativa de segurança entre Brasil e Argentina, especialmente sobre a área nuclear, bem como volta-se para a formação de um contexto internacional e regional. Considera também as áreas econômicas, políticas, governamentais, manifestação de

política externa e diplomacia, nos níveis internos dos dois países e externos com relação aos países centrais.

Essa não foi uma história em que havia um forte e compacto contraste entre um alinhamento da ambição de política interna e externa do Brasil e Argentina e entre eles apresentassem um forte contraste com o centro global como forças opostas. Os objetivos entre os dois países por vezes se afastam e outrora se aproximam de um propósito singular, especialmente em direção para fora da América Latina. Assim, o aporte histórico que trata da noção de violência institucionalizada, a exemplo da figura da ONU, e a crítica à conservação do poder de decisão em segurança por países que possuem armas nucleares, uma vez que haveria toda uma estrutura institucional que permitisse a perpetuação do poder e violência em nível global, contrasta com o surgimento de uma nova estrutura de paz em nível regional, quando são firmados os tratados e declarações e são criadas as instituições ABACC e MERCOSUL.

Nesse sentido, à medida que os subcapítulos avançam, o recorte temporal em cada um diminui. No período dos anos 1930 e 1970, foram estabelecidas as bases para a aproximação dos dois países, enquanto a década de 1980 representou um avanço no tema nuclear e o início da década de 1990 indicou a fundação de fato da agência e da instituição da integração.

Finalmente, o capítulo discorre de um longo processo, que no seu auge durou quase 20 anos, passando por regimes militares, a superação das rivalidades e problemas financeiros, resultando na estratégia nuclear compartilhada e na solidificação da integração (OLIVEIRA, 1998). A seguir, observamos o Quadro 1 com os principais acordos e declarações que permitiram a oficialização da superação das rivalidades.

Quadro 1 – Principais declarações e acordos do processo de criação da ABACC e MERCOSUL.

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ARGENTINA PARA O DESENVOLVIMENTO E A APLICAÇÃO DOS USOS PACÍFICOS DA ENERGIA NUCLEAR (1980)	Declaração de intenção ao acesso de tecnologias nucleares e formas de aplicação para o desenvolvimento econômico, e a finalidade pacífica. Início da aproximação e cooperação entre Brasil e Argentina em matéria nuclear.
DECLARAÇÃO DE IGUAÇU (1985)	Criação de uma comissão mista para tratar do processo de integração para promover o desenvolvimento tecnológico nuclear, mecanismos de asseguramento da paz e segurança e desenvolvimento da região.

DECLARAÇÃO DE IPERÓ (1988)	Classificação das áreas prioritárias para o desenvolvimento da cooperação como a assistência recíproca, estabelecimento de uma lista comum de equipamentos nucleares, e previsão de reciprocidade de compras dos equipamentos, além de combustíveis de alta intensidade, instrumentação eletrônica, eletrônica nuclear e detectores.
TRATADO DE COOPERAÇÃO, INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (1988)	Primeiro tratado entre Brasil e Argentina em matéria nuclear de fato. Proposta de efetivar os protocolos bilaterais e declarações anteriores. Foram organizadas as ideias e pareavam-se os objetivos para o desenvolvimento nuclear.
DECLARAÇÃO DE EZEIZA (1988)	Cooperação técnica e científica. Ênfase na produção conjunta e também objetivava a proteção contra acidentes. Caráter mais político do que técnico.
DECLARAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO MÚTUA (1990)	Estabelecimento de um sistema específico de salvaguardas com reservas aos segredos industriais, bem como o intercâmbio das listas de descrição de todas as instalações nucleares, permuta das declarações dos inventários de materiais nucleares e inspeções recíprocas.
ACORDO BILATERAL (1991)	Determina o uso pacífico do material nuclear e instalações submetidas à jurisdição do Brasil e Argentina, comprometendo-se proibir e impedir, e abster-se de realizar, fomentar ou participar de qualquer teste, uso, fabricação, produção ou aquisição de arma nuclear, e a recepção, armazenamento, instalação ou qualquer forma de posse de qualquer arma nuclear.
TRATADO DE ASSUNÇÃO (1991)	Criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).
CRIAÇÃO DA ABACC (1991)	Garantir aos os países envolvidos e à comunidade internacional o cumprimento do Acordo Bilateral para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear. Reafirma o caráter pacífico do uso de energia nuclear, reforço e constituição da confiança mútua por meio de trocas de informações, visitas recíprocas, incentivo ao uso pacífico de energia e cooperação com outros países da América Latina.
ACORDO QUADRIpartite (1991)	Marco legal regulatório para a aplicação do sistema de salvaguardas. Prevê a conclusão independente da AIEA e da ABACC, coordenação das atividades para a implementação das salvaguardas, trabalho conjunto de acordo com os critérios compatíveis e dar à AIEA o compromisso das obrigações para manter a preservação de segredos tecnológicos.

Fonte: Formulado pela pesquisadora a partir de dados da ABACC e MERCOSUL (2023).

5.1 Causas da mudança estratégica político-militar: processo da construção da confiança

O processo da construção da confiança emaranha-se com o processo de integração entre Brasil e Argentina. O programa nuclear argentino, diferente do programa nuclear do Brasil, era mais avançado. O período militar havia estabelecido a ideia de um inevitável confronto e a questão política era complexa (OLIVEIRA, 1999).

Uma nova questão surgiu. Com o avanço da corrida atômica, foi projetada uma preocupação diferente que mudou o cenário da rivalidade entre os dois países, estabelecendo um novo processo de integração nuclear, a fim de impedir a possibilidade de um conflito que os levassem a tal ponto (OLIVEIRA, 1999).

Ao observar a história de ambos os países, é possível identificar três marcos como pontos de inflexão da relação, responsáveis por levar os países à cooperação, podendo também identificar o caráter inter-regional e doméstico, e outro pelo caráter da relação deles com as potências nucleares (GADANO; BIANCO, 2016).

Um marco é a mudança de regime político ao terminar os regimes autoritários em 1983 e 1985. O segundo é a significação da Guerra das Malvinas para o Brasil a partir do reajuste necessário com relação à ameaça à Argentina, e a sensação de uma ameaça externa na América do Sul que implicou a invasão britânica no Atlântico Sul em 1982. Essa guerra pode ser considerada um dos pontos de inflexão, que revelou, apesar do avançado projeto, que a Argentina não tinha um programa nuclear em condições de ser posto em prática. Porém, a questão das Malvinas redefiniu a relação entre Brasil e Argentina porque a intervenção de um membro da OTAN, que dispõe de armas nucleares no Atlântico Sul causou uma inquietação no Brasil, que traduziu a situação como uma ameaça à segurança sul-americana (GADANO; BIANCO, 2016). Esse foi o início de uma firme aliança regional, encerrando o histórico de disputas explícitas em matéria de segurança.

Objetivando a transformação do conflito, Galtung explica que esse é um processo de transformação que nunca acaba. A estabilidade seria um objetivo temporário. O que é realmente preciso é a capacidade de transformação do conflito de uma forma sustentável. Sobre o plano global, essa foi a primeira tentativa de enfrentamento e de enxergar aos olhos da política externa que existe uma estrutura invasiva. Como uma forma de enfrentar essa estrutura, de

acordo com Galtung, era preciso a conscientização e a mobilização contra formas de repressão da seguinte forma: confronto, luta para superar, dissociação com laços estruturais e o reacoplamento, este último uma forma de participação e não de marginalização. (GALTUNG, 1996). Levando-se em conta as armas nucleares, seria difícil passar do processo de dissociação e transformar o conflito. A aproximação deles foi relevante porque notou-se que apoiar um ao outro também gerava uma sensação de segurança, que foi o suficiente para continuarem compartilhando esse apoio diante da ameaça exterior.

De qualquer forma, essa aliança é efetuada pouco antes do fim do regime militar para a transição democrática, representados pelos governos de José Sarney (1985-1990) e Raúl Alfonsín (1983-1989). O auxílio brasileiro militar à Argentina também foi significativo, não só o posicionamento do Brasil em discurso. Em 1989, as elites políticas e militares de ambos países já compartilhavam a forte convicção de que as potências nucleares seriam uma ameaça para os países da América do Sul (GADANO; BIANCO, 2016).

Dessa forma, houve uma mudança de paradigma, redefinindo também a relação dos países com o segmento internacional e potências nucleares, que seria o regime das salvaguardas nucleares. Diz-se que, após o fim do período ditatorial, os governos de Sarney e Alfonsín iniciaram o chamado “distensão nuclear”, que resultou na integração dos sistemas de salvaguardas e criação de um sistema binacional (GADANO; BIANCO, 2016). Esse sistema de salvaguardas pode ser notado tanto como uma certa autonomia com relação ao sistema de salvaguardas internacional, quanto o fim da crença de individualmente e desassistido nenhum deles poderia lidar com as forças internacionais.

Uma interpretação é feita a partir de estratégias de ação pacífica. A associação, ao invés de dissociação e evitação com conflito, é uma. De fato, a integração do sistema de salvaguardas ilustra esse caso. Outra é a condição da interação não violenta, referida como equidade. Essa equidade só poderia ser realizada uma vez que países subdesenvolvidos estivessem no mesmo nível tecnológico que os desenvolvidos, ou que países desenvolvidos abdicassem de armas nucleares; ao menos esse ponto foi um passo para a aproximação entre Brasil e Argentina (GALTUNG, 1985).

O raciocínio por trás das relações hierárquicas está em como a política afeta os interesses dos atores e grupos de atores nos níveis de sociedade e globo. Tais interesses são regulados pelas relações de poder e violência, ambos em formas estruturais e diretas. A paz

seria a redução da violência e, conseqüentemente, tem a ver com a regulação de poder. A paz, todavia, não é uma luta para abolir o poder e se livrar de conflitos, mas o exercício da não violência em forma de resolução de conflito (paz positiva) (GALTUNG, 1985). Dessa forma, a iniciativa para a paz através da paz positiva (superação das formas de desigualdade) tem relação direta com os resultados positivos do processo de cooperação. Isso não quer dizer que a transformação de um conflito é um processo fluido e sem dificuldades, como se seguir algumas regras pontuais trouxesse resultados imediatos, mas a perseverança na paz positiva e a viabilidade dela foi o que concedeu o sucesso que lhe atinge no futuro.

Para retomar a importância do período do fim do regime militar, destaca-se o testemunho de Roberto Ornstein, chefe de assuntos internacionais da CNEA (1979-1995):

No final de 1979 e começo de 1980, foi feita a visita de Castro Madero ao Brasil [...]. Castro Madero [1976-1983] pensava que a pressão dos Estados Unidos seria cada vez maior e que o resto dos países, ou pelo menos os ocidentais, os acompanhariam. Conseqüentemente, havia que encontrar alguma defesa e a única estratégia que surgia claramente era a de criar, na comunidade internacional, uma visão clara de que não havia um programa militar em nenhum dos dois países. A única forma de alcançar isso era com a cooperação entre Argentina e Brasil. Então, se os dois países chegassem a convencer um ao outro da necessidade de uma ação conjunta, e construísem confiança mútua, isso transcenderia à comunidade internacional e diminuiria a forte pressão dos países ocidentais [...]. Portanto, eu diria que houve uma grande pressão de Castro Madero no governo argentino para que se chegasse logo a um acordo com o Brasil. Por outro lado, isso foi facilitado pelas boas relações que Castro Madero tinha estabelecido com Hervásio de Carvalho, presidente da CNEN, e depois com o presidente da Nuclebrás. Não vou negar que nós sentíamos que, em certos setores militares em particular no exército argentino e no exército brasileiro, havia grande resistência. Os dois presidentes, que eram militares acima de tudo, de alguma maneira o impuseram, superando a oposição interna (ORNSTEIN, 2012 apud MALLEA, 2012, p. 89-90).

Oscar Camilión, ministro das Relações Exteriores da Argentina (1981) embaixador argentino no Brasil (1976-1981) complementa:

O espírito dos acordos de 1980 era a de buscar intercâmbio concreto: peças de material de metalurgia pesada [...]. Eram coisas factíveis e simbólicas. Entendia-se que, iniciada uma cooperação entre o Brasil e a Argentina no plano industrial, as portas ficariam abertas para que os dois países fossem o mais abertos possível na revelação dos seus respectivos programas nucleares ao vizinho, de modo que o temor da corrida armamentista se diluiria (CAMILIÓN, 2012 apud MALLEA, 2012, p. 90-91).

A leitura indica motivos mais explícitos pelos quais iniciou-se uma série de declarações durante os anos 1980. A mudança de caráter político-militar criou novos paradigmas e, ao mesmo tempo, houve um aprofundamento ou a tentativa de um

aprofundamento em alguns casos, no setor técnico. Não se pode deixar de notar o aspecto técnico porque foi ele que colocou em prática o novo modelo de segurança.

Tudo isso para ilustrar que os motivos para o início da cooperação entre eles foram desafiadores para o regime, o reconhecimento do potencial conjunto como solução para os problemas entre Brasil e Argentina, mas também a realização de que na prática havia possibilidade de funcionar. Já estavam fazendo o movimento de regular as assimetrias que sustentam as estruturas da paz negativa através da cooperação e de uma ação integrada. Assim, o processo da construção da confiança emaranha-se com o processo de integração entre Brasil e Argentina.

5.1.1 Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear de 1980

Com as visitas informais e o intercâmbio científico, o desenvolvimento das tecnologias nucleares estava sendo equilibrado e, com isso, crescia o nível de confiança entre os países. Intercambiavam-se notas que pediam a abertura para a fiscalização mútua até que ocorreu o primeiro acordo de cooperação (OLIVEIRA, 1999).

Por muitos anos, a ideia de integração pairava sob a específica integração nuclear e através do contato entre Castro Madero, presidente da *Comisión Nacional de Energía Atómica*, e Paulo Nogueira Batista, presidente da NUCLEBRÁS (1975-1983), essa ideia acabou tomando forma (OLIVEIRA, 1999).

Antes disso, em 1978, ocorreu em Buenos Aires o Congresso Mundial de Direito Nuclear. Neste Congresso, foi apresentado um projeto que daria origem à SUDATOM – como uma versão sul-americana da EURATOM –, órgão parecido com a EURATOM, mas para os países sul-americanos (OLIVEIRA, 1999). Apesar de a ABACC ter feito o próprio caminho em direção à integração, a EURATOM também poderia ser entendida como uma espécie de agência que teve que lidar com as disputas de materiais, que geravam conflito no território europeu, bem como uma transição do caráter de disputa para o de cooperação.

A proposta escalou até 1980, quando o presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985) e o presidente Jorge Rafael Videla (1976-1981) assinaram em Buenos Aires o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. O

primeiro documento representativo assinado declarara suas intenções ao acesso às tecnologias e formas de aplicação, objetivando o desenvolvimento econômico e o exercício da soberania dos dois países, além de garantir que seus programas nucleares tivessem fins pacíficos (OLIVEIRA, 1999).

Levando em conta também uma série de compromissos internacionais com relação ao uso do material nuclear, o acordo, então, foi um outro marco para as relações bilaterais com uma postura estratégica e geopolítica. Mais que isso, foi um período de transição não só das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, mas também foi um período pré-democrático, marcado pelo envolvimento da sociedade civil.

Contudo, de acordo com Saracho,

O acordo de 1980, na realidade, não foi só um acordo, foi um acordo de cooperação a nível de governos, um convênio de execução da CNEA com a CNEN, e outro convênio de execução da CNEA com a Nuclebrás. Mas dentro deste último acordo, havia o que para mim foi a peça mais genuína de complementação: o Protocolo de Complementação Industrial que incluía quatro temas. E assim fracassou algo que era perfeitamente lógico [...].Essa era uma forma de complementação perfeita. Mas, lamentavelmente, dos dois lados cometemos o erro de nos esquecer de que havia outro ator a quem ninguém consultou e cujo interesse era comercial (2012 apud MALLEA, 2012, p. 92-93).

Apesar do revés, esse foi somente o primeiro de muitos acordos. O que mais é levado em consideração aqui são as motivações que fizeram com que se aproximassem formalmente e a vontade de fazer a cooperação funcionar.

5.1.2 Declaração de Iguazu de 1985 e o Programa de Integração Econômica (PICE)

A importância do contexto das inspeções mútuas é, pelas palavras de Ornstein, uma política muito inteligente do governo de Alfonsín e, assim, as pessoas começaram a se conhecer para que um grupo fosse criado e junto as condições para a cooperação que estavam no papel. De acordo com Saracho, a primeira proposta de Alfonsín foi a de salvaguardas regionais, que logo foram se centralizando nas bilaterais. Dessa forma passou-se a constituir o modelo da ABACC no futuro (ORNSTEIN, 2012 apud MALLEA, 2012) (SARACHO, 2012 apud MALLEA, 2012).

Continuando com o processo de cooperação, na transição democrática, os presidentes José Sarney (1985-1990) e Raul Alfonsín (1983-1989) acordaram em 1985 a primeira de uma série de declarações conjuntas. Essa primeira se chamou Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, ou, Declaração de Iguazu.

Em 1985, o regime militar brasileiro acabou com a posse de Sarney. Depois da redemocratização argentina em 1983, a mudança política foi fundamental para a cooperação, permitindo que a sociedade ficasse a par do debate nuclear e das discussões acerca do aprofundamento da cooperação (MARINHO, 2017).

Quando foi perguntado sobre a democratização e o quão importante isso foi para o processo de cooperação, Saracho responde:

Acredito que a democratização realmente deu um impulso muito importante e sendo mais importante ainda a amizade e o entendimento entre Sarney e Alfonsín. A força da democracia argentina ajudou muito. Portanto, acho que o processo democrático ajuda porque os governantes se sentiram legítimos. E isso foi o que aconteceu em outro campo distinto com Argentina-Brasil, com Sarney-Alfonsín, e, depois, Collor-Menem tiveram que segui-lo por mais que os dois fossem, digamos, continuação. Mas eram governos democráticos (SARACHO, 2012 apud MALLEA, 2012, p. 203).

A partir da declaração, foi criado um Grupo de Trabalho Conjunto sob a responsabilidade da chancelaria brasileira e argentina, que era integrado por representantes da CNEN e da CNEA e de empresas nucleares. O objetivo maior da origem desse grupo foi a promoção e o desenvolvimento tecnológico nuclear, a constituição de mecanismos que assegurassem a função pacífica, a segurança e o desenvolvimento da região (OLIVEIRA, 1999).

A aproximação levou ao ponto de partida do processo de integração. Foi criada no âmbito da Declaração uma comissão mista de alto nível para tratar do assunto. Dessa forma, em 1986, a Ata para a Integração Brasil-Argentina criou o Programa de Integração Econômica (PICE). Por meio dele, foram acordados 24 protocolos de liberação comercial bilateral e a cooperação em diversas áreas, como a produção de alimentos, investimento na indústria, no transporte e em comunicações (RÊGO, 1995).

Como objetivo, o programa previa a abertura dos mercados de forma seletiva, o incentivo à complementação setorial, integração mais igualitária entre os participantes e a

harmonização das políticas relacionadas com a competitividade setorial. Onde havia um ambiente mais protecionista, a partir daí, foi gradualmente se abrindo.

A explicação da demanda da integração neste momento não é uma surpresa. Sob a circunstância nuclear, o aumento da confiança na segurança poderia acabar afetando a credibilidade e estreitando laços em outros campos. Seria válido buscar o desenvolvimento da economia por si só, mas também é interessante pensar a questão econômica com relação ao oponente que já é desenvolvido.

Em 1978, Galtung já conseguia ver uma nova forma de o mundo funcionar. O artigo *The New International Economic Order and the Basic Needs* explora como o conflito político estava se moldando entre “Grand Designs” — ou estruturas globais — no desenvolvimento da teoria e prática, a chamada “Nova Ordem Econômica Mundial” (NIEO) e as “Necessidades Básicas” (BN). Com isso são analisados os aspectos comuns a todas as situações de conflito (GALTUNG, 1978).

Essa nova ordem econômica lida com as relações entre países ricos e países em desenvolvimento no nível global. Seria, então, uma abordagem de nível macro. Já o BN é uma abordagem em nível micro. É sobre o nível individual, do ser humano e, portanto, enxerga o desenvolvimento em termos de suprimento das necessidades básicas (GALTUNG, 1978).

Galtung mostra como os países em desenvolvimento podem se opor à lógica global – ou como o Brasil e Argentina tenderiam a se opor. Haveria duas formas de abordar os maiores problemas do Terceiro Mundo. A primeira seria o reforço dos países mais “fracos”, e o outro foca no reforço dos indivíduos mais “fracos” dentro do país. Isso se refletiria na escolha de tecnologias. Por um lado, há o capital, o trabalho, a pesquisa e a administração tecnológica que poderia fazer com que os países em desenvolvimento cheguem ao nível de países desenvolvidos, de acordo com as regras criadas pelos países desenvolvidos (GALTUNG, 1978).

Outro lado da compreensão é sobre como o suprimento das necessidades são menos sobre compaixão pelo menos favorecido, e mais sobre o medo dele. Estes, ainda, são vistos como uma massa de pessoas mais consciente e gananciosa sobre o que os países desenvolvidos têm. Junto com essa imagem vem a hipótese de que o perigo seria diretamente proporcional à pobreza dessas populações. Essa abordagem de “necessidade básica” é uma mistificação da política do poder global. O objetivo é reduzir o poder dos países em

desenvolvimento através da eliminação do elemento de poder principal, discriminadamente (GALTUNG, 1978). Nesse caso seriam os fatores econômicos e a máxima do setor militar: o armamento nuclear.

A ideia de ser a violência proporcional à pobreza nunca foi comprovada. Mesmo assim, essa ideia reflete na forma em que países desenvolvidos justificam a retenção da assistência técnica para si, deixando algo disponível para países pobres, dá-se com base no fato de que evita o escalonamento de conflitos. O raciocínio é: se Brasil e Argentina não dominarem a tecnologia nuclear e não alcançarem desenvolvimento econômico o suficiente para financiar grandes projetos nucleares, não haverá conflito. A assistência técnica, portanto, tem uma função de política comercial como uma forma de guiar o fluxo da ordem da periferia para o centro, e como uma forma de criar benevolência no modo como os tratados de comércio são forjados. Além disso, a assistência técnica seria também um instrumento usado para a política de poder, na medida que molda alianças para lidar com os conflitos (GALTUNG, 1978).

5.1.3 Declaração de Iperó de 1988

Este subcapítulo é a continuação do cumprimento da integração nuclear, que a levou para os meios econômicos. A nova declaração, também do mesmo tipo que a outra Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, transformou o Grupo de Trabalho em Comitê Permanente, criado para tratar em conjunto dos temas nucleares (OLIVEIRA, 1999).

O documento completo da Declaração indica a importância da classificação das áreas prioritárias para o desenvolvimento da cooperação que toma corpo nos Protocolos n.11 e n.17. O primeiro diz respeito à assistência recíproca no caso de acontecer algum acidente e o recebimento de informações imediatas. Já o segundo diz respeito à cooperação nuclear. Porém, o Protocolo nº17 só foi assinado em 1986, estabelecendo também uma lista comum de equipamentos nucleares e previa a reciprocidade de compras dos equipamentos. O foco principal desse protocolo era o estabelecimento das áreas prioritárias que foram insinuadas desde o início referentes aos elementos combustíveis de alta densidade, instrumentação eletrônica, eletrônica nuclear e detectores (OLIVEIRA, 1999). Visto isso, destaca-se o papel da integração nuclear como fonte de segurança e confiança mútua já estabelecida formalmente.

Sem dúvida, a Declaração foi considerada um dos atos políticos mais importantes já realizados. Nesse sentido, seguiu para a abertura à discussão do Tratado de Tlatelolco, que tinha o objetivo de desnuclearização militar na América Latina e que também tem ligação com o Tratado de Não-proliferação Nuclear.

Na declaração de Alfonsín, ele expressa que:

É chegado o momento de os países latino-americanos, entre eles o Brasil e a Argentina, estabelecerem entre si, seus próprios compromissos sem interferências das grandes potências. “Estamos dispostos a trabalhar no sentido de chegar a uma espécie de um novo Tlatelolco, no qual nós mesmos ofereçamos as salvaguardas necessárias e nós mesmos estabeleçamos que devemos marchar para a utilização pacífica da energia nuclear” (TOTTI, 1988 apud OLIVEIRA, 1999, p. 385).

Essa declaração expressa a vontade de criar uma autonomia para as decisões sobre a utilização do material nuclear, sem precisar levar em conta as decisões ditadas por terceiros. Visto isso, note-se que, na época, já havia pressão o suficiente para que se encaixassem no modelo externo e a materialização da ordem que tenta ditar as regras de utilização do material nuclear também era visível. A decisão de autonomia sobre este setor, ainda mais em dupla, pode ser considerada um importante passo para a oficialização do processo de construção da paz.

De acordo com Galtung (1985), esse movimento e as próximas declarações indicam o ponto básico em construir relações pacíficas, evitando formas de exploração. Visto isso, os custos e benefícios da interação social entre as partes, como um intercâmbio, acumulam-se. Esse curso seria mais do que um manuscrito ditado com uma fórmula para se alcançar a paz; é um processo único.

5.1.4 Tratado de Cooperação, Integração e Desenvolvimento de 1988

O Tratado de Cooperação, Integração e Desenvolvimento foi o primeiro tratado de matéria nuclear assinado entre Brasil e Argentina de fato. Este tratado veio como uma continuidade da discussão sobre como efetivar os protocolos bilaterais e o conteúdo das declarações.

A expressão de declarações e protocolos formam uma primeira parte do processo de cooperação bilateral. Nelas foram organizadas as ideias e pareavam objetivos em comum para o desenvolvimento nuclear. Ele só foi realizado por causa de uma longa discussão até a consolidação da vontade que, primeiramente manifestava a intenção de criar um ambiente seguro e depois vieram os meios, como a troca em tecnologia e material nuclear.

Contudo, visto que era esse o caminho percorrido majoritariamente durante os governos de Sarney e Alfonsín, houve a necessidade de criar um meio que colaborasse com esse comprometimento em longo prazo. A demanda surge para tornar os esforços em adquirir tecnologia, materiais e segurança uma questão de Estado, e não só de um governo temporário. Mesmo pouco antes da consolidação do tratado, a nova Constituição Brasileira de 1988 demonstrava comprometimento pelo uso pacífico da tecnologia nuclear. Isso favorece a afirmação de Galtung sobre a construção da paz sustentável.

Este foi um marco que fez com que os dois países abandonassem a competição de fato e não somente no papel, que foi apenas possível por essa jornada de trocas significativas.

Alfonsín declara:

Nossa integração é um fato histórico sério. Ingressamos num caminho que daqui para adiante será transitado no marco da paz, não de armamentismo. Isso tem um relevo que interessa não somente os brasileiros e argentinos, mas toda a América Latina e ao mundo (TACHINARDARI, 1988 apud OLIVEIRA, 1999, p. 185).

Por fim, destaca-se a forma como fazem uma ação benéfica para o mundo através da construção da paz pelas suas próprias necessidades e convicções acerca do desenvolvimento nuclear, benefício resultante de um caráter moral de paz que pôde amadurecer por causa do histórico de cooperação e geração de objetivos em comum.

5.1.5 Declaração de Ezeiza de 1988

A Declaração de Ezeiza foi a última ação entre os governos de Sarney e Alfonsín. Em 1988, realizaram mais uma Declaração Conjunta sobre Política Nuclear. O último encontro, em Buenos Aires, expressou que: "[A] decisão de ambos os países de desenvolverem um projeto conjunto em matéria de reatores rápidos regeneradores, [é um] passo decisivo na

otimização dos recursos materiais e técnico-científicos dos países da área”. (DECLARAÇÃO DE EZEIZA apud OLIVEIRA, 1999, p. 386).

Este foi um caso de cooperação técnica e científica. O grupo anteriormente criado se encontrava duas vezes ao ano, ao passo que, também anteriormente, buscavam a cooperação técnica em países do Norte. O preço das novas tecnologias do setor nuclear vindas do exterior estava mais caro; assim estabeleceram a cooperação nos setores de elementos combustíveis para que fossem usados em pesquisas. Favorecia também o investimento em equipamentos eletrônicos e detectores, e o estabelecimento de normas compatíveis com a segurança e proteção (OLIVEIRA, 1999). Portanto, dá-se ênfase à particularidade da produção conjunta aliada à proteção contra acidentes.

Ornstein (2012) explica o fim do projeto que, apesar da tentativa de exploração tecnológica, teve um caráter mais político do que técnico. Sem empenho político e financeiro maior, essa integração passou a ser só uma ideia.

A cooperação no campo político e diplomático, a integração no campo nuclear, foi um grande êxito, sem nenhuma dúvida. A cooperação e a integração no campo técnico é outra coisa completamente diferente. Existia a necessidade, e segue existindo, de encontrar projetos realmente motivadores e que interessem aos dois países, tanto aos técnicos como às autoridades. E não só declarações e projetos menores, mas projetos importantes. Naquele momento, [...] pareceu que poderia ser do interesse dos dois países um projeto a muito longo prazo de desenvolvimento conjunto de um reator reproduzidor rápido. A ideia era investir dez anos em desenhos, no intercâmbio de ideias, acumulação de informação, desenvolvimento de tipos de engenharia de base, etc. Mas fazendo isso com vistas à construção de um protótipo financiado pelos dois países. A Argentina estava totalmente aberta a isso. [N]o lado brasileiro [...] era um tema de grande interesse quanto à exploração da energia nuclear para a produção de eletricidade. [...] Mas depois veio a realidade de todos os dias: orçamentos, custeio de viagens internacionais, e todo esse tipo de coisa que fazem impossível uma cooperação efetiva. Porque parece que em nenhum dos dois lados havia a decisão política de empenhar-se em um projeto dessa magnitude. Então passou como um lindo sonho, *wishful thinking*, dos técnicos dos dois países, e foi morrendo com o tempo. Nunca prosperou (ORNSTEIN, 2012 apud MALLEA, p. 183).

Esse caso poderia demonstrar a necessidade do desenvolvimento tecnológico para a fundação de relações associativas em contraponto com as condições financeiras, outro empecilho baseado na exploração e assimetria técnico-econômica, isto é, até a questão econômica em forma de violência estrutural foi um obstáculo para a integração dos objetivos (GALTUNG, 1985).

5.1.6 A relevância do processo bilateral: formulação da estratégia compartilhada

No contexto global, a Guerra Fria ainda acontecia. Nas relações entre Brasil e Argentina, o saldo dos anos 1970 mostra desconfianças recíprocas e a busca de hegemonia regional. A estratégia levava em conta métodos para superar um ao outro e prevenir-se de ocorrências de ordem militar. Agora, na década de 1980, foi quando a situação começou a mudar: a questão nuclear, que antes era fonte de desconfiança, tornou-se fundamental para superar as rivalidades e ir em direção à cooperação. A mudança desde uma corrida nuclear para a integração acabou por extinguir o medo da possibilidade de um conflito e essa década marca a fase de um relacionamento bilateral que segue adiante, e que também é marcado pela oficialidade da cooperação nuclear, onde o objetivo não é a contenção um do outro, mas uma ação integrada entre os dois países (MARINHO, 2017).

A estratégia criada nos anos 1980 tratou de fazer um contraste entre o que era demandado pela comunidade internacional e o que realmente fazia sentido para os dois países, considerando suas necessidades e contextos. Uma vez que os planos nucleares pararam de causar temor entre os dois países para se transformar em um fator de cooperação, estes planos também acabaram favorecendo a lógica global, em que a ação conjunta do Brasil e Argentina não era confiável o suficiente para desenvolverem tecnologia nuclear ou receberem *know-how* avançado, pois a cooperação entre os dois até poderia significar o desenvolvimento de tecnologia nuclear mais rápido dos dois países, desafiando a ordem citada – até porque a Argentina estava num lugar mais avançado que o Brasil e poderia ajudá-lo.

A cooperação entre eles, porém, enquanto classificavam objetivos conjuntos com vistas à paz no uso de materiais nucleares, também poderia ser um fator de contentamento para a comunidade internacional. De qualquer forma, mesmo que os resultados da década fossem poucos em termos práticos, os países ainda teriam que lidar com a reação externa sobre a estratégia compartilhada. Mais uma vez, as ações em direção à paz na região são calculadas levando em consideração a estrutura global de violência.

A finalidade da paz tratada nas negociações pode ser vista como uma fachada para que a comunidade internacional consentisse com o projeto bilateral, e então o resultado poderia favorecer essa iniciativa. Isso não significa que as chancelarias não levariam esse possível resultado em conta. Durante os governos de Sarney e Alfonsín, havia certa confiança para que

eles manejassem as discussões como quisessem, mas o próximo governo passou a sofrer mais pressões devido ao contexto econômico internacional.

5.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL A PARTIR DA COOPERAÇÃO NUCLEAR: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NUCLEAR COMUM BRASILEIRO-ARGENTINA E A CRIAÇÃO DO MERCOSUL

A partir daqui a via para a integração é acelerada. Os esforços dos governos de Sarney e Alfonsín em deixar determinado em tratado a aproximação deles e o tempo de construção dessa aproximação diplomática deixou para os próximos governos o dever de continuar com esse processo.

Para contextualizar a integração do MERCOSUL, Vasconcelos (2021) dividiu o percurso em três fases principais. O ciclo liberal econômico de 1991 a 2002, o ciclo progressista de 2003 a 2015, e a fase contemporânea do ciclo neutro, de 2016 em diante. O início do ciclo econômico em 1991 também marca a criação da ABACC. Nesse sentido, considerando esses marcos da história do Brasil e Argentina como frutos de um mesmo contexto, é importante salientar como ocorreu a mudança de governos e qual foi o impacto no decorrer das negociações, bem como foi a retomada do assunto nuclear pelos presidentes Fernando Collor (1990-1992) e Carlos Menem (1989-1999).

Orsntein e Castro Neves falam sobre o processo de transição para Collor e Menem, primeiro levando em consideração o preço de uma mudança governamental neste contexto:

Agora, no final do período, houve uma desaceleração da cooperação por uma razão muito simples, que foi a crise econômica que começou a abater sobre a Argentina e sobre o Brasil: um momento de hiperinflação, de desorganização das atividades econômicas, de perda de controle sobre as contas públicas (NEVES, 2012 apud MALLEA, 2012, p. 186).

Eu pude notar que a transição de Alfonsín para Menem, neste campo em particular, não representou mudança substancial quanto às suas opiniões e filosofia. O tema

nuclear era conduzido por profissionais da chancelaria, que estavam além de uma posição política ou outra. O tema era considerado uma política de Estado, no contexto da busca da aproximação com o Brasil. [...] Éramos conscientes de que reverter posições mantidas por muitos anos levaria tempo. Havia um trabalho de convencimento porque é necessário vencer fortes resistências internas e acomodar as posições dos setores envolvidos. Então, [o] lado argentino [...] manifestou simplesmente essa mudança com Menem: mudança de forma ou de procedimento, acelerando tudo o que se havia conquistado durante o governo Alfonsín. Na realidade, encontrou-se um terreno muito fértil porque tanto Collor quanto Menem, assim como os presidentes das duas comissões de energia atômica e as duas chancelarias, concordaram em continuar naquela direção. Em 1990, chegou-se à Declaração sobre Política Nuclear Comum. Surgiu o compromisso do uso unicamente pacífico da energia nuclear, que se concretizou pouco tempo depois no chamado tratado de Guadalajara, que institucionalizava o controle recíproco das atividades nucleares dos dois países. Naquele momento, estabeleceu-se uma moratória, [...] o que fizeram foi uma moratória indefinida, o que implicou um compromisso muito sério, mas não uma mudança de posição filosófica de ambos os países em relação às explosões com fins pacíficos (ORNSTEIN, 2012 apud MALLEA, p. 185).

Diz-se que as circunstâncias do ano de 1991 dão fundamento ao MERCOSUL devido ao liberalismo econômico e os movimentos de redução drástica da regulação econômica pela intervenção do Estado, além da diminuição de tarifas e barreiras ao comércio exterior. Sendo assim, a agenda de integração econômica fez parte de um movimento regional de forma geral, e contou com as políticas internas de reformas burocráticas do Estado e de abertura econômica. Já no ambiente internacional, o início dos anos 1990 marcou o fim da Guerra Fria e da União Soviética, dando ênfase ao amadurecimento da institucionalidade, mas não só de aproximação comercial, embora boa parte das intenções estivesse direcionada a isso (VASCONCELOS, 2021).

O multilateralismo foi evidente nesse período. O envolvimento com a AIEA foi muito significativo, pois ela muda a direção e o posicionamento definitivo do Brasil e Argentina sobre a cooperação nuclear e a integração regional, sendo elas de importância considerada unânime para a formação do MERCOSUL, isto é, a criação da ABACC como um pilar essencial para a integração do MERCOSUL. O passo que faltava era aceitar completamente um regime de salvaguardas.

5.2.1 Declaração de Fiscalização Mútua de 1990 e o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC)

Foi firmada em Foz do Iguaçu, em novembro de 1990, a Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina, conhecida como Declaração de Fiscalização Mútua ou Declaração de Iguaçu, que estabeleceu um sistema específico de salvaguardas com reservas dos segredos industriais. Eles contaram com a presença da AIEA e também da Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (OPANAL) (OLIVEIRA, 1999).

A ocorrência que ganhou destaque na Declaração foi justamente a aprovação do Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC). Dentre as várias atividades estabelecidas estavam: o intercâmbio das listas de descrição de todas as instalações nucleares, a permuta das declarações dos inventários de materiais nucleares, a realização de inspeções recíprocas nos sistemas centralizados de registros, a apresentação à AIEA do sistema de registros e relatórios da SCCC, a execução de negociações com a AIEA com o objetivo de celebrar um acordo de salvaguardas conjunto que tenha base na SCCC e, por último, considerando a conclusão com o acordo de salvaguardas da AIEA, destaca-se a necessidade de tomar iniciativa para possibilitar a vigência da OPANAL e atualizar seus termos. Para além disso, não admitia a explosão de artefatos nucleares dentro dos dois territórios (OLIVEIRA, 1999).

Em resumo, o novo sistema ambicionava o controle contábil de material nuclear, possibilitando a inspeção mútua nas atividades e na produção nuclear, e permitia aos dois países a informação sobre a quantidade de material que cada um possui, qual o seu destino e sua localização, impedindo programas secretos. A ideia do sistema não era tão recente. O protocolo n. 17 já previa as salvaguardas mútuas e o intercâmbio de informações reservadas (OLIVEIRA, 1999).

Após um ano, para cumprir os termos do Tratado de Tlatelolco, foi assinado em 1991 um acordo conjunto de salvaguardas com a AIEA. Assim, era esperado que os Estados Unidos cooperassem científico e tecnologicamente por meio de acordos. A notícia foi muito bem-recebida pelos países desenvolvidos (OLIVEIRA, 1999). A ocorrência poderia ser interpretada como uma derrota diante das forças dos Estados Unidos e Europa, mas na época ela foi um fato necessário para continuar com o próprio caminho da ABACC sem maiores interferências. Já que não faria diferença, dar essa satisfação seria uma mera formalidade. Qualquer que fosse o obstáculo, ele serviria para trazer o Brasil e Argentina juntos.

A AIEA possui um longo histórico de negociações com o Brasil e Argentina, sendo mais presente nos anos 1990. A Declaração sobre Política Nuclear Comum (1990) também representou um ponto de inflexão: a aceitação pelos dois países das salvaguardas abrangentes da AIEA com base na SCCC, indicando a vontade desses governos de “normalizar” as relações dos seus países com a comunidade internacional, até mesmo para facilitar o acesso à bens e tecnologia sensíveis, que só seria corroborado pela habilitação da entrada em vigor pelos dois do Tratado sobre a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe (Tratado de Tlatelolco), o que só aconteceu em 1994, e a adesão ao Tratado de Não Proliferação em 1994 para o Argentina e 1998 para o Brasil (QUEIROZ, 2016).

5.2.2 Acordo Bilateral de 1991

A ratificação da Declaração de Iguazu pelos Congressos Nacionais, com o fim de facilitar negociações com a AIEA, acabou motivando a criação de um novo acordo amplo e bilateral entre Brasil e Argentina. Em 1991, os presidentes Collor e Menem assinaram o Acordo para o Uso Pacífico da Energia Nuclear. Esse acordo estabelece o uso pacífico do material e instalações nucleares submetidas à jurisdição dos seus países, comprometendo-se em “proibir, impedir, assim como abster-se de realizar, fomentar, autorizar ou participar de qualquer maneira, em teste, uso, fabricação, produção ou aquisição de toda arma nuclear, e na recepção, armazenamento, instalação ou qualquer forma de posse de qualquer arma nuclear” (ACORDO BRASIL-ARGENTINA, 1991 apud OLIVEIRA, 1999, p. 391).

Em seguida, com relação aos testes nucleares, a posição adotada é de “não realização, fomento ou autorização, de forma direta ou indireta, ou de participar de qualquer forma em teste, uso, fabricação, produção ou aquisição, por qualquer meio, de qualquer dispositivo nuclear explosivo” (ACORDO BRASIL-ARGENTINA 1991, apud OLIVEIRA, 1999, p. 391). Enfim, outro fator importante é o estabelecimento de direito inalienável à pesquisa, produção e utilização de energia nuclear para fins pacíficos, submetendo os materiais atômicos, mais uma vez, à jurisdição ou controle do SCCC para a verificação do acordo (OLIVEIRA, 1999).

No Brasil, não houve uma recepção acalorada. A Comissão Mista de Inquérito que investigava o programa nuclear paralelo e condenou a inspeção conjunta; ao tramitar pela

Câmara dos Deputados, o projeto de lei proposto pela CPI proibiu a fiscalização de entidades internacionais em instalações brasileiras destinadas à pesquisa e desenvolvimento nuclear (OLIVEIRA, 1999).

Aqui caberia destacar como era a relação entre os dois presidentes, já que a relação entre os presidentes anteriores era de proximidade e de união dos objetivos. Na década de 1980, o maior empecilho era a integração tecnológica e o orçamento de um projeto substancial, mas não há evidências de grandes desavenças enfrentadas internamente. A mudança de governo e o contexto global foi significativo para o progresso da negociação bilateral.

Nesse sentido, no período de eleições no Brasil e Argentina em 1989, ambos os países debatiam sobre as opções nucleares ditadas por termos de economia e desenvolvimento. Collor e Menem ganharam as eleições prometendo controlar a inflação e recuperar o crescimento. Dessa forma, a questão nuclear foi desenhada justamente para isso: desenvolvimento. Havia a possibilidade de os presidentes retraírem a cooperação, mas em 1990 eles acabaram estabelecendo o SCCC (MALLEA; SPEKTOR, 2012).

Minha impressão é que não existiu a empatia que houve na época de Alfonsín e Sarney. Acho que os dois apoiaram o processo porque estavam convencidos de que era um processo benéfico. [...] Para começar, não é segredo para ninguém que a relação entre a Argentina e os Estados Unidos tem sido bastante complicada ao longo de toda a história. Durante muitas décadas, a Argentina estava na zona de influência britânica e se sentia suficientemente protegida para enfrentar o “Colosso do Norte”, mas nossa relação foi muito acidentada em todas as épocas. No governo Menem havia uma forte corrente para reverter essa má relação [...]. Eles eram partidários de melhorar as relações com os Estados Unidos, a ponto de cunhar aquela desafortunada frase de Di Tella, que falou em ‘relações carnavais’ com os Estados Unidos. [...] Os Estados Unidos estavam muito interessados em que se chegasse a solucionar o problema desses dois países rebeldes do Cone Sul, que se negavam a entrar plenamente no regime de não-proliferação. E daí surgiram todas essas sugestões, pressões e negociações que vimos anteriormente. [...] A cooperação no campo político na questão nuclear foi de tal natureza entre 1990 e 1994, ano em que eu estive em Viena, que Brasil e Argentina éramos uma delegação só. [...] Um país não abria a boca quando estava sendo representado pelo outro. Agora [...], a situação chegava a tal extremo que, quando tínhamos previsto que viajassem técnicos dos dois países ao exterior e não havia orçamento para viagens internacionais, chegamos a fazer a farsa de nos reunirmos em cidades fronteiriças: os brasileiros se deslocavam a Foz do Iguaçu, e a delegação argentina fazia o mesmo até Puerto Iguaçu, do lado argentino. Depois cruzávamos a ponte e nos reuníamos em qualquer um dos dois lugares. (ORNSTEIN, 2012 apud MALLEA, 2012, p. 187-189).

Neves Também discorre sobre o contexto internacional da época:

Portanto, existia essa movimentação tanto por parte do presidente Collor como do presidente Menem de fazer as pazes com a comunidade internacional, sobretudo em um contexto do fim da Guerra Fria. Esse contexto estimulou o chamado mundo em desenvolvimento, que incluía países de maior dimensão [...]. Era uma época de transição e de maior aproximação com a ordem que havia vencido, que é a ordem

ocidental mais aberta, mais liberal e foi também uma década de grande codificação de questões políticas e econômicas. Os parâmetros da Guerra Fria, que haviam dado certo espaço de manobra a países como os nossos, haviam desaparecido. [...] Foi a década da criação da Organização Mundial do Comércio, da conclusão da Rodada do Uruguai, da nossa adesão ao TNP. A meu ver, esse era o pano de fundo. [...] (NEVES, 2012 apud MALLEA, 2012, p. 190).

De qualquer forma, o Acordo Bilateral fechou o compromisso com o uso pacífico de material nuclear e submissão ao controle dos dois países, sendo as salvaguardas da AIEA suplementar – indispensável para o Brasil e Argentina no sentido de manter uma imagem de confiabilidade na época, e indispensável para o exterior ao tentar manter o controle sobre o desenvolvimento nuclear brasileiro e argentino. Mas ao mesmo tempo, o mais importante era perpetuar a confiança e cooperação entre os dois. Ambos tinham o mesmo objetivo: acesso à tecnologia.

Bom, a culminação desse processo entre a Argentina e o Brasil trouxe alguns benefícios em termos de transferência de tecnologia. Nós tínhamos com os Estados Unidos um acordo vigente que tinha sido muito efetivo nos anos 1960, mas deixou de vigorar depois da mudança de política norte-americana em relação à Argentina. [...] Nos anos seguintes à culminação do processo brasileiro-argentino de entendimentos nesse campo, foram assinados rapidamente acordos com a França, os Estados Unidos e o Canadá que permitiram reviver a cooperação no campo técnico. [Em] nenhum caso isso significou que fosse transferida tecnologia sensível. Tratou-se de tecnologia corrente em operação de reatores de pesquisa, segurança nuclear, etc. (ORNSTEIN, 2012 apud MALLEA, p. 192).

As pressões efetivamente diminuíram na medida em que a gente dava passos na direção correta. Agora, quanto ao acesso à tecnologia, ao acesso ao mercado de bens sensíveis, esse mercado tinha sua dinâmica própria e a adesão ao regime não facilitou em nada. O Brasil não passou a ter mais acesso a coisa alguma que fosse controlada porque o mercado é um mercado com restrições crescentes, sobretudo depois da introdução do conceito de uso dual. O professor [José] Leite Lopes, que foi diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), dizia que uma faca de cozinha tem uso dual, serve para cortar um legume e serve para assassinar uma pessoa. [...]” (NEVES, 2012 apud MALLEA, 2012, p. 193).

A década da abertura econômica também significou a exposição do Brasil e Argentina aos condicionamentos econômicos externos. Esse poderia ser outro fator pela qual se abriram, com certa relutância, ao condicionamento das salvaguardas internacionais. Assim, fica ofuscada a linha entre decisões mais autônomas e mais condicionadas pelo poder global. As evidências apontam que houve condicionamento, mas as relações bilaterais demonstram como as negociações na área nuclear eram conduzidas, em conjunto, mantendo os propósitos unificados.

5.2.3 A criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)

Com a finalidade de administrar o SCCC, ambos os países criaram a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). A agência possui personalidade jurídica e sede na cidade do Rio de Janeiro, firmando competências, funções, organização e prevê privilégios e imunidades aos funcionários e inspeção a serviço da ABACC (OLIVEIRA, 1999).

A ABACC foi criada em julho de 1991 com a assinatura do Acordo Bilateral para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear como uma Organização Internacional. Ela possui a missão de garantir aos países e à comunidade internacional o cumprimento do acordo. O acordo bilateral anteriormente destacado garantia recursos financeiros necessários para o funcionamento da ABACC, assim como a independência institucional. A comissão nela implantada é composta por dois representantes de cada governo, e definem as diretrizes políticas e supervisiona os trabalhos da Secretaria Executiva. Essa secretaria é responsável por executar as atividades necessárias para a aplicação do SCCC, e os setores técnicos realizam as inspeções, sendo que um país inspeciona o outro (CANTO, 2021).

A ABACC também resgata todos os elementos em comum que antecederam o processo de cooperação, como a reafirmação do caráter pacífico do uso da energia nuclear, reforço e constituição da confiança mútua através de projetos, trocas de informações e visitas recíprocas, incentivo ao uso pacífico da energia nuclear em prol das duas populações, cooperação com outros países da América Latina, política externa comum na área nuclear, e por fim, o incentivo aos conceitos de paz e segurança regionais (CANTO, 2021).

Sem dúvida, as salvaguardas beneficiam a construção da paz, mas existem limitações. Se levar em conta os tratados e acordos institucionais bilaterais e multilaterais como o Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN), OPANAL, TNP, AIEA e a ABACC, conclui-se que eles são importantes para a construção de uma ordem internacional que busca o desarmamento nuclear utilizando o sistema de salvaguardas e garantindo o uso de material nuclear para fins pacíficos. Contudo, mais uma vez, esse sistema não serviria para impedir a proliferação vertical, pois o sistema não consegue salvaguardar mais do que 15% do material que existe no mundo. Além disso, o restante dos materiais, que compõe os arsenais dos Estados Unidos e Rússia, por exemplo, não está submetido a acordos internacionais de salvaguardas (CANTO, 2021).

Contudo, a adesão aos mecanismos do Regime de Não Proliferação Nuclear não significou a abdicação dos ideais que pautaram as chancelarias do Brasil e Argentina durante a segunda metade do século XX. A criação da ABACC é a reafirmação dos próprios valores, uma vez que as regras definidas no acordo promovem a renúncia de armas nucleares e colocam o desenvolvimento nuclear para fins pacíficos no mesmo patamar que a não proliferação. Assim, a entrada na TNP não é uma questão técnica, ainda mais por não ser um sistema recíproco, mas uma questão política baseada em um cálculo estratégico, tornando a adesão ao tratado irrelevante, ao mesmo tempo que passa do grupo que demonstra possibilidade de desenvolver armas nucleares para o grupo que integra o processo decisório e elaboração de normas (PLUM, 2016).

A ABACC foi especialmente fundamental para a integração na medida que a integração refletia o conjunto de elementos em comum que antecederam o processo de cooperação esclarecido anteriormente como a cooperação, o desenvolvimento, e a confiança mútua, sem contar com a visão opositora que os dois possuem com relação à ordem global com base no poder nuclear e os países que mantêm o status quo, sendo eles baseados em força econômica e/ou militar.

O processo de construção da ABACC, principalmente durante os anos 1990, demonstraram a urgência em criar laços que fizessem sentido para os dois países, com vias de sobreviver à lógica global relacionadas às tendências econômicas quanto às de segurança. Isso pode parecer redundante, mas essa foi a forma pela qual conseguiram chegar a uma relação pacífica e à integração. Da perspectiva da paz positiva, a paz é definida por tudo o que ela pode agregar, como educação, transformações sociais e econômicas e o comprometimento com a “integração humana”. Assim, ela é baseada em ações afirmativas que se comprometem com a integração de um sistema social global que seja menos desigual (OLIVEIRA, 2017). A construção da ABACC e do MERCOSUL pode ser precisamente vista como um conjunto de ações afirmativas, que se comprometem com a integração de um sistema para que seja menos desigual, e a transformação do conflito ocorre quando firmam o comprometimento com as salvaguardas da ABACC e a integração do MERCOSUL.

5.2.4 Acordo entre o Brasil, a Argentina, a ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (Acordo Quadripartite) em 1991

Tanto Brasília quanto Buenos Aires compartilhavam visões em comum com relação ao regime de não proliferação como uma imposição em desfavor aos países subdesenvolvidos (DALAQUA, 2016). Seguindo a lógica do cálculo estratégico, o Acordo Quadripartite foi assinado entre o Brasil, Argentina, ABACC e AIEA poucos meses após a criação da ABACC e, assim, completou o marco legal regulatório para a aplicação do sistema de salvaguardas. O Sistema Comum instituído garantia a criação de procedimentos de salvaguardas uniformes a serem aplicadas aos dois países (CANTO, 2021).

O último arranjo antes da criação do MERCOSUL prevê a cooperação técnica entre as agências para aplicar as salvaguardas, sendo os seus princípios básicos: a necessidade de conclusões independentes da AIEA e da ABACC, a coordenação das atividades para implementação das salvaguardas e evitar a duplicação desnecessária das salvaguardas da ABACC, o trabalho em conjunto de acordo com os critérios compatíveis e a necessidade de dar à AIEA o compromisso total de duas obrigações, mantendo a preservação de segredos tecnológicos (CANTO, 2021).

5.2.5 Tratado de Assunção de 1991 e a criação do MERCOSUL

Para falar da integração do MERCOSUL junto ao tema da paz, inicia-se com a teoria estrutural da integração, de Galtung. Para ele, a integração é simplesmente a integração de algo. Ela é o processo em que dois ou mais atores formam um novo ator; quando o processo está completo, os atores dizem que está integrado. Por outro lado, a desintegração é o processo em que um ator se define em dois ou mais atores. Quando o processo se completa, o ator diz que está desintegrado (GALTUNG, 1968).

A integração é um processo de construção gradual. Uma dimensão da integração acontece quando a integração leva à criação de um ator de um tipo diferente. Justamente, quando a ABACC e o MERCOSUL são criados, são tipos de atores diferentes dos originais, que são países; eles são uma agência e uma organização internacional. Outra dimensão da integração são os aspectos internos que diz respeito às mudanças nas relações entre os atores originais necessários para integrá-los, e os aspectos externos com relação aos atores originais em conjunto aos outros atores. Pergunta-se: o ambiente lida com a nova unidade que pretende se integrar ou ele ainda opera como se a integração não tivesse acontecido? (GALTUNG, 1968). Essa é uma questão de reconhecimento. De fato, o reconhecimento foi feito, tanto que quiseram

envolver a AIEA nos negócios da ABACC, mas não antes de se abrirem para que o reconhecimento fosse feito. Essas e as seguintes questões ajudam a localizar o lugar da integração do Brasil e Argentina no mundo.

Ele também propõe condições para que haja a integração, dividido em três grupos. O primeiro é o da “integração como integração de valores”, na qual estão o modelo igualitário ou hierárquico. O segundo é a “integração como integração de atores” dividida em modelo de semelhança e modelo interdependente. O terceiro é a “integração como intercâmbio entre as partes e o todo”, na qual estão o modelo de fidelidade e o modelo de alocação. Sobre a integração como integração de valores, ambos os modelos podem ser vistos. O modelo igualitário pode ser interpretado como a coincidência dos interesses, que aconteceu quando Brasil e Argentina se juntaram bilateralmente para conduzir negociações sobre a segurança com relação à ameaça da estrutura externa, e sobre a integração que objetivava o desenvolvimento. O modelo hierárquico seria a integração dos valores, a exemplo de que, para negociar a paz, eles tiveram que deixar de lado – pelo menos um pouco – os objetivos de hegemonia na região para compartilhar de uma zona livre de armas nucleares (GALTUNG, 1968).

Sobre a integração como integração de atores, o modelo de semelhança pode ser traduzido como um processo do aumento da semelhança entre os atores, como um ranking, a composição demográfica, a estrutura econômica ou política etc. Sendo assim, a integração foi semelhante tanto no posicionamento na América Latina quanto pela integração da estrutura econômica e, por vezes, política dos Estados. Agora, o modelo interdependente é o quanto eles têm uma relação de simbiose, referindo-se à ideia de eles estão tão integrados que se alguém de fora prejudicar um, o outro vai lhe dar apoio como se fosse ele mesmo o prejudicado. Isso é observado no posicionamento do Brasil e Argentina desde o conflito da Argentina com o Reino Unido, e o posicionamento de defesa da região lhes confere essa relação simbiótica (GALTUNG, 1968).

Por fim, sobre a integração como intercâmbio entre as partes e o todo, o modelo de fidelidade se encaixa como um tipo de suporte em que Brasil e Argentina alocam recursos para a organização regional que criaram. Já o modelo de alocação é a ideia de que a integração só pode existir ou continuar se existe algo a oferecer aos outros componentes do grupo, como quando os dois países criam um senso de identidade, proteção e propósito, e a organização regional criada serve como um mercado multilateral que distribui os recursos pelo comércio de bens, capitais e serviços (GALTUNG, 1968).

Uma última definição para o tipo de integração revisto neste trabalho é a de Construção do Mundo, que, ao construí-lo em blocos, procede a partir da integração territorial (juntando-se por causa da proximidade), da integração vertical ou organizacional (juntando-se por causa da organização internacional do trabalho), e da integração horizontal ou associativa (juntando-se a partir do princípio da afinidade, que leva a um tipo de funcionalismo como uma organização governamental). A intenção da integração Brasil-Argentina até o MERCOSUL é clara aqui, mas o mais interessante é notar que, a partir dos princípios pelos quais tomaram a decisão de se integrar, o ciclo se fecha no mesmo lugar. Entram as questões de defesa do território na América do Sul, da verticalidade, de um sistema de dominação e da criação de um ambiente pacífico em que é possível trabalhar juntos com base nas suas afinidades (GALTUNG, 1968).

Voltando para a história, já estabelecidas as salvaguardas, parte-se para a criação do MERCOSUL. A ABACC influenciou a criação do mesmo de forma que ele seguisse a dimensão econômica e de justiça social. Se bem pensado, o tema da segurança é levado para o MERCOSUL, pois, pelos passos da ABACC, foi possível compreender que não são temas que podem ser tratados separadamente. Ao contrário, eles são adjacentes. A questão da criação de confiança mútua e da ampliação das relações de cooperação até a integração estão diretamente ligadas à capacidade de ser previsível. Quando essa capacidade é de fato previsível, ao invés do ambiente de conflito e desconfiança que levaria à competição em nível internacional, viu-se uma oportunidade de crescer juntos diante do sistema global, o que gerou benefícios a ambos os países em detrimento da hipótese da competição.

A história do Mercado Comum do Sul compartilha uma série de encontros e discussões paralelas com o processo de criação da ABACC e a partir do Tratado de Assunção ela toma um rumo próprio. Assinado em 1991 entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e, mais tarde, em 1994 com o Protocolo de Ouro Preto, oficializando o reconhecimento jurídico como uma organização, foi criado o MERCOSUL. Apesar de receber uma personalidade própria, a ABACC não deixa de ser uma fonte essencial do trabalho do MERCOSUL. Ainda, a organização segue o movimento feito pela agência de compartilhamento da confiança (VASCONCELOS, 2021).

Uma organização de integração não poderia ter sua história interpretada sem as características dos contextos políticos e o impacto desse contexto no direito regional e institucionalidade. Já foi abordado no trabalho o ciclo liberal econômico de 1991 a 2002 e que

essa época deu uma roupagem de liberalismo econômico, bem como a diminuição da intervenção estatal e das tarifas e barreiras para o comércio internacional. Esse era o plano de fundo da organização, mas que, mesmo assim, acabou sofrendo as consequências da fuga de capitais, desemprego, empréstimos ao Fundo Monetário Internacional e colapso socioeconômico. Não obstante essa característica econômica, ela também tem um viés político-social (VASCONCELOS, 2021).

Sendo a segurança um tema político-social, o tema também é levado para o MERCOSUL. A organização é uma zona de paz e livre de armas de destruição em massa e os países que fazem parte dele afirmam que a paz constitui um elemento essencial para a continuidade e desenvolvimento do processo de integração porque, além de ter ampliado a produção interna e negócios entre os países, contribuiu com a diminuição de conflitos, fortalecendo o diálogo intergovernamental (MERCOSUL, 2022).

Finalmente, Castro Neves ressalta:

Hoje, o desafio é muito mais conjunto do que algo que a gente possa tocar isoladamente no mundo muito mais globalizado, muito mais interdependente em que os problemas argentinos são também nossos problemas. Então, como já dizia um embaixador, a nossa cooperação Brasil-Argentina não é uma alternativa, é um imperativo (NEVES, 2012 apud MALLEA, 2012, p. 206).

A ABACC e o MERCOSUL possuem diversos pontos de convergência sobre a integração e talvez a mais óbvia seja a questão da segurança no MERCOSUL e como ela é abordada na organização. A agência seria um pilar da integração e tem uma relação recíproca na medida que o MERCOSUL também se compromete em preservar a segurança. A ABACC, entretanto, não é um pilar da integração porque o MERCOSUL é uma zona livre de armas nucleares, ela é um pilar da integração porque sem ela, a aproximação da Argentina e do Brasil não teria criado uma estrutura institucional – tal qual existe hoje – e política de confiança mútua o suficiente para chegar a compartilhar termos econômicos, considerando a segurança e a economia estariam no mesmo patamar.

5.3 32 Anos de ABACC

Após um período agitado de mais de 10 anos de contribuição para a aproximação do Brasil e Argentina por meio de acordos, e em destaque a criação da ABACC e do Mercosul, seguiu-se o estágio imperturbável e inalterado da paz entre os dois países.

Esta foi uma década de conquistas grandiosas para a paz e segurança regional e global, pois os desafios enfrentados tinham, principalmente, que solucionar problemas de energia e segurança enraizados na dinâmica do jogo de forças da sinonímia internacional, e simultaneamente, questões regionais.

Ao constituir uma forte configuração estrutural que sustenta a condição de paz, após 32 anos de atividade a ABACC certamente iria se deparar com desafios. A falta de eventos calamitosos e catastróficos sobre a questão nuclear, ou qualquer outro tipo de ocorrência que gerasse um tom dramático e que colocaria em risco a segurança (ou mesmo a mera confiança) entre os dois Estados é um fato notável e digno de apreço.

Contudo, não significa que não houveram obstáculos. Ao longo das 3 décadas, foi possível observar que entre seus maiores desafios estão a expansão e o aprimoramento de seus respectivos programas nucleares, ao mesmo tempo que trabalha para manter a credibilidade de um sistema nuclear seguro sob a mesma estrutura criada há 32 anos atrás.

Não significa que problemas atuais não sejam relevantes, devido à natureza delicada que é sustentar a segurança, mas, ao mesmo tempo, procura-se continuar desenvolvendo tecnologia nuclear e expandir o seu uso. Nota-se também que, ao solucionar uma questão de segurança regional, evidentemente está solucionada a nível global.

Problematizando as dinâmicas atuais da questão nuclear global, é notório o papel do comércio. Uma vez que as dinâmicas de poder das relações internacionais sobre a matéria nuclear não foram extintas assim que a ABACC foi criada - assim permanecendo adverso a essa lógica -, há também a dificuldade de manter certo nível tecnológico e energético condizentes com as necessidades do século XXI.

Por sua vez, através de transações, materiais, tecnologias e até mesmo plantas nucleares inteiras são comercializadas pelo mundo. Por um lado, há uma aparente liberdade de conquistar tecnologias para o desenvolvimento energético que leva a entender o fato como uma questão de cooperação, por outro lado, ainda existe cautela e um sistema complexo de confiança ou desconfiança para a obtenção de materiais e tecnologias nucleares, principalmente de *know-how*.

A Argentina tem um papel fundamental porque ela é o único país da América Latina que tem a posse de *know-how* do ciclo do urânio completo. Ela é tão candidata à venda reatores nucleares quanto a Rússia e a China, que são concorrentes fortes para o comércio de materiais e tecnologias nucleares. Isso coloca a Argentina com o encargo de liderança na região nesse setor, e conseqüentemente, a deixa perto, se não dentro, de um privilegiado grupo de países que também possuem conhecimento do ciclo de urânio completo. Essa competência lhe daria poder na dinâmica global e deixaria a América Latina com um encargo importantíssimo na balança de poder mundial.

Então, existe uma capacidade de liderança no setor nuclear e na paz, ou seja, o caráter pacífico da produção nuclear tanto no Brasil quanto na Argentina. Historicamente, através da ABACC, ambos países têm a intenção de manter certo status quo sobre o que já dominaram, mas há sempre atualizações a se fazer.

Por outro lado, o processo de criação da ABACC paralelo ao do MERCOSUL também pode ser visto como uma questão de paz. Estas são instituições com fins distintos e completamente independentes. Mas o que não se padece quando se leva em conta que foram criados por motivos similares é a ideia de que ambas possuem responsabilidade sobre a construção da cooperação e da paz. Historicamente, essa ideia de paz por meio da cooperação no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 tem um sentido de cooperação econômica, e de como isso poderia beneficiar as partes envolvidas. Mas como o Mercosul, que hoje parece agir independentemente da ABACC e da paz que a ABACC já alcançou, está relacionado com a conservação da paz atualmente?

Esta pergunta pode ser respondida através da interseção dos Estudos para a Paz e o papel da integração regional. Existem diversas teorias da integração, e uma perspectiva relevante para os estudos da integração regional na América Latina é desenvolvida por José Juiz Briceño.

As teorias da integração *mainstream* giram em torno da integração da Europa e a forma de supranacionalidade como objetivo, alcançado por meio de etapas específicas. Briceño destaca a importância do contexto para os estudos de integração. Sobre esta, a maior problemática gerada pela aplicação de teorias de integração europeia é deixar de lado o contexto histórico e cultural. Sob a perspectiva europeia, buscando transcender o Estado, este seria ineficiente e incapaz de garantir a paz. Assim, a criação de secretarias funcionais poderia gerar uma federação ou comunidade supranacional. O motivo para a integração, neste caso, seria assegurar aos cidadãos um continente em progresso e paz (BRICEÑO, 2018). Este caso remete

principalmente à relação intrínseca entre a criação da Euratom e da União Europeia (UE), mas que também atravessaram duas guerras mundiais.

Na América Latina, o contexto é outro: é um subcontinente cujos países entraram na política mundial como Estados independentes durante o século XIX. O MERCOSUL, por exemplo, experimentou diferenças nas normas culturais, estruturas sociais, experiências históricas, e conseqüentemente, motivações distintas da Europa. Uma vez que os contextos variam, as motivações, também. Enquanto a motivação da Europa era a superação do Estado-nação para controlar o nacionalismo e limitar a soberania dos países. Para a América Latina, a primeira motivação era preservar a soberania depois de décadas de governo colonial (BRICEÑO, 2018).

Partindo do pressuposto de que o contexto importa para a integração regional, outra motivação é buscar o fortalecimento do Estado-nação ao incrementar sua margem de manobra no sistema internacional. Este é um tipo de autonomia valorizada devido a uma particular inserção na economia mundial, que por motivo de seus problemas estruturais na sociedade como a escassa diversidade produtiva, desigualdade e corrupção, estaria dispondo de pouca autonomia internacionalmente. A autonomia não busca se exilar do mundo, e sim, significa que quer fazer parte de um todo a partir de uma posição firme para influenciar no desenho de suas instituições (BRICEÑO, 2018).

Uma outra motivação relevante é a busca do desenvolvimento econômico. A industrialização era um componente fundamental dessas estratégias, e a integração foi convertida em um mecanismo para superar as limitações de uma industrialização em mercados nacionais estreitos, permitindo que ocorresse em um mercado regional ampliado. Por isso, as motivações para a integração estão associadas ao contexto histórico (BRICEÑO, 2018).

Observando os distintos contextos e motivações entre a EURATOM e a UE, e a ABACC e MERCOSUL, é possível entender que, apesar do que eles aparentemente têm em comum, como uma paralela construção de uma instituição encarregada do controle dos assuntos nucleares objetivando o apaziguamento das relações regionais, e um processo de criação de uma instituição de integração regional, após a criação das agências nucleares EURATOM e ABACC, elas partem para caminhos independentes do tipo de integração. Isto é, a institucionalização das agências nucleares não são fatores que determinam a particularidade e característica da integração de cada região, mas trabalham independentemente delas.

Se pensado a partir da corrente dominante da integração regional, chegar à supranacionalidade poderia vir como uma demanda após a criação da ABACC pois há o pensamento convencional do modelo europeu, uma vez que, com a EURATOM, foi criada a UE. Contudo, devido ao contexto e motivações particulares de cada região, a criação da ABACC não necessariamente criaria uma instituição de integração regional aos mesmos moldes da UE. Nem mesmo o resultado do processo de criação das agências nucleares da Europa e do Brasil e Argentina precisaria ser necessariamente uma integração regional. Novamente, reforça-se a valorização do contexto e motivações próprias da região, neste caso, focando no que seria pertinente para a manutenção da paz.

Então, manifestando a indagação sobre o papel da integração para a paz, conclui-se que cada região, com suas especificidades e necessidades sob contextos distintos, passa a ter um papel de manter as relações cooperativas, mesmo que fora do espectro da segurança, mas que também, como um efeito colateral, auxilia na preservação da paz, pois esta é mais vantajosa do que o conflito. Dessa forma, a ABACC tem um papel relevante na origem do MERCOSUL, que como a UE, também traz um efeito de perpetuação da conservação da paz, mas não determina a característica da integração regional. Sendo assim, a característica da integração regional também não determinaria, e nem interferiria, na imutabilidade da paz regional.

Finalmente, encontra-se uma relação em que a ABACC, desde sua data de criação, e o MERCOSUL, estão conectados pela razão de manter vínculos estáveis, previsíveis, apaziguados e cooperativos, sendo que um é administrativamente independente do outro. Por isso, por mais de 3 décadas, a ABACC manteve-se constante, cumprindo seu papel, mantendo a credibilidade e independência, desassociado do MERCOSUL. A ABACC é, então, um pilar para a integração regional, mas não precisaria ser para preservar a segurança na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início deste trabalho, foram abordados temas diversos. O que todos tiveram em comum foi o corte da criação da ABACC, desde os temas de transição energética à criação do MERCOSUL.

É importante esclarecer e sumarizar o porquê da ABACC ser um pilar para integração regional e para a segurança na região da América do Sul. Primeiramente, a Agência de fato foi responsável pela integração. O processo de criação dela não aconteceu de forma paralela e, sim, simultânea. Ao mesmo tempo que havia o processo da geração da confiança sobre as relações entre Brasil e Argentina, via segurança nuclear, havia também certo interesse que partia da confiança, em compartilhar mais do que o básico.

Confiar, significou para ambos países, o estabelecimento de um compromisso duradouro, mantendo-os estáveis e cooperativos. Agora, a ABACC também é um pilar para preservação da segurança até hoje por uma série de razões. A primeira é que a preservação da segurança está gravada no acordo do MERCOSUL; na teoria e na prática, é uma zona de paz e livre de armas de destruição em massa. Seus membros constituem um elemento essencial para a continuidade e desenvolvimento do processo de integração porque, bem como ter ampliado o comércio entre os países, contribuiu com a diminuição de conflitos e fortaleceu o diálogo intergovernamental. Ora, se há cooperação num nível econômico profundo, a lógica não permite que eles expressem suspeita de insegurança e descrédito quanto à cooperação no mesmo nível. Acabada a era de desconfiança quanto às atividades e pretensões entre o Brasil e Argentina, em que projetos nucleares eram secretos e a disputa para a proeminência na América Latina era um fato, o que entrou em seu lugar foi um espaço novo em que se exercitava, através de vários encontros e compartilhamento de propostas de aproximação, a vontade de crescer em conjunto.

A ABACC também foi responsável pela preservação da segurança na região porque, entre as conclusões deste trabalho, ela possui uma forte e resistente capacidade: contabilidade e controle de materiais nucleares, isto é, a verificação do uso pacífico da energia nuclear no Brasil e na Argentina. Esse poderia ser um resultado perceptível, mas mais do que isso, ela é resistente e consistente no compartilhamento de informações e verificação desde que foi criada. A cooperação técnica entre os dois países é o fator mais importante para a manutenção da paz. Contudo, na hipótese de algum dos países abandonar a ABACC e ela se desmantelar, uma nova

crise poderia mover tensões antigas e outros campos de relacionamento entre Brasil e Argentina poderiam ser prejudicados.

Para exemplificar como ela atua diante de dificuldades, durante a Pandemia da COVID-19, eles tiveram que se ajustar e com isso, as inspeções tiveram que continuar para garantir que os materiais e as atividades estivessem devidamente controlada e em conformidade com os compromissos assumidos pelos Estados. Entre suas atribuições incluem interações contínuas com a AIEA, Autoridades Estatais e Operadores de Instalações da Argentina e do Brasil e a coordenação de diversas atividades de verificação, especialmente as inspeções em campo. Para isso, apesar das reduções das atividades da sede da ABACC, melhorias em bancos de dados e sistemas de salvaguardas relevantes etc. Isso demonstra que, diante de uma dificuldade, ao invés de se desmantelar, a ABACC cria um emaranhado de compromisso e facilitação para que estes possam ocorrer (DIAS et al, 2022). A maior contribuição que a ABACC pode dar para a segurança na região é manter-se tecendo laços de cooperação técnica e continuar evoluindo nas inspeções.

Existem também múltiplas respostas para a pergunta central que foram se apresentando ao longo de todo o trabalho. Então, qual o papel da ABACC para a integração regional diante de desafios como as mudanças no sistema internacional a partir da questão nuclear? No presente trabalho, foram vistos vários acontecimentos anteriores à ABACC, mas que também estão conectadas a ela e podem responder essa pergunta.

No primeiro capítulo, foram abordados os temas de segurança internacional a partir do poder nuclear, o surgimento de uma nova ordem global a partir, a Crise do Petróleo, e a ascensão das tecnologias de baixo carbono. Sobre elas, conclui-se que o cenário internacional, ou melhor, a nova ordem que surge a partir da posse de uma arma com grande potencial destrutivo, passa a controlar e fiscalizar outros para que não as tenha. A tentativa de não proliferação é também uma tentativa de manter o poder nuclear de alguns países específicos. Certamente a não proliferação de armas nucleares é uma causa justa para manter a paz globalmente, mas também serve para preservar a ordenamento de um completo sistema internacional do jeito que está.

Com a Crise do Petróleo, introduz-se o tema energético global. Esse tema é relevante pois explica a ascensão e queda – ou crise – das maiores fontes de energia desde a revolução industrial, começando com o carvão e terminando no petróleo. Diante disso, as crises derivadas da falta ou abundância de fontes energéticas acabaram muitas vezes em guerras. Este seria um ponto de inflexão sobre repensar quais serão as fontes que darão estabilidade para o sistema

global e qual seria o papel dela já que seria imprescindível para a manutenção da paz. Consequentemente, surgem instituições que tentam garantir que, na possibilidade de uma fonte consistente, haja controle dessas fontes e a segurança energética teria uma relação direta com quem estaria no controle das fontes.

A participação da sociedade também colocou em relevância a discussão sobre o aquecimento global e alternativas energéticas. Assim, pensar no tema da sustentabilidade é um recurso básico para evitar crises energéticas, econômicas e, em última instância, conflitos. Uma alternativa energética é a energia nuclear. Para além das dificuldades de construção de uma usina nuclear, do investimento inicial para esta usina e dos riscos de utilização de material radioativo, outra instância na qual a energia nuclear seria operada é a questão da transição energética. Nesse sentido, a energia nuclear logo encontraria entrave no conhecimento tecnológico que está nas mãos de poucos. Na hipótese de uma crise climática causada pela emissão de gás carbônico, levando em consideração o histórico mundial de crises energéticas, entende-se que o arranjo de meios alternativos seria imprescindível para evitar crises, mas mesmo que a energia nuclear precisasse de cautela na sua produção e utilização, ainda assim, o modo parcial em como a sua distribuição é tratada coloca em xeque a segurança, como se, por um lado, a distribuição desmedida causasse a proliferação de armas nucleares e tensões e, por outro, a falta de distribuição também poderia ocasionar crises e conflitos.

Por esse ângulo, postas as mudanças de ordem global a partir da questão nuclear, o papel da ABACC, ou melhor, o primeiro papel da ABACC para a integração regional tem relação direta com as próprias mudanças citadas. Perante a necessidade de segurança energética, de desenvolvimento e de alternativa energética em detrimento de fontes de carbono, e também sobre o antagonismo representado por países que possuíam tecnologia nuclear, a ABACC tratou de representar determinação, firmeza e constância em demonstrar a intenção pacífica o desenvolvimento tecnológico no Brasil e na Argentina e a defesa dos interesses energéticos dos países em questão. Na época do surgimento da ABACC, o feito foi audaz o suficiente no empenho por obter energia nuclear sem que causasse contenda. Assim, ela também desempenha a função de pacificador da região, já que a troca técnica e política mantém a concórdia entre os países da região.

No segundo capítulo, as mudanças de ordem global a partir do tema nuclear continuam a operar, mas agora sobre o campo regional. O assunto da energia continua a ser um ponto crucial para a discussão sobre a ABACC. Durante os anos 1960, a fonte energética para o desenvolvimento era um tema amplamente discutido, mas a questão é que o tratamento dessa

discussão era diferente para países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Enquanto os primeiros possuem respaldo financeiro e tecnológico para diversificar suas fontes e manter um alto nível de desenvolvimento, os segundos ainda se veem dependentes da indústria de carbono para obter o mínimo de desenvolvimento. A posição dos países ricos que não queriam limitar a emissão de carbono e comprometer o crescimento financeiro era de julgar países pobres que também deveriam colaborar para a diminuição da eliminação de gases na atmosfera, mas que não teriam acesso à tecnologia nuclear porque não seria confiável o suficiente para obtê-la.

Para que a segurança energética pudesse acontecer, haveria algumas estratégias: autossuficiência energética, aumento da diversificação de fornecedores externos de energia e a integração regional, pela integração de infraestrutura e cadeias de fornecimento de energia regional, que geralmente permeiam o processo de integração regional. Essas estratégias indicam essencialmente a diversificação e cooperação em termos energéticos, mais do que a competição por seus recursos. Para isso, a ABACC teve mais um papel importante: a que suscita a segurança energética, não só em termos de evitar um conflito gerado pela tensão nuclear entre Brasil e Argentina, mas também por encaminhar a segurança energética dessa, pois o seu processo de criação permeia a integração regional.

Outro conceito abordado foi o de segurança cooperativa e planejamento de defesa. Este último propõe que, pela ausência de uma ameaça imediata deixada no fim da Guerra Fria, procura-se evitar o surgimento de novas ameaças e determinar o tamanho, composição das forças nucleares e convencionais, taxa de modernização e grau de preparação para combate, além de um sistema de promoção de entendimentos regionais de prevenção de conflitos, geridos pelos Estados Unidos, que desenvolve medidas de construção de confiança mútua capaz de reduzir a tensão regional. Essa ideia alimenta a hegemonia norte-americana por meio da manutenção da superioridade de coleta, processamento e transmissão de informação.

Assim, esta não seria uma forma de segurança em si, mas de criação de inimigos potenciais e formação de grupos regionais de apoio às forças americanas, estabelecendo uma nova ordem global e também regional. Já a segurança cooperativa é traduzida pelos meios multilaterais de desarmamento. Ela seria como um reflexo da influência americana em tentar justificar manter seu arsenal nuclear e sua esfera de influência, pois assim, não haveria justificativa para outros países serem nuclearizados e terem o potencial de defesa em suas mãos, já que os Estados Unidos já fariam esse papel.

Como pode-se observar pelos Estudos para a Paz, esses conceitos estão longe de ser considerados base para a paz duradoura. A ABACC, nesse sentido, se abstrai das lógicas de influência da segurança cooperativa e planejamento de defesa, fazendo com que seja uma alternativa norteadora de organização da segurança regional, especialmente por se tratar de um processo cujo esforço foi entender e resolver seus próprios problemas de segurança de acordo com o que lhes cabia, mesmo em termos multilaterais delegaram em volta de uma ideia de paz que é muito mais próxima do que é considerado pelos Estudos para a Paz.

Abre-se, então, espaço para a discussão da própria definição de cooperação para defesa porque, mesmo que não haja ameaça real ou potencial nas políticas nucleares do Brasil e Argentina, o desenvolvimento nuclear por parte desses países considerados “não confiáveis” não deixa de levantar desconfiança sobre os seus objetivos ao obter tecnologia nuclear. Na verdade, o Brasil e a Argentina já cobriam suas próprias questões bilaterais e buscavam ressaltar aspectos não-militares das medidas de confiança, defendendo um tratamento mais abrangente e que incorporava os setores econômicos, comerciais e culturais, que promovessem a integração.

A criação de uma agenda própria foi crucial para o fortalecimento da confiança entre os dois, expressando-se por meio das iniciativas em desarmamento, superação de restrições de acesso de bens, serviços de alta tecnologia e promoção da integração econômica. Mesmo que não concordassem num primeiro momento, a experiência e proximidade dos países vizinhos da América do Sul fez com que formulassem práticas de defesa sem que houvesse a securitização da criação de um inimigo do Hemisfério Sul – pois não acreditavam que tal inimigo existia - e voltaram-se para as adversidades do tema de defesa de sua própria região. O Brasil foi uma peça fundamental para a superação da visão estratégica da geopolítica da Guerra Fria e, por causa dele, a formulação de um paradigma de defesa próprio foi instigado. Somente depois do alinhamento das propostas de defesa entre os dois Estados, resolvendo seus problemas de desconfiança, que as salvaguardas internacionais e o multilateralismo correspondente à questão nuclear foram admitidas.

A ABACC está diretamente ligada a esse feito, pois a consequência da priorização dos assuntos regionais de defesa, principalmente envolvendo questões além da segurança internacional e a aproximação especial desenvolvida entre o Brasil e Argentina, foi essencial para o assunto nuclear e envolvia, simultaneamente, a integração e, conseqüentemente, a paz efetiva na região.

Finalizando o segundo capítulo, com o desenvolvimento técnico e operacional, a progressão política e a consequente confiança, ainda assim haveria o desafio de romper com os padrões de dominação do passado e transformar interesses compartilhados em ação coletiva para transformar a ordem internacional no sentido multipolar como forma de garantir o estabelecimento de regras globais mais justas e democráticas que ajudem a reforçar a justiça social e desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a integração regional também permeia a cooperação, uma vez que a cooperação faz parte do processo de integração. O MERCOSUL foi a instituição que incorporou o significado político e estratégico no sentido comercial e foi a ABACC em seu processo de criação que, por meio do seu desempenho em aproximar a cooperação em defesa e integração econômica, devido à proximidade do seu processo e incitação da pauta cooperativa entre estes assuntos sob parâmetros coletivos, um não existiria sem o outro.

O terceiro capítulo antecipa a análise da criação da ABACC. Nele são explicados diversos conceitos que serviram para verificar o seu papel para a integração, considerando o contexto global e regional dos capítulos anteriores. Dessa maneira, o papel da ABACC estaria ligado aos conceitos dos Estudos para a Paz, com justa e especial atenção às formas de violência e paz.

Antes mesmo da análise, o quarto capítulo inaugura a história das relações bilaterais entre Brasil e Argentina no contexto anterior à cooperação, com uma rápida introdução ao contexto tecnológico e estratégico do desenvolvimento nuclear para descrever as circunstâncias em que os países obteriam tecnologia nuclear e a importância dela. Primeiramente, vale dizer que as relações conturbadas entre Brasil e Argentina não eram só decorrentes de seus próprios assuntos, mas eram estimuladas também.

Sobre o tema da segurança internacional, ambos competiam por meio de uma certa postura, pela transferência de tecnologia militar. Eles disputavam a cooperação dos países desenvolvidos, mas somente alcançaram um fraco rearmamento, pois a desconfiança entre ambos continuava. Enquanto isso, as táticas utilizadas levavam em consideração o apelo aos Estados Unidos, que era uma das maiores referências militares pela tecnologia de guerra, pois a sua classificação enquanto poder militar dependia do desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, já existiam sinais explícitos do que sustentava a desigualdade de forma financeira, tecnológica e militar, especialmente, nesse caso, pelo desenvolvimento tecnológico nuclear.

O Brasil possuía uma série de falhas em cooperação com os países detentores de tecnologia nuclear, sofrendo várias interferências na transferência de tecnologia para o país sul-americano. O desenvolvimento nuclear brasileiro também foi marcado pelo controle dos Estados Unidos, tentando barganhar alguma conquista tecnológica. Mesmo com o programa de Angra I, não foi um processo de transferência ampla da tecnologia porque a pretensão do Brasil em obter tecnologia nuclear não foi bem vista, tampouco a da Argentina. Ela foi pioneira na América Latina e não buscou contribuição estrangeira para os equipamentos e instalações tecnológicas. Foi mais discreta, mas também chamou atenção pelo interesse nuclear.

Finalmente, o quinto capítulo trata da passagem da rivalidade para a cooperação entre Brasil e Argentina que durou 20 anos, os pontos mais significativos nas relações bilaterais e as causas da mudança nessa relação, que resultou na superação de rivalidades e problemas, na estratégia nuclear compartilhada e na integração.

A primeira mudança entre eles aconteceu por meio da Guerra das Malvinas, pois, visto que a Argentina não tinha condições de colocar em prática o seu projeto nuclear contra o Reino Unido, houve intervenção de um membro da OTAN que interpretou a situação da América do Sul como uma questão de ameaça à segurança da região.

Este foi o início de uma aliança regional com a criação da ABACC, que, definitivamente, apresentou um caráter transformador em termos de Paz. Houve, logo após, um aprofundamento da cooperação no setor técnico e colocou-se em prática um novo paradigma de segurança, ao propor um olhar desafiador ao sistema internacional, reconhecendo o potencial do conjunto e a realização de que poderia funcionar na prática.

Nesse primeiro momento - anos 1980 - um grupo de trabalho foi criado para promover o desenvolvimento tecnológico nuclear e a criação de mecanismos que assegurem a sua função pacífica e o desenvolvimento na região. Ainda um pouco afetados pela desconfiança quanto aos motivos do interesse em desenvolvimento nuclear, de acordo com Galtung, a lógica da “confiabilidade” por países desenvolvidos para com os subdesenvolvidos é falsa, pois a relação proporcional entre violência e pobreza não existe. Assim, a ABACC significa o contorno dessa lógica, pois coloca em evidência o caráter pacífico do desenvolvimento nuclear de países subdesenvolvidos.

A Declaração de Iperó expressa a vontade de ser autônomo nas decisões sobre a utilização do material nuclear sem levar em conta decisões externas, e nesse sentido, o estudo de Galtung declara que esta e as declarações seguintes compartilhadas entre Brasil e Argentina

revelam o ponto básico em construir relações pacíficas, que é evitar formas de exploração, assim como o exemplo anterior à ABACC faz esse contorno da lógica, dessa vez, sobre a autonomia, evitando formas de exploração.

O primeiro tratado entre Brasil e Argentina sobre Cooperação Integração e Desenvolvimento aponta para a chamada “paz sustentável”, já que sugere um comprometimento dos esforços a longo prazo. O período demonstrou que antes a questão nuclear era fonte de desconfiança, mas agora ela era a principal proveniência da paz. A oficialização da cooperação nuclear agora se torna uma ação integrada com vistas à durabilidade dos compromissos.

A partir dos anos 1990, a cooperação pela integração é acelerada. O liberalismo econômico, a redução drástica da regulação do Estado e diminuição de tarifas e barreiras, bem como o evidente multilateralismo e envolvimento com a AIEA, pairam sobre o período em questão. Além disso, havia um posicionamento definitivo entre Brasil e Argentina sobre a cooperação nuclear e integração regional. Dessa forma, a ABACC foi um pilar essencial para a integração do MERCOSUL ao qual só restava aceitar o regime de salvaguardas.

Com a Declaração de Fiscalização Mútua de Iguazu, foi estabelecido, então, o sistema específico de salvaguardas com reservas aos segredos industriais, ganhando destaque com a aprovação do SCCC, que, em breve celebraria um acordo de salvaguardas conjuntas com a AIEA. Após a formalidade com a AIEA, continuaram sendo ratificados acordos entre Brasil e Argentina, mantendo seus propósitos unificados.

Para administrar o SCCC, criaram a ABACC. Ela veio com o objetivo de garantir a si mesmos e à comunidade internacional o cumprimento do acordo de salvaguardas, reafirmando o caráter pacífico do uso de energia nuclear. Dessa forma, a ABACC foi importante para a integração na medida em que refletia o conjunto de elementos que antecederam o processo de cooperação em matéria nuclear e econômica, a confiança mútua que se compromete com a paz positiva para que o sistema social global seja menos desigual e para transformar o conflito, e a visão de oposição que os dois países possuem com relação à ordem do sistema internacional baseada no status quo econômico e militar.

Finalizando o capítulo 5, discorre-se sobre a integração do MERCOSUL como tema de paz de acordo com a teoria estrutural da integração de Galtung. Para isso, é preciso que haja mudanças sobre as relações entre os atores originais e também é uma questão de reconhecer a integração como tal. Por causa da criação da ABACC, e o seu envolvimento com a integração,

o Brasil e a Argentina conseguiram encontrar seu lugar no mundo. Com isso, integraram valores e geraram um modelo igualitário que pode ser interpretado como coincidência de interesses, tal como aconteceu quando se juntaram de forma bilateral para lidar com a questão da defesa e da segurança.

Ademais, a integração do MERCOSUL fecha o ciclo das questões de defesa da América do Sul e a questão da verticalidade e da horizontalidade do sistema global, criando um ambiente pacífico em que é possível trabalhar horizontalmente por meio de suas afinidades. O MERCOSUL é uma zona de paz e isso é essencial para continuar com o processo de integração.

Como consequência da convergência dos diversos pontos que cruzam a ABACC e o MERCOSUL, a agência é um pilar da integração e eles possuem uma relação recíproca a partir da qual a organização internacional também se compromete em preservar a segurança. Sem a ABACC, o MERCOSUL não teria existido nos termos que são pautados hoje, como a segurança da região. Mais do que isso, com a ABACC, a estrutura institucional e a política de confiança mútua até chegar em termos econômicos e de segurança em um só patamar, foram possíveis.

Por fim, respondendo à questão principal, o papel da ABACC para a integração regional e a partir da questão nuclear não é uma, e sim muitas. Ao longo do trabalho uma série de temas relacionados à segurança e integração foi levantada e a partir delas as respostas permearam o conteúdo: a ABACC como representação da determinação, firmeza e constância em demonstrar a intenção pacífica da tecnologia nuclear; defensora dos interesses energéticos do Brasil e Argentina; ocasionadora de segurança energética por ter encaminhado a segurança da região, levando em consideração as necessidades energéticas para manter a paz; como dispersora das lógicas de influência da segurança cooperativa e planejamento em defesa externos, priorização dos assuntos regionais de defesa e integração como paz efetiva; incorporação do significado político e estratégico no sentido comercial servindo de ponte entre a cooperação em defesa e integração econômica; evidenciadora do caráter pacífico do desenvolvimento nuclear de países subdesenvolvidos e da autonomia por evitar formas de exploração; reflexiva dos elementos de confiança mútua e comprometimento com a paz positiva e de um ordenamento global mais igualitário; pilar essencial para a interação do MERCOSUL; e a junção da ABACC com o MERCOSUL como a soma da confiança em termos econômicos e de segurança.

Diante disso, fica evidente a importância da ABACC em garantir a paz na região. Hoje, sua função tem como desafio a continuação do projeto, ou seja, ela é um desafio em si própria. Manter as inspeções e a cooperação técnica com qualidade pode parecer um papel rudimentar,

mas, diante do contexto, é a linha de chegada do longo processo de criação de cooperação e confiança mútua, bem como tem a missão imprescindível de manter a paz. A ABACC é um pilar para a integração do MERCOSUL; a paz também é o pilar da organização.

REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. **O Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

AIEA. **IAEA Increases Projections for Nuclear Power Use in 2050**. 2021. Disponível em: <https://www.iaea.org/newscenter/pressreleases/iaea-increases-projections-for-nuclear-power-use-in-2050>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

ARMAND, Louis; ETZEL, Franz; GIORDANI, Francesco. **A Target for Euratom**. 1957.

BANDYOPADHYAYA, Jayantanuja. **The Non-Aligned Movement and the International Relations**. *India Quarterly*: V. 33, N. 2, 1977, p. 137-164.

BARROS, Pedro Silva; PEREIRA, Antonio Philipe de Moura. **O Programa Nuclear Brasileiro**. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 3, p. 71-78, jul. 2010.

BOHLKE, Marcelo. **O sistema de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica e os procedimentos especiais: implicações para o programa brasileiro de desenvolvimento de submarino com propulsão nuclear**. Brasília: FUNAG, 2022.

BRANCATO, Sandra. M. L. **As Relações Brasil/Argentina no ano de 1937: Rivalidade e Conflito**. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 14, n.2, p. 195-214, 1988.

BRICEÑO, José Ruiz. **Las teorías de la integración regional: más allá del eurocentrismo**. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia: Centro de Pensamiento Global, 2018.

BUZAN, Barry (org.). **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CANDEAS, Alessandro. **A Integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do (org.). **O Modelo ABACC: um Marco no Desenvolvimento das Relações entre Brasil e Argentina**. Santa Maria: Editora UFSM, 2016.

CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do. **O Acordo Bilateral Argentina-Brasil na Área Nuclear**. In: VIEIRA, Gustavo Oliveira (org.). **30 anos MERCOSUL: Caminhos e Possibilidades**. Curitiba: Instituto Memória Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2021.

CORDEIRO, Ênio. Prefácio. In: CANDEAS, Alessandro. **A Integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 11-15, 2010.

DALAQUA, Renata. **Brazil’s Contribution to Nuclear Non-Proliferation and Disarmament: na Overview of Binational, Regional, and Global Efforts**. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do (org.). **O Modelo ABACC: um Marco no Desenvolvimento das Relações entre Brasil e Argentina**. Santa Maria: Editora UFSM, 2016.

DIAS, Fábio C.; ARAÚJO, Ana Maria V.; MORENO, Sonia F. **Safeguards Implementation by ABACC during the COVID-19 Pandemic**. Rio de Janeiro: ABACC, 2022.

FICHER, David. **History of the International Atomic: the first forty years**. Vienna: The Agency, 1997.

FLEMES, Daniel. **Brazil’s Nuclear Policy From Technological Dependence to Civil Nuclear Power**. Hamburg: GIGA Working Papers, n. 23, 2006.

GADANO, Julián; BIANCO, Belén. **La Cooperación como Modelo de Desarrollo Autónomo Legítimo: los Casos de Brasil y Argentina**. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do (org.). **O Modelo ABACC: um Marco no Desenvolvimento das Relações entre Brasil e Argentina**. Santa Maria: Editora UFSM, 2016.

GALTUNG, Johan. **A Structural Theory of Integration**. International Peace Research Institute, Oslo, e University of Essex, Colchester, v. 5, n. 4, p. 376-395, 1968.

_____. **On the Future of the International System**. Journal of Peace Research, Peace Research Institute Oslo, v. 4, n.4, p. 305-333, 1967.

_____. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. London: SAGE, 1996.

_____. **The New International Economic Order and the Basic Needs Approach**. Alternatives: Global, Local and Political, v. 4, n. 4, p. 455-476, 1978.

_____. **Twenty-Five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses**. Journal of Peace Research, Paris, v. 22, n. 2, p. 141-158, 1985.

_____. **Violence, Peace and Research**. Organicom, Oslo, v. 15, n. 28, p. 33-56, 2018.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Questões estratégicas e de segurança internacional: a marca do tempo e a força histórica da mudança**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 41, p. 99-120, 1998.

ISSSAWI, Charles. **The 1973 Oil Crisis and After**. Journal of Post Keynesian Economics, Vol. 1, No. 2, 1978, p. 3-26.

KELLEHER, Catherine McArdle. **Cooperative Security in Europe: New Wine, New Bottles**. Center for International and Security Studies at Maryland. 2012.

KOZAN, Berk Can. **Geopolitics of Nuclear Weapons**. International Scientific Journal “Security and Future”. Ano 3, expedição 3, p. 90-91, 2019.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013.

MADSEN, Michael. AIEA. **Ciência nuclear pioneira: a descoberta da fissão nuclear**. 2013. Disponível em: <https://www.iaea.org/newscenter/news/pioneering-nuclear-science-discovery-nuclear-fission>. Acesso em: 18 de abril de janeiro de 2023.

MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR; Matias; WHEELER, Nicholas J. **Origens da Cooperação Nuclear: uma História Oral Crítica entre Argentina e Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARINHO, Jonas Teixeira. **Da Corrida Atômica à Cooperação: a Questão Nuclear nas Relações Brasil-Argentina**. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 8, n. 41, p. 39-57, ab./maio, 2017.

MELO, Silvio A. B. V. de.; MOUSINHO, Maria C. A. de M.; TORRES, Ednildo A.; JANARDHANAN, Nanda K. **Geopolítica de Mudança de Energia: Qual é o Papel da Sustentabilidade na Geopolítica Global de Energia?** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais: v.6, n.12, Jul./Dez. 2017, p. 84-110.

MENDICOA, Gloria E. **Sobre Tesis y Tesistas: lecciones de enseñanza-aprendizaje**. Espacio Editorial, 2003.

Mercosul como Zona de Paz e Livre de Armas de Destruição em Massa. **MERCOSUL**. 24 jul. 2022. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/mercosul-como-zona-de-paz-e-livre-de-armas-de-destruicao-em-massa/>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Hiroshima e Nagasaki: razões para experimentar a nova arma**. Scientiæ Zudia, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 683-710, 2005.

NETO, Walter A. D.; MARIANO, Marcelo P.; PADULA, Raphael; HALLAK, Michele C. M.; BARRROS, Pedro S. **Relações do Brasil com a América do Sul Após a Guerra Fria: Política Externa, Integração e Energia**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. **Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais**. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.

OLIVEIRA, Maria Odete de. **A Integração Bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 2, n 1, p. 5-23, 1998.

OLIVEIRA, Maria Odete de. **Os Descaminhos do Brasil Nuclear**. UNIJUÍ, Rio Grande do Sul, 1999.

ONUKEI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. **Brasil, Mercosul e a Segurança Regional**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 43, n. 2, p. 108-129, 2000.

ORNSTEIN, Roberto. **El Desarrollo Nuclear Argentino: 60 años de una historia exitosa**. Comisión Nacional de Energía Atómica/CNEA, n. 37-38, p. 6-14, jan/jun, 2010.

PAINTER, David S. **Oil and Geopolitics: The Oil Crises of the 1970s and the Cold War**. Historical Social Research. Historische Sozialforschung: Vol. 39, No. 4, 2014, p. 186-208.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. **Memórias de um cientista sobre a energia nuclear no Brasil (1946-1964): entrevista com José Israel Vargas**. História Oral, v. 20, n. 1, p. 217-236, jan./jun. de 2017.

PIMENTEL, Fernando. **O fim da era do petróleo e a mudança de paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira**. Brasília: FUNAG, 2011.

PINTO, Paulo Cordeiro de Andrade. **Diplomacia e política de defesa: o Brasil sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)**. Brasília: FUNAG, 2015.

PLUM, Mariana Oliveira do Nascimento. **O Papel da ABACC na Governança Global**. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do (org.). O Modelo ABACC: um Marco no Desenvolvimento das Relações entre Brasil e Argentina. Santa Maria, Editora UFSM, 2016.

QUEIROZ, João Marcelo Galvão de. **O Modelo ABACC: um Balanço**. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do (org.). O Modelo ABACC: um Marco no Desenvolvimento das Relações entre Brasil e Argentina. Santa Maria, Editora UFSM, 2016.

RÊGO, Elba Cristina Lima. **Processo de Integração do Mercosul**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 167-196, 1995.

RHODES, Richard.; BELLER, Denis. **The Need for Nuclear Power**. Foreign Affairs: Vol. 79, No. 1, 2000, p. 30-44.

SCHWETHER, Natália Diniz. **Medidas de Fortalecimento da Confiança: uma Alternativa para Cooperação Regional**. Revista Defesa e Segurança: v. 1, 2016, p. 74-92.

SESSIONS, George. **The Deep Ecology Movement: a Review**. Environmental Review: Vol. 11, No. 2, 1987, p. 105-125.

SIMÕES, Antônio José Ferreira. **Integração: sonho e realidade na América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2011.

SÖDERSTEN, Anna. **Euratom at the Crossroads**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2018.

SOUZA, Cláudia (Coord.). **A História da Energia Nuclear**. Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Rio de Janeiro, 2020.

TACHINANDARI, Maria Helena. **Sem Medo e Sem Segredo**. Gazeta Mercantil. São Paulo, 8 abr. 1988, p. 1. In: OLIVEIRA, Maria Odete de. Os Descaminhos do Brasil Nuclear. UNIJUÍ, Rio Grande do Sul, 1999.

TOTTI, Paulo. **Em Jogo, o Futuro da América Latina**. Gazeta Mercantil. São Paulo, 8 abr. 1988, p. In: OLIVEIRA, Maria Odete de. Os Descaminhos do Brasil Nuclear. UNIJUÍ, Rio Grande do Sul, 1999.

TRUMAN, H. S. **Memoires, years of decision**. New York: Doubleday, v.1. 1955.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. **O Rinoceronte do Sul: um Sobrevivente Inevitável e Invisível, os 30 anos do Mercosul**. In: VIEIRA, Gustavo Oliveira (Org.). 30 anos Mercosul:

Caminhos e Possibilidades. Curitiba, Instituto Memória Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2021.

VERA, Maria Nevia; COLOMBO, Sandra. **La política nuclear argentina y la cooperación estratégica con Brasil en el siglo XXI**. Revista Intellector, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. p. 16-29, 2014.

WOOLF, Amy F.; WERNER, James D. **The U.S. Nuclear Weapons Complex: Overview of Department of Energy Sites**. Congressional Research Service, 2021.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **Outline History of Nuclear Energy**. 2020. Disponível em: <https://world-nuclear.org/information-library/current-and-future-generation/outline-history-of-nuclear-energy.aspx>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.
